

ATA 2007ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

1 Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às nove horas e vinte e
2 três minutos, realizou-se a segunda milésima sétima reunião Plenária Ordinária do
3 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta
4 e nove. Estiveram presentes 21 (vinte e um) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os
5 e suplentes, a seguir indicadas/os: Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da Silva, Evelyn
6 Sayeg, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Luciana Stoppa dos Santos, Maria Rozineti
7 Gonçalves, Monalisa Muniz Nascimento, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Toledo,
8 Suely Castaldi Ortiz de Oliveira, Vinicius Cesca de Lima, Beatriz Marques de Mattos,
9 Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza,
10 Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Márcio Magalhães da Silva,
11 Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri e Rodrigo Fernando Presotto,
12 conforme lista de presença anexa, onde constam os registros de horários de ingresso e
13 saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme decisão da 1973ª Plenária Ordinária,
14 de 13 de maio de 2017. Registra-se que antes do início da discussão dos pontos de
15 pauta, por solicitação do conselheiro Vinicius Cesca de Lima devido a problema na
16 gravação de áudio da 2004ª Plenária Ordinária, ele próprio e a conselheira Beatriz
17 Marques de Mattos conferiram a gravação do áudio, que ficou registrado em um
18 primeiro arquivo de áudio, atestando assim, que está sendo registrado o áudio desta
19 plenária. Após a conferência, Luciana Stoppa dos Santos retoma à Plenária às 09 horas
20 e 30 minutos. **ORDEM DO DIA: I) PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS -**
21 **PCCS** – Suely Castaldi Ortiz da Silva comenta que está presente para este ponto, a Sra.
22 Marley Cesário Souza, da empresa Véli, que está trabalhando na implantação do novo
23 Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS. Ela está presente para passar ao
24 plenário como se dará o processo a partir desse novo PCCS. Há um histórico que ela
25 entende importante que seja passado, antes de terem a homologação. O Ministério do
26 Trabalho e pelo Ministério Público Federal já autorizaram, ou seja, estão na fase em que
27 está homologado. Marley apresentará e há a expectativa que seja implementado em
28 meados de janeiro de 2018, depois de alguns ajustes necessários. Hoje, na verdade,
29 precisam entender que, a partir dessa implantação, haverá a abertura de concurso,
30 necessário para preenchimento de alguns cargos e, que precisam deliberar algo nesse
31 sentido. Marley Cesário Souza (Véli) cumprimenta o plenário e diz que fará uma

32 apresentação sucinta de todo trabalho que foi realizado anos atrás, e que talvez seja
33 desconhecido de algumas/uns conselheiras/os. Mostrará os pontos principais do
34 trabalho realizado. O PCCS é constituído de 04 (quatro) instrumentos normativos, que
35 foram homologados e que trazem alterações significativas no processo de gestão do
36 Conselho. Apresenta a estrutura organizacional, como ficou o organograma final. Dessa
37 forma, explica que a parte mais acima no organograma é aquilo que é definido pelo
38 Regimento Interno e a parte de baixo contempla todos os trabalhos que são
39 desenvolvidos no Conselho. O trabalho foi feito com todas as áreas e a norma não
40 contempla só o organograma, cada área tem a sua finalidade e sua descrição de
41 competência, que são os entregáveis de cada área, para que se possa confrontar com a
42 avaliação de desempenho. Entregáveis são o que cada unidade entrega e a soma total
43 de tudo isso é a prestação de serviço do Conselho no estado de São Paulo. No PCCS
44 ficaram 4 (quatro) cargos amplos que se desdobram em ocupações. Há necessidade
45 disso, porque, a partir de janeiro é obrigatório o E-social, o que será monitorado pelo
46 INSS, pela Receita Federal e pela Caixa Econômica Federal. Eles exigem que isso
47 esteja bem descrito, não no cargo, mas na ocupação. Apresenta ao plenário a lista de
48 cargos atuais, como ficarão agrupados nos 04 (quatro) grandes cargos do novo PCCS,
49 e as devidas ocupações. A sugestão técnica para que estará trabalhado com a folha de
50 pagamento é que deixe a sigla do cargo, a ocupação e o código CBO que vai
51 acompanhar a ocupação; as profissões regulamentadas obrigatoriamente precisam ter o
52 CBO da ocupação. Relata que quando esses documentos foram preparados a
53 organização estava em movimento e, agora, continua em movimento. Relata que a
54 transposição para o novo PCCS deve acontecer de forma tranquila, sem interromper os
55 trabalhos e essa é a preocupação dessa consultoria. Na sequência, apresenta para o
56 plenário a tabela salarial, que apresenta uma alteração considerável em relação ao que
57 é praticado atualmente. Há, no momento, cerca de 08 (oito) tabelas salariais, que são
58 dos conjuntos de cargos que existem, sendo que, em alguns casos, há uma tabela
59 exclusiva de um cargo. Trabalharam de uma forma diferente, fazendo uma tabela única,
60 com níveis intermediários e tendo uma diferença de 2,5% entre cada nível. Há 99
61 (noventa e nove) faixas salariais, com crescimento percentual de 2,5% entre cada uma
62 delas e essa será a tabela única do Conselho dentro desse Plano de Carreira. Relata
63 que isso será transposto para o software da folha de pagamento e, a partir da
64 implantação, todas as vezes que tiverem correções salariais da inflação, essa tabela
65 será corrigida automaticamente para todos os funcionários. Na sequência, apresenta a

66 carreira de cada cargo, utilizando com base as faixas salariais da tabela geral. No
67 seguinte a gente mostra as carreiras, aí sim a carreira tirando os salários daquela única
68 tabela se compõe a carreira do cargo e os níveis são divididos em 4 (quatro) faixas: A,
69 B, C e D, com cada uma contemplando os níveis padrões que permitirão o crescimento.
70 Em verdade, foram criadas 3 (três) tabelas, a primeira para o cargo PSO (Profissional de
71 Suporte Operacional), outra para o cargo PST (Profissional de Suporte Técnico) e a
72 última para os cargos PAS (Profissional Analista Superior) e PAT (Profissional Analista
73 Técnico), cada uma tendo suas faixas baseadas na tabela salarial única. Foram
74 considerados, para composição dos valores, os que já eram praticados à época e que
75 continuam sendo atualizados. A sugestão técnica que dão para transposição dos
76 salários é o “enquadramento cego”, ou seja, manter o salário atual, enquadrando-o na
77 faixa imediatamente superior, fazendo com que o custo seja o menor possível.
78 Apresenta um exemplo de enquadramento cego, explicando que esse enquadramento
79 evita questionamentos, pois o critério é igual para todos e ninguém receberá menos do
80 que recebe atualmente. Apresenta, então, o Termo de Adesão, para preenchimento e
81 assinatura dos funcionários. Atualmente, os funcionários tem um contrato de trabalho
82 advindo de concurso público e, para que isso seja alterado, é preciso que haja
83 concordância dos funcionários. No Termo de Adesão, eles assinam que concordam em
84 passar ao novo PCCS e que estão cientes de que, ao serem enquadrados, terão
85 assegurados que nenhuma perda ocorrerá relacionada às suas condições funcionais.
86 Essa é uma condição para eles possam assinar. E, qualquer questionamento de
87 sentirem prejudicados merece análise, atenção e correção. Caso o funcionário não
88 concorde em entrar, ainda assim, ele deve assinar, porque é necessário esse
89 documento para elaboração da folha de pagamento. Dessa forma, os funcionários
90 podem assinar e escrever no próprio Termo de Adesão que ele não quer entrar no Plano
91 e, assim, é possível fechar a folha de pagamento a partir do mês em que o PCCS for
92 implantado. É necessário isso, para alteração, inclusive, na carteira de trabalho dos
93 funcionários, indicando o novo cargo. Inicia a explanação sobre os cargos de livre
94 provimento, que passaram a ter uma norma complementar ao Plano. São cargos que,
95 em alguns casos, não exigem concurso público. Os cargos de livre provimento são
96 Ouvidor, Assessor Especial, Coordenador, Assessor I, II e III e Assistente de
97 Coordenação. Recorda que, atualmente, há um cargo advindo de concurso público,
98 que é o supervisor. O que ficou ajustado na época da elaboração do Plano é que esse
99 título deveria permanecer. O assistente de coordenação tem a mesma função do

100 supervisor, só que, enquanto houver supervisores, será mantida essa ocupação, mas
101 'em extinção', pois não será feito mais concurso para esse cargo. Em contrapartida,
102 podem designar profissionais concursados para serem assistentes de coordenadoria e,
103 seriam avaliados como assistentes, mantendo as duas posições. Na sequência,
104 apresenta a tabela que traz esses cargos, e as respectivas gratificações. O cargo de
105 assistente de coordenadoria deve ser ocupado, exclusivamente, por funcionário
106 ocupante de cargo de carreira do PCCS, com exceção do cargo PAS-Supervisor, que
107 será mantido com esse título. Para os demais cargos, está indicado o valor do salário,
108 mas para o assistente de coordenadoria, está indicado o valor de R\$ 800,00 (oitocentos
109 reais), que é a gratificação que ele receberia, mas, esse valor ainda precisa ser
110 atualizado. Ou seja, seria praticado como é atualmente, de receber o salário base mais
111 a gratificação. No caso dos demais cargos de livre provimento, receberão o salário base,
112 acrescido de uma parcela complementar ao valor fixado para o salário do respectivo
113 cargo de livre provimento. Informa que isso já está ajustado com a empresa *Benner*,
114 relativo ao sistema da folha de pagamento. Apresenta a estrutura organizacional,
115 indicando que os cargos de livre provimento que estão assinalados fora do retângulo
116 referente à unidade que comporiam, significam que não necessariamente o cargo
117 precisa ser lotado nessa unidade, seria indicações da gestão nas áreas que
118 precisassem. Não é fixo, é processo de gestão. Também, é estabelecido que todas as
119 unidades abaixo da COTEP – Coordenadoria Técnico-Política e da COAFI –
120 Coordenadoria Administrativo-Financeira devem ser designados cargos de livre
121 provimento somente entre os profissionais concursados. Comenta, então, sobre a
122 avaliação de desempenho, que a proposta é que seja dividido em 05 (cinco) etapas e
123 tem alguns pontos bem distintos do que é praticado atualmente. A primeira é do
124 alinhamento, que é um período pequeno; a segunda é de acompanhamento, que é um
125 período maior, que é quando é preciso ter o *feedback* positivo ou negativo do que é
126 desempenhado pelo funcionário junto ao seu supervisor imediato; a terceira fase é da
127 avaliação de desempenho propriamente dita, onde cada um deve entrar em um sistema
128 informatizado, com *login* e senha e onde estará disponível os formulários de avaliação; a
129 quarta fase é de divulgação dos resultados, quando a pessoa pode entrar no sistema
130 utilizando seu *login* e senha e já tendo acesso ao resultado individual; e, a quinta fase, é
131 de feedback, que sugerem que seja coletivo, ou seja, como é o desempenho do CRP
132 SP. Qualquer unidade que tiver mais que 05 (cinco) funcionários deveria ter um holofote
133 para o desempenho dessa equipe. Dirão o foco do desempenho coletivo e não

134 individual. O individual será do conhecimento de cada um, então, se a unidade estiver
135 bem avaliada e a pessoa tiver sido bem avaliada, saberá que contribui positivamente
136 para o resultado final. Apresenta então um cronograma, pensando em 01 (um) ano do
137 período de avaliação. A primeira fase é onde se discute o que será feito e o que será
138 avaliado. Para a terceira fase, entende que não precisa o sistema estar disponível para
139 mais que quinze dias para isso. Cada fase inicia imediatamente após a fase anterior,
140 que é o ideal, mas entende-se que, às vezes, é difícil. Após apresenta como é a fórmula
141 para calculo final da avaliação, onde também tem alteração, pois há peso. As notas
142 somente são dadas na fase 3, da avaliação propriamente dita. As fases 1 e 2 não têm
143 nota, mas serve de parâmetro para a coerência que vai ser observada na fase 3.
144 Informa que a avaliação do superior imediato tem peso 3, a autoavaliação, peso 1, mas,
145 quando esse funcionário é superior imediato, dividem o peso com os subordinados,
146 passando a ter peso 2,5 e os subordinados uma média aritmética com peso 0,5,
147 totalizando peso 3. O resultado se dá por quartil, então, espera-se que a maioria se
148 enquadre no 3º e no 4º dentro dessa proposta de escala de quartil. Costumam dizer que
149 é um modelo de gestão orientativo, que visa identificar o que precisa ser trabalhado e
150 ajustado em um plano de ação. Após, apresenta as informações sobre o formulário de
151 avaliação de desempenho, que será disponibilizado na fase 3 do processo de avaliação,
152 destacando que o processo deve ser totalmente informatizado. Ressalta que a Benner já
153 está com as informações para entregarem o sistema. Reforça que a responsabilidade de
154 avaliação é do superior imediato, avaliando o funcionário subordinado, o funcionário
155 avalia a si próprio (auto avaliação) e funcionário subordinado avalia o superior imediato.
156 Os formulários são emitidos pelo próprio sistema, emitindo para cada um todos os
157 formulários que ele precisa preencher, entre auto avaliação, avaliação dos subordinados
158 e do superior imediato, todos com os mesmos critérios, para que seja possível comparar
159 as percepções sobre aquele avaliar. Também há o formulário de recomendações, que é
160 feito de uma forma diferente, agora, pois isso foi posto na norma. Indica que a
161 recomendação do superior imediato é diferente daquela para feita do subordinado para
162 o chefe. Nas recomendações do subordinado para o superior imediato, colocaram
163 afirmativas em que ele deve indicar em 6 (seis) escalas se concorda totalmente até se
164 discorda totalmente daquela afirmativa. Para que possam trabalhar, inclusive,
165 comportamentos que muitas vezes incomodam dentro de um ambiente organizacional.
166 Então, não é para que seja punido ou que seja trocado, mas que se trabalhe aquilo que
167 vem à tona. Apresenta, então, as competências que ficaram na norma e, se o plenário

168 desejar ajustar algumas delas, não há problema nenhum. A sugestão técnica é de 06
169 (seis) competências: confiabilidade, organização, gestão de risco, comprometimento,
170 planejamento e conhecimento técnico na área de atuação, que seriam para todas/os
171 funcionárias/os. Depois, outras duas competências, a depender do cargo. No caso dos
172 cargos de livre provimento, haveria a gestão de pessoas e liderança. Relata que há
173 Conselhos que preferem a competência “tomada de decisão”, outras, “visão sistêmica
174 do superior imediato”. Então, o que está apresentado está estabelecido na norma, mas
175 pode sofrer alterações, se for o caso. Então, apresenta como está atrelada a avaliação
176 de desempenho ao plano de carreira no processo de progressão. Relata que, para cada
177 cargo, o funcionário ingressa no primeiro nível-padrão da faixa A da tabela de
178 remuneração do cargo. Há a progressão horizontal, que é a mudança de nível-padrão
179 dentro da mesma faixa. Quando se atinge o nível-padrão máximo, dentro de uma faixa,
180 há a mudança para o nível imediatamente superior, que é a progressão vertical. As
181 promoções são por merecimento e antiguidade. Para merecimento, há possibilidade de
182 crescimento todo ano e, de antiguidade, a cada 04 (quatro) anos. Como é praticado
183 atualmente, 20% de quem ficar no 4º quartil serão selecionados. Apresenta os critérios
184 de exclusão da promoção horizontal por merecimento e por antiguidade, indicando que
185 não basta ter uma boa nota na avaliação, pois também leva-se em consideração o
186 histórico funcional. Então, se uma pessoa tem muito atraso, muita falta, muitas saídas
187 mais cedo, muitos atestados médicos, não importa a nota muito, pois essa pessoa já
188 seria desclassificada. É algo que já está estabelecido na norma. Relata, então, quais
189 são os objetivos dessa avaliação de desempenho, recordando que é algo que está
190 dentro do Plano. Na avaliação, só consta que entregarão o resultado; os critérios de
191 crescimento constam no Plano, que é o que foi homologado pelo Ministério Público do
192 Trabalho. Entende que especialização e conhecimento específicos de suas atribuições
193 devem ser premiados, mas não, necessariamente, com acréscimo salarial, mas com um
194 percentual sobre a nota que obteve. Ou seja, a expectativa é que adquiram
195 conhecimento e que isso seja demonstrado no desempenho de suas atividades. Então,
196 ele teria o percentual sobre, inclusive, criatividade, inovação, aperfeiçoamento de rotinas
197 e processos e, aí, também é algo que tem sido muito exigido por Conselhos
198 profissionais. Para o aumento, aqueles que ficarem no 4º quartil são candidatos, mas há
199 duas limitações, que é de 20% de quem ficar e com limite de até 1% da folha de
200 pagamento. Para isso, a área de Recursos Humanos deve encaminhar qual seria o valor
201 desse 1% dentro do orçamento do exercício do ano seguinte, para que entre no

202 orçamento do exercício seguinte, como reserva para promoção no ano seguinte.
203 Adiantam que nunca viram um Conselho gastar todo esse valor. Diz que, no ano
204 passado, o Conselho de Arquitetura decidiu promover 50% de todos que ficaram no 4º
205 quartil, porque o volume de dinheiro permitia isso. Ou seja, não podem promover uma
206 porcentagem menor, mas maior pode, sendo possível fazer uma gestão de pessoas
207 bastante atrativa e consistente. Finaliza sua apresentação sobre o PCCS e se coloca à
208 disposição para o esclarecimento de dúvidas. Considerações dos presentes: 1)
209 Reginaldo Branco da Silva agradece pela apresentação, mas diz ter dúvidas sobre ela.
210 Diz que, pelo que se recorda, há um corpo de funcionários que são terceirizados, que
211 são aqueles dos serviços gerais. Assim, questiona como ficaram esses funcionários
212 dentro do plano de salários. Também apresenta dúvida em relação à avaliação, pois
213 entendeu que a avaliação continuada seria feita pelo CRP, mas que a assessoria que
214 elaborou o Plano ficaria por um tempo para acompanhar, ao menos, inicialmente, essa
215 avaliação, para verificar como ela está sendo feita e avaliar se está funcionando.
216 Entende que a questão da avaliação de desempenho como comportamental importante,
217 mas, se preocupa como ela ocorreria. Exemplifica que se pode pensar em criticar ou
218 condenar alguns comportamentos de funcionários nessa avaliação de desempenho.
219 Como exemplo, cita que, se um funcionário sai mais cedo ou vai sempre ao médico,
220 mas que pode haver justificativa. Questiona qual o balanço que fazem, em relação a ter
221 que avaliar, o comportamento do funcionário que está se ausentando, de compreensão
222 dos motivos para tais comportamentos, ou entra-se em uma lógica capitalista, de o
223 Conselho agir da mesma forma que agem as empresas privadas de punir funcionários
224 que faltam muito, que vão muito ao médico, que acompanham muito os filhos ao médico
225 ou na escola. Acabam não tendo a visão do outro lado. Entende a importância da
226 avaliação, mas também de entender os motivos dos funcionários. Comenta ainda que
227 há avaliação dos comissionados, que são as pessoas que a gestão indica para ocupar
228 os cargos de livre provimento. Ainda, comenta que talvez seja importante, futuramente,
229 fazer uma análise política de como a reforma trabalhista impactaria esse PCCS do CRP
230 SP. 2) Marley Cesário Souza responde que, em relação ao questionamento sobre os
231 terceirizados, esses não estão contemplados no PCCS. Para os terceirizados, segue-se
232 o disposto no Código Civil Brasileiro, ou seja, há um contrato com uma empresa
233 terceirizada e não há avaliação. Acredita que deva ter, mas que não entraria nesse
234 processo. Sobre a questão do comportamento, sobre como seria feito o
235 acompanhamento da avaliação, informa que há um *software* e que, assim, não há

236 necessidade de que a empresa esteja aqui. O *software* é totalmente autoexplicativo. Há
237 um material de divulgação e deixarão todo material referente a esse modelo, porque não
238 são obrigados a contratar a empresa Véli para isso, pode ser alguma de São Paulo.
239 Garante que o sistema é autoexplicativo. Sobre a avaliação do processo, informa que há
240 um formulário dentro do próprio sistema que diz respeito a isso, das 5 (cinco) fases.
241 Então, cada avaliador – sendo que todos serão avaliadores - poderão avaliar no próprio
242 sistema o processo e sugerir melhorias. A fórmula que é colocado no sistema dá
243 condições de que seja feito um plano de ação para o ano seguinte, sobre os *gaps* que
244 foram identificados. O sistema não terá nenhuma competência medindo as regras que o
245 CRP estabelece de dispensa, de chegar mais tarde ou sair mais cedo, o que entende
246 que deve ser tratado em uma norma específica. Trata-se de um critério objetivo,
247 permitido por lei, e que foi deixado dentro do plano. Sobre o questionamento a respeito
248 dos cargos comissionados, diz que todos entram, pois fazem parte do contexto
249 organizacional e sugerem que todos participem, porque o sistema está programado para
250 aplicar sanções, assim, uma vez cadastrada a pessoa que é a superior imediata de cada
251 pessoa, o sistema já gera o formulário. Se uma pessoa não faz a sua auto avaliação, o
252 sistema atribui nota mínima, se o superior imediato não fizer a avaliação do
253 subordinado, o sistema pegará a nota da auto avaliação desse funcionário e a colocará
254 no lugar do superior imediato. Mas, o superior imediato terá sanção, então, tudo isso
255 virá à tona para que o Conselho possa analisar e observar o que precisa ser corrigido.
256 Pondera que a função primordial de um superior imediato é avaliar, e, portanto, ele não
257 pode se negar a fazer isso. Se o sistema está disponível com *login* e senha, totalmente
258 fechados, ele deveria fazer isso. Assim, ela deveria, não somente indicar os *gaps* ou
259 elogiar, mas também sugerir o que precisa ser feito, como alguma adequação,
260 capacitação ou treinamento, e o sistema permite isso. Relata que o sistema é
261 preparado para enviar e-mail aos avaliadores, ele mesmo cria tudo. É um sistema
262 totalmente seguro, no sentido de buscar situações que precisam ser melhoradas dentro
263 desse ambiente. **3)** Reginaldo Branco da Silva diz que a última questão era a reforma
264 trabalhista, mas entende que é mais para uma avaliação desse plenário, inclusive
265 colocando como avaliam os terceirizados dentro dessa reforma. **4)** Marley Cesário
266 Souza comenta que foram entregues formulários específicos, que não contemplam, por
267 exemplo, estagiários e terceirizados. Acreditam que no ambiente de trabalho, todos
268 devam ser formalmente avaliados, porque, informalmente, todo mundo é a todo o
269 momento. Dentro de um ambiente como o Conselho, uma autarquia federal, todos

270 deveriam ter avaliação. **5)** Márcio Magalhães da Silva diz que, no processo de
271 avaliação, quando falam da avaliação dos funcionários por um superior imediato,
272 gostaria de saber como entram nesse processo os gestores, que não são funcionários
273 do CRP, pois há os funcionários que são de gestão, mas também as/os conselheiras/os
274 e colaboradoras/es que estão nesse processo de gestão, também. Assim, questiona se
275 o sistema permite que essas pessoas façam a avaliação. **6)** Marley Cesário Souza
276 comenta que isso é o que chamam de parametrização. Todas essas questões precisam
277 vir à tona. Exemplifica que, se há subdelegacias, muitas vezes os funcionários desses
278 espaços estão ligados a conselheiras/os e essa informação deve ser passada, de quem
279 está no dia-a-dia observando esse funcionário. Sugerem que o avaliador seja aquela
280 pessoa que está na linha de frente, cobrando o trabalho. Há comissões que fazem
281 questão de avaliar, pois estão muito próximas aquele funcionário e têm muita condição
282 de dizer a qualidade do serviço que aquela pessoa entrega. Apenas ressalta que toda
283 vez que alguém é indicado como superior imediato de uma pessoa, ele passa, também,
284 a ser avaliado. Diz que o sistema é totalmente sigiloso e de gestão de pessoas. O que
285 será divulgado é o resultado final da avaliação de desempenho, aplicada àquela fórmula
286 de que ele precisa melhorar e o que precisa manter. É um processo para permitir
287 fazerem um plano de ação para corrigirem distorções. **7)** Suely Ortiz diz que, se não há
288 novas perguntas, não é necessário que Marley permaneça na plenária. E, indicando que
289 devem seguir com a deliberação sobre a abertura do concurso, que é decorrente da
290 implantação do PCCS. Assim, agradece a presença da Sra. Marley e indica que agora
291 podem passar para a etapa de homologação do concurso. Antes, faz um esclarecimento
292 prévio, que estão em um processo que começou com outras secretarias, que está tendo
293 continuidade agora com a realocação de funcionários segundo seus desejos. Estão na
294 construção disso, para que na hora que implantem o PCCS, essas situações já tenham
295 sido resolvidas e os cargos que necessitariam ser preenchidos possam ser postos para
296 concurso. Assim, consulta o plenário se todos estão de acordo para que possam seguir
297 para a etapa seguinte. **8)** Luciana Stoppa dos Santos esclarece que, será feita uma
298 realocação, e serão disponibilizadas as vagas que estão vacantes e os funcionários
299 poderão se remanejar. Somente após o preenchimento dessas vagas por esse meio,
300 verão o quadro atualizado de remanejamentos e, então, pedir concurso para o
301 preenchimento. **9)** Maria Rozineti Gonçalves pede esclarecimento de quais são os
302 critérios do remanejamento de funcionários. Se basta ele se candidatar, ou se deve ter o
303 aceite do local para o qual o candidato se indica. Questiona quais são os critérios. **10)**

304 Suely Ortiz conta que, a princípio consultarão os trabalhadores, entendendo que eles
305 são parte do processo. Então, sabendo que há a possibilidade, os funcionários se
306 candidatam, e, então o supervisor indica se concorda ou não. O supervisor de onde o
307 funcionário estará saindo indica se há a possibilidade e, havendo, o supervisor do setor
308 que o funcionário tem interesse de migrar diz se concorda ou não. Tudo isso,
309 documentado. Se ambos concordarem, encerra o processo. A expectativa é que as
310 pessoas fiquem mais satisfeitas, porque conseguem estar se deslocando de uma função
311 para outra e, se tratam de cargos que, realmente, precisam ser preenchidos. Após isso,
312 abrem concurso para preencher as demais vagas. **11)** Vinicius Cesca diz que precisam
313 de mais informações, de contextualização. Primeiramente, não entendeu qual a
314 proposta que está sendo colocada para apreciação do plenário. Pareceu-lhe bastante
315 abstrata. Para ele, não há como pensar em um processo de, de fato, discutir a
316 homologação, de pensar o concurso, se ainda não têm o cenário mais concreto sobre
317 quais vagas se está falando. Se não há algo neste sentido, entende que não há
318 necessidade de fazer essa homologação nesta data. Entende que deve ser feito quando
319 tiverem algo mais palpável para poderem apreciar do que uma ideia de fazer concurso.
320 Com relação à ideia de fazer concurso, não há discordância. Defendem que o concurso
321 público deve ser a via de acesso a um emprego público. Mas, precisam entender do
322 que se está falando. Assim, questiona se já há uma informação mais concreta nesse
323 sentido, pois, se não existir, entende que devem fazer essa discussão quando tiverem
324 os dados mais concretos. Outra questão é que este processo de remanejamento interno
325 já tinha sido já encaminhado no mês de agosto. Então, sua questão é se houve alguma
326 alteração e se se trata de iniciar o processo ou se trata de alguma novidade nesse
327 sentido. O Plano de Cargos e Carreiras atual prevê mecanismos de fazer esta
328 mobilidade interna e a avaliação que foi feita naquele momento era de que era
329 fundamental que esse processo de mobilidade ocorresse antes que entrasse em vigor,
330 de fato, o novo PCCS. O novo pleno prevê seus mecanismos de mobilidade interna e a
331 avaliação, como a própria Marley apontou, era que a adesão ao novo PCCS implica o
332 trabalhador assinar uma carta de adesão a um cargo, assim, ele teria que aderir a um
333 cargo para depois pleitear ser transferido para outro, o que entende que geraria, no
334 mínimo, um desconforto, mas talvez, também, uma distorção do processo. Então, o
335 entendimento era que seria necessário fazer as transferências antes, para quando o
336 novo PCCS entrasse em vigor, já tivessem um quadro interno estabilizado, com
337 precisão das informações de quais eram os cargos a serem preenchidos. Então, a sua

338 pergunta é se esse processo se trata do mesmo de quando o Rodrigo Toledo era o
339 secretário e que, no período em que ele próprio esteve como interino na Secretaria,
340 aprovaram, com os instrumentos, a publicação no edital interno e todos os dispositivos e
341 formulários que ele aplicava. Assim, sua pergunta é se o que está se tratando agora é
342 algo que é consequência ou algum retorno desse processo que já havia sido feito ou se
343 se trata de iniciar um novo processo. Então, não sabe se ele foi feito ou se não foi feito,
344 a forma como foi feito e se for o caso de iniciá-lo, questiona se a ideia é fazer no PCCS
345 antigo ou no novo. Assim, pede que seja descrito com mais detalhes o que está sendo
346 proposto. **12)** Suely Ortiz diz que, como disse de forma resumida, estão dando
347 sequencia àquilo que já havia sido iniciado na gestão anterior. De fato, já estavam com
348 isso em andamento e estão pegando de onde pararam. Não estão iniciando nenhum
349 processo. Para isso, tem algumas etapas: a) conversa com o Sindicato dos funcionários,
350 que já foi realizada para que estejam juntos; b) foi feita uma transição com Rodrigo
351 Toledo que colocou as questões que já estavam em andamento. Reuniram-se com
352 todos os supervisores para que eles se envolvam no processo, que seria uma etapa já
353 pensada, então, estão, de fato, continuando. Informa que, por isso, interrompeu Vinicius
354 Cesca, porque, na verdade, toda essa primeira parte ele já estava lá, então sabe como
355 que é esse trâmite, um pouco moroso. A abertura do concurso demora. Indica que
356 Diógenes Pepe, gerente geral, poderia esclarecer melhor. A ideia é darem sequencia
357 com a previsão da implementação em janeiro. Seria o prazo que teriam para que esse
358 concurso possa acontecer. Neste momento, ainda não têm os cargos, pois as pessoas
359 ainda não se candidataram. Esse é o cenário, porque estão na fase de esperar o
360 Sindicato estar junto para que possam começar o processo. A partir disso, começam a
361 pensar o prazo que têm, para dar abertura no concurso, para que possam ter esses
362 cargos novos vagos preenchidos. **13)** Vinicius Cesca de Lima cometa que não começo
363 havia ficado confuso, mas no final entendeu um pouco mais do andamento. Questiona o
364 que ocorreu de mais recente sobre o status do processo, pois essa é a sua dúvida. Não
365 falou sobre isso na perspectiva de pensar em como se fosse um reinício do processo.
366 Comenta que esse processo foi iniciado em meados da gestão do 14^a Plenário. Não
367 havia entendido que se trataria de outro processo. Sua dúvida é porque tinha coisas que
368 entendia que já estavam encaminhadas e que aparecem novamente. Assim, sua
369 pergunta é se essas coisas foram feitas ou não, porque não tem essa informação. Suely
370 Ortiz comentou que houve a etapa do diálogo com a entidade sindical representativa
371 dos trabalhadores, assim, pergunta também se já ocorreu a anuência expressa do

372 sindicato em relação a esse processo. **14)** Suely Ortiz conta que há uma agenda com o
373 Sindicato dos trabalhadores esta semana. **15)** Vinicius Cesca pede confirmação de que
374 não há uma anuência expressa nesse sentido. Porque, nesse sentido, suas outras
375 questões já estariam respondidas. Mas, questiona se ainda não houve publicação do
376 edital, do processo de manifestação de interesses, e mais nada para o qual ainda não
377 há anuência expressa do sindicato. Ou seja, que ainda estariam na fase de negociação
378 com o Sindicato em relação a esse processo de mobilidade interna. **16)** Suely Ortiz diz
379 que, estão com todos os esforços nisso. **17)** Vinicius Cesca de Lima diz que, ainda não
380 há uma apreciação do mérito, nesse sentido. Assim, não há, de fato, iniciado, o
381 processo de manifestação de interesse, do edital para as pessoas poderem ver, que
382 entende que é o que, minimamente, os daria uma leitura do cenário. **18)** Suely Ortiz diz
383 que, a partir da homologação por parte do Sindicato, essa seria a etapa seguinte. **19)**
384 Vinicius Cesca indica que, então, não tem nada que, minimamente, os dê uma sugestão
385 de qual seria o cenário para abertura do concurso e, nesse sentido, mantém sua defesa,
386 que já apontou antes. Entende que fica muito abstrato discutir concurso sem que se
387 tenha vencido algumas etapas que os deem um cenário de informações, para entender
388 qual seria a real necessidade. Assim, entende que deve ser um debate a ser feito em
389 momento posterior, quando o assunto estiver mais avançado. **20)** Diógenes Pepe,
390 gerente geral, diz a Vinicius Cesca que, a respeito das decisões anteriores, do que
391 chamaram de “Plano Interno de Transferência”, o *status* está efetivamente como foi
392 colocado por Suely Ortiz. Será realizada reunião com o Sindicato no próximo dia 17,
393 pois o Sindicato solicitou prazo para apreciar os critérios e formulários. Mas, entende
394 que isso não muda a possibilidade de a plenária aprovar a liberação de concurso,
395 porque independente do retorno do Sindicato, será necessário concursar, porque
396 continuar estando, atualmente, com cerca de 15 (quinze) temporários, que cobrem
397 vagas de efetivos que saíram ao longo dos anos. O ideal é fazer aquela transferência
398 interna que tinham a expectativa que fosse rápida de ser feita, para dar satisfação aos
399 funcionários que poderiam ir para um setor onde poderiam ser mais felizes e abrir
400 concurso já com as vagas corretas. Mas, se isso não for feito porque, por algum motivo,
401 o Sindicato entender que não deve, ainda assim, será necessário o concurso, para
402 ocupação das vagas agora ocupadas por temporários. E, o que pode acontecer é que o
403 edital do Concurso poderá não ser tão preciso quanto se tivessem falado a vaga para a
404 qual se está concursando, será de uma vaga mais genérica. Assim, se pudessem ter a
405 decisão do plenário de aprovação do concurso, seria bom, porque o próprio Ministério

406 Público do Trabalho, quando o CRP solicitar a abertura do concurso, solicitará a
407 autorização da alta direção, que no caso, é a plenária. Assim, se não em dezembro, em
408 janeiro, mas a ideia era ganhar tempo. **21)** Vinicius Cesca de Lima diz que mantém sua
409 defesa, que não é de que não seja feito, mas de não aprovar em abstrato por conta
410 desse cenário. Se o Sindicato acatar a transferência interna, a perspectiva do concurso
411 será uma e se ele não aceitar, será outra. Se for para repor os cargos que hoje são
412 ocupados por temporários, é uma coisa, se é somente de repor esses cargos e abrir
413 novos, outra. Entende que é importante ter essa informação mais pormenorizadas, para
414 poder apreciar. Acredita que é possível que haja divergência com relação aos cargos,
415 que é algo que faz parte do debate, mas não acredita que haverá oposição a realização
416 de concurso para suprir vagas necessárias ao processo de trabalho no Conselho. Seu
417 pleito é que tenham a informação de forma mais pormenorizada e que deliberarem
418 sobre isso quando tiverem o retorno do Sindicato, uma perspectiva de transferência
419 interna, algo mais preciso que os permita dizer quantas pessoas precisam ser
420 contratadas e para quais cargos, para qualificar o debate. **22)** Maria Rozineti Gonçalves
421 pede esclarecimento sobre a fala de Vinicius, que aponta que já houve aprovação do
422 concurso. **23)** Vinicius Cesca de Lima diz que não foi isso que disse. Disse apenas que
423 o seu entendimento, ainda a ser apurado, é que não haverá nenhuma oposição deste
424 plenário a realização do concurso para o preenchimento de empregos públicos. Entende
425 que é uma defesa que o plenário compartilha, sem polêmica. O que já ocorreu é que em
426 agosto haviam acordado internamente entre Diretoria, Gerência e Departamento de
427 Recursos Humanos, era que, neste processo, realizassem as transferências internas
428 antes da realização do concurso. Isso, no sentido apontado pelo gerente, Diógenes
429 Pepe, de que parte das vagas que não estão ocupadas seja de interesse de
430 funcionários que já estão no Conselho, entendendo ser mais justo, inclusive, que eles
431 pudessem ocupar essas vagas ao invés de abri-las para o público externo. Comenta
432 que já se sabe que há funcionárias/os do Conselho que gostariam de estar em outro
433 local, exercendo outra função, na qual se sentiriam mais satisfeitos. Algumas permutas
434 também ficam claras, pessoas que gostariam de trocar de lugar. Assim, o que havia era
435 o entendimento que seria possível fazer isso antes do concurso. Por isso, questionou o
436 andamento e Suely Ortiz já o esclareceu o suficiente em relação a isso, que o momento
437 atual é de busca da concordância do Sindicato para que esse processo seja realizado.
438 Do concurso, somente expressou seu entendimento de que, em algum momento, ele
439 será aprovado por este plenário. Entende que é o mínimo que precisam fazer, mas sua

440 solicitação em relação a isso é que seja feito com informações mais detalhadas de qual
441 será efetivamente a necessidade, até pra fugir da lógica genérica de alguns concursos
442 que abrem um concurso com um número de vagas inferior as vagas que existem, na
443 verdade. Entende que seguem uma lógica muito tendenciosa e entende importante que
444 o CRP tenha um cenário mais palpável, sendo esse seu pleito. **24)** Beatriz Mattos
445 pondera que sua questão é no mesmo sentido da questão apresentada por Maria
446 Rozineti Gonçalves. Pontua que se trata de um processo do qual, até então, não estava
447 muito inteirada. Estão aguardando a anuência do Sindicato para fazer a transferência
448 interna. A partir dessa mobilidade interna, entende que pode ser necessário um
449 processo seletivo, em alguns momentos, porque entende que poderão ter vagas que
450 mais de um funcionário queira estar. Assim, pode ser que seja preciso ter uma
451 concorrência e podem fazer como foi feita da seleção da coordenação da COF, por
452 exemplo. **25)** Suely Ortiz diz que realizaram uma conversa inicial com os supervisores e
453 ficaram de construir essa logística, porque estão considerando, inclusive, uma segunda
454 rodada, para as vagas que abrirem, que pode ter outros interessados. Então, ainda
455 estão construindo. Estão em construção com os supervisores. Quando esses dilemas
456 forem colocados, terão que encontrar critérios. Pensão juntos no grupo. Fizeram uma
457 reunião nesse sentido e estão aguardando o retorno do Sindicato, cuja expectativa é
458 que venha nesta semana. Em seguida, farão outra reunião com todos eles, levando
459 essas inquietações, para pensarem e verem se conseguirão sugerir caminhos. **26)**
460 Rodrigo Presotto diz que ficou com uma dúvida em relação ao final da apresentação da
461 Sra. Marley; porque havia entendido que, neste momento, iriam discutir a aprovação do
462 processo de contratação da empresa que irá efetivar o PCCS, inclusive porque se
463 solicitou que ela se retirasse. **27)** Suely Ortiz informa que esta empresa foi licitada em
464 maio deste ano e o contrato finaliza em maio do próximo ano. Ela veio apresentar o
465 trabalho realizado. O que deve ser deliberado é a abertura do concurso. **28)** Rodrigo
466 Presotto comenta que, sobre o remanejamento interno, gostaria de um esclarecimento
467 em relação a essa etapa do Sindicato e da representação de trabalhadores. Entende
468 que estão falando do diálogo direto com a Diretoria, mas entende ser interessante uma
469 representação tripartite, tendo conselheiras/os, supervisores e trabalhadores, para
470 discussão de critérios, que podem levar em consideração alguns elementos que os
471 próprios trabalhadores que não estão na função de supervisor podem trazer para o
472 processo, porque se está falando de questões que tem relevância para eles próprios. E
473 considera muito interessante o que foi apontado por Beatriz Mattos, de pensar na

474 possibilidade de um processo seletivo justo, para dar a possibilidade de as pessoas
475 concorrerem. Sobre o concurso, entende que já sabem de temporárias/os em funções
476 extremamente necessárias ao andamento das ações da gestão, como assistentes
477 técnicas. E pensando na descentralização da Comissão de Ética, inclusive, entende que
478 talvez seja possível deliberar pela aprovação do concurso e, mais adiante, discutem o
479 Edital, que é onde estarão as questões apontadas por Vinicius Cesca. Mas, com a
480 aprovação do processo, já se viabilizaria o processo necessário para encaminhamento
481 das ações relativas ao concurso. **29)** Suely Ortiz esclarece que a discussão já está
482 sendo feita de forma tripartite, pois o Sindicato é composto por representante dos
483 funcionários. **30)** Diógenes Pepe acrescenta que, além do Sindicato, há a Diretoria e os
484 supervisores. **31)** Karen Dotto, coordenadora de COF, comenta que estava em férias
485 quando foi realizada a reunião com os supervisores, assim, pode ser que isso tenha sido
486 discutido nessa ocasião, mas gostaria de saber se o concurso, além das vagas em
487 aberto, também preverá vagas futuras, por conta do crescimento do CRP. Exemplifica
488 com novas vagas de assistente técnica nas subsedes e na sede. **32)** Márcio Magalhães
489 diz que do que está entendendo da preocupação de Vinicius Cesca, está de acordo com
490 ela. Para ele, não faz sentido aprovar algo que ainda não entendeu exatamente o que é.
491 Se é aprovar um concurso sem saber quais são as vagas, realmente não faz sentido.
492 Entendeu que já ocorreu um processo de movimentação interna dentro da estrutura
493 atual de cargos para que o enquadramento no novo Plano de Cargos e Salários fosse
494 feito já de forma mais adequada, mais definitiva. Dentro da nova estrutura poderia,
495 também, ter um momento de manifestação de interesse por eventuais vagas que
496 surgiriam nesse novo modelo, para, somente então, terem a ciência de quais são as
497 vagas que terão disponíveis para o concurso. Entende que não haverá desacordo, todos
498 serão favoráveis à realização de concurso, mas, para aprovar, efetivamente, a
499 realização do concurso, teriam que ter informações das vagas, da proposta de edital.
500 **32)** Aristeu Bertelli da Silva diz que fica preocupado com a ideia de aprovar isso nesta
501 ocasião, especialmente, pelo que entende que causará insegurança, ainda que se
502 realize um concurso que seja para cargos não específicos, há a possibilidade de darem
503 brecha para algum questionamento e, então, terão um problema futuro, que pode ser
504 em médio prazo, das pessoas questionarem, inclusive, judicialmente, bloqueando,
505 assim, a implementação, a posse de alguns cargos. Entende que isso é muito
506 preocupante. Adianta que é favorável a ideia do concurso, entendendo ser justo, lícito,
507 transparente e considera que precisam avançar nesse caminho, mas, se preocupa que

508 autorizem algo que não tenha um substrato mais bem estruturado, com mais bojo, mais
509 bem elaborado, burilado. Podem acabar aprovando algo genérico que pode abrir espaço
510 para serem processados e deixar um trabalho que foi iniciado no plenário anterior,
511 bloqueado. Recorda que houve uma colega que era uma das pessoas que mais lutava
512 pela implementação do PCCS e acabou saindo do Conselho sem a sua implementação.
513 É algo que tem sido feito com cuidado, com rigor. Acha importante manter essa toada,
514 que pode parecer mais lenta, mas que é preferível que se tenha mais segurança.
515 Considera mais coerente que tenham um pouco mais de demora, mas que façam algo
516 que seja mais seguro e que tenha menos chance de acabar sendo questionado
517 juridicamente, do que adiantar pela vontade de implementar de maneira rápida e que
518 talvez não seja bem implementada. Em resumo, essa é sua preocupação, que tenham,
519 efetivamente, algo bem organizado, bem estruturado. Assim, superada a fase de diálogo
520 com o Sindicato e mais algumas fases, tendo já feito as transferências e remoções
521 internas, quando terão um diagnóstico mais interessante, ponderando na questão do
522 aumento, do crescimento do próprio CRP, não apenas para repor as vagas, mas
523 também porque não é bom ter o Ministério Público do Trabalho atrás do Conselho, e
524 também ponderar sobre a possibilidade de crescimento do CRP em alguns anos. **33)**
525 Evelyn Sayeg comenta que talvez não esteja claro o que Marcio Magalhães, Vinicius
526 Cesca e Aristeu Bertelli colocaram, nem qual a proposta que precisam deliberar.
527 Entende que é o que dá pra dizer é que não a dissenso sobre a abertura de concurso,
528 mas não entenderam a proposta e, assim, propõem que tenham mais elementos para
529 deliberar de forma um pouco mais qualificada. Assim, propõe que repautem essa
530 discussão, entendendo que já há concordância da plenária em relação à necessidade
531 de realizar o concurso. Diz que não tem acesso ao PCCS novo, somente ao antigo, mas
532 que em algumas reuniões que realizou com a Diretoria anterior, inclusive para
533 contratação da coordenação de Comunicação, explicaram o objetivo do PCCS e que
534 não poderia ser contratada uma coordenadora, e sim uma assessora, porque o cargo
535 mudaria. Haverá a redução de alguns cargos de gestão e, como proporão que abram
536 um concurso interno, onde as pessoas se candidatarão. Comenta que há o caso da
537 supervisora de secretaria e da coordenadora de secretaria, que atualmente são dois
538 cargos, mas que ficará somente um. Assim, questiona como ficará essa questão
539 trabalhista, que terão que enfrentar, mas que não têm elementos para discutir agora.
540 Entende que a proposta trazida induz a plenária ao erro. **34)** Ed Otsuka diz que,
541 dialogando com o que foi trazido, estão em um trabalho de construção de um projeto

542 que é consenso. Pensa em um aspecto, que é o dimensionamento da equipe de
543 trabalhadores, ou mesmo no redimensionamento, a partir das demandas que a gente já
544 percebe que surgirão com o aumento das necessidades do Conselho. Entende que
545 seria um equívoco iniciar esse processo antes de ter essas bases de suporte para que o
546 processo aconteça. Nesse sentido, farão uma construção coletiva e consensual. Sua
547 preocupação é que tenham bases mais solidificadas. E, se ainda não foi feito, é preciso
548 que seja feito o redimensionamento, por conta das novas demandas que surgirão.
549 Entende que precisam ter uma etapa de levantamento e de construção de uma base,
550 para que toquem esse processo da forma mais profícua possível. **35)** Monalisa Muniz
551 diz que, pelo que entendeu, é preciso elucidar o que teriam que votar, por exemplo, que
552 votarão apenas se será realizado concurso, porque isso já facilitará alguns trâmites
553 dentro do Conselho, mas não votarão o que vai constar em edital. Para o edital, é o que
554 foi trazido pelo conselheiro Vinicius Cesca e por outras/os conselheiras/os. Entende que
555 podem votar sobre a realização do concurso, para liberar alguns passos, e, depois,
556 precisarão voltar para discutir o edital, com os cargos. **36)** Guilherme Raggi diz que, de
557 fato, não há discordância no plenário quanto à questão de terem concurso em algum
558 momento. Há uma questão importante, o concurso tem que estar adequadamente
559 dimensionado, vai ter o edital e esse processo todo só virá posteriormente. É preciso
560 estar com o PCCS aprovado, inclusive, para poder fazer esse dimensionamento das
561 vagas. De fato, o que trazem nesta ocasião é só uma questão, se podem abrir os
562 processos de trabalhos relacionados à construção do concurso e o edital virá no ano
563 que vem, que é quando o PCCS estará instaurado e poderão fazer o dimensionamento
564 de vagas, saber quais são os cargos. **37)** Suely Ortiz comenta que a ideia de pensar no
565 concurso é pra desencadear os primeiros trâmites, para, depois, operarem como a
566 Monalisa Muniz colocou, de forma pormenorizada, verificando quais são os cargos a
567 contemplar. Uma das falas iniciais de Vinicius Cesca trouxe a urgência de se fazer esse
568 ajuste pelo remanejamento, antes de passar para o outro momento, porque dentro das
569 novas regras, seria um pouco mais difícil, mais custoso, mais limitado de acontecer.
570 Está mais fácil trabalhar no que têm hoje para esse remanejamento. Em relação ao que
571 foi questionado pela coordenadora técnica, Karen Dotto, se já previam para o concurso
572 uma projeção de novos cargos tendo em vista o crescimento do CRP. Informa que ainda
573 não foi pensada essa questão. **38)** Andrea Mataresi justifica seu atraso pelos cuidados
574 com a sua filha. E, questiona porque seu nome estava justificado tanto na pauta, quanto
575 na lista de presença. Não mandou nenhum e-mail justificando ausência e, assim, queria

576 saber de onde surgiu essa informação. Outra questão, que talvez tenha sido explicada
577 no início da plenária, é a justificativa para o convite aos trabalhadores que estão nesta
578 plenária. Gostaria de entender porque os convites foram feitos especificamente a esses
579 trabalhadores. **39)** Suely Ortiz esclarece que falou com a coordenadora de Secretaria,
580 Sandra Ribeiro, que explicou que foi um erro do departamento e, por isso, reimprimiram
581 a lista de presença. **40)** A respeito da participação dos trabalhadores, seguem outras
582 reflexões que já fizeram anteriormente, de convidá-los para estarem na Plenária para
583 ampliarem. Karen Dotto e Mário Correa, supervisor da Contabilidade, que está para
584 apoiar no ponto do Orçamento. Luciana Mantovani também foi convidada, mas está em
585 uma atividade da CAMCOE. **41)** Andrea Mataresi questiona também sobre a presença
586 do assessor jurídico. **42)** Luciana Stoppa diz que ele está dando apoio juridicamente,
587 caso haja alguma questão específica. Questiona se há discordância da presença dessa
588 pessoas. **43)** Andrea Mataresi diz que apenas gostaria de entender porque a Diretoria
589 mudou a assessoria jurídica para a plenária. Indicando que será feita uma plenária
590 paralela entre tesoureiro, gerente e assessor jurídico, que, assim, mudarão o que vão
591 falar. **44)** Luciana Stoppa diz que o plenário trabalho em conjunto com os trabalhadores.
592 Podem registrar a manifestação da conselheira na ata. Mas, esses trabalhadores estão
593 aqui para assessorar o plenário, como sempre fazem. Questiona se votarão a questão
594 do concurso na próxima plenária. **45)** Suely Ortiz resgata que várias pessoas se
595 posicionaram de que havia consenso de que haja o concurso, mas que esperam fechar
596 o formato. O encaminhamento dado é que proporão em outro momento a conversa
597 sobre esse ponto. **46)** Rodrigo Presotto diz sistematizará, para ficar público. A sua
598 proposta, que depois foi reiterada por Guilherme Raggi, era que pudessem, neste
599 momento, entender que abrirão um concurso. As outras disposições, como o
600 dimensionamento e o edital voltariam à Plenária para que aprovassem. Porque terão
601 tempo de fazer o dimensionamento, de fechar o edital, a partir do processo de
602 remanejamento, das reuniões com o Sindicato. Então, neste momento era só uma
603 solicitação, uma consulta, em virtude da necessidade de alguns encaminhamentos
604 administrativos. Essa é sua proposta e gostaria que fosse apreciada. **47)** Luciana
605 Stoppa diz que seu entendimento é que precisam deliberar nesta ocasião, porque
606 votarão o edital na próxima plenária. Sua proposta é que façam a apreciação de edital,
607 dos dados mais detalhados e precisos na Plenária de dezembro, acatando a reflexão
608 que foi feita aqui, e aprovam o edital e outras informações mais precisas. **48)** Rodrigo
609 Presotto indica que foi contemplado e, assim, retira sua proposta. **49)** Guilherme

610 Rodrigues Raggi diz que, conforme sua fala anterior, entende que há consenso da
611 questão de necessidade de abertura de concurso e que o edital só poderá ser pensado
612 após a implantação do PCCS, para ser ter o dimensionamento dos cargos, do número
613 de vagas, que é algo que não é possível ser feito agora. Assim, questiona se há
614 consenso que haverá abertura desse processo e podem começar o mapeamento desse
615 trabalho. **50)** Vinicius Cesca diz que falta pensarem o significado de determinadas
616 formalidades, para terem precisão do encaminhamento da deliberação. Uma coisa é o
617 entendimento, e reafirma, até pelo fato de não haver nenhuma manifestação contrária,
618 de que todas/os conselheiras/os nesse espaço defenderão o concurso público como via
619 de acesso ao emprego público. Acha que isso não é exatamente objeto neste momento
620 de deliberação, por outro lado, há uma formalidade, que é a deste Plenário autorizar a
621 abertura de concurso. E, é isso que entende que não pode acontecer neste momento,
622 por falta de mais dados. Assim, o mapeamento de necessidade e o dimensionamento
623 não dependem da aprovação deste Plenário. A Diretoria pode tocar essas questões, até
624 porque elas estão relacionadas a um Plano de Cargos, Carreiras e Salários, seja o
625 antigo, seja o novo, que já foram aprovados pelo Plenário do CRP SP. Então, a Diretoria
626 já possui um mandado, no sentido de executar esses planos. É redundante ficarem
627 pensando se irão executar ou não o plano, pois isso não é uma escolha, uma vez que
628 ele já está aprovado, já foi homologado na Justiça do Trabalho, pelo Ministério Público e
629 etc.. Se a proposta de Rodrigo Presotto é que façam a autorização da abertura do
630 concurso, sua proposta é que não cabe fazer isto neste momento, porque não possuem
631 informações suficientes para tomar essa decisão. Caso seja somente uma verificação
632 de que este plenário entende que a via de acesso a emprego público é via concurso
633 público - apesar de entender que isso não é necessário na medida em que já há
634 deliberação neste sentido, porque o Plano de Cargos, Carreiras e Salários já foi uma
635 deliberação do plenário deste CRP SP, assim, é redundante - é possível. Entende que
636 aquela formalidade de autorização, como alguns colegas coloraram, depende de mais
637 informações. Assim, seu entendimento é que não há nada o que deliberar neste ponto e
638 que fizeram uma discussão que os prepara para uma deliberação futura. **51)** Luciana
639 Stoppa diz que consideram que se tratou de um informe, uma apresentação do Plano de
640 Cargos, Carreiras e Salários e como ele será implementado. Diz que irão encaminhar a
641 discussão sobre a abertura de concurso e edital, indicando que, apesar de Vinicius
642 Cesca dizer que podem fazer isso enquanto Diretoria, entende importante também que
643 este Plenário tome ciência disto e deixarão esse ponto para ser decidido na Plenária de

644 dezembro. **Encaminhamento:** As deliberações acerca de abertura de concurso público
645 serão discutidas na plenária subsequente. **II) INFORMES – 2.1) Justificativas de**
646 **Ausência** – Foram consideradas as justificativas de ausência das/os conselheiras/os
647 Camila Teodoro Godinho, Clarice Pimentel Paulon, Maria das Graças Mazarin de
648 Araújo, Regiane Aparecida Piva, Beatriz Borges Brambilla, Magna Barboza Damasceno,
649 Mary Ueta e Maurício Marinho Iwai. **2.2) Ausência de áudio da 2004ª Plenária**
650 **Ordinária, de 28 de outubro de 2017 – 1.2.1 – Período da manhã** - Vinicius Cesca de
651 Lima solicita uma correção em um ponto de pauta “Sindicância (Áudio Plenária), onde
652 na pauta consta como ele como responsável pelo ponto e gostaria de dizer que não é e
653 não será o responsável por este ponto. Acredita que se trata de um equívoco, neste
654 sentido. O que ocorreu, na verdade, foi uma solicitação de sua parte, enviada à Diretoria
655 do CRP SP com cópia para a Comissão de Auditoria e Controle Interno de cumprimento
656 de um dispositivo previsto na Lei de Acesso à Informação, que implica a realização de
657 uma Sindicância. Fez esse pleito na condição de alguém que faz solicitação ao CRP SP
658 de acesso a uma informação e que teve como retorno que não teria acesso a essa
659 informação por conta de uma forma de extravio dela e aquilo que já mencionou no início,
660 que se trata da ausência de registro efetivo da 2004ª Plenária Ordinária, de 28 de
661 outubro de 2017. A Lei de Acesso a Informação diz que quem recebe este tipo de
662 resposta pode solicitar a abertura de sindicância. Foi isso que fez. Então, solicitou
663 abertura de sindicância por conta desse fato e deu ciência a Comissão de Auditoria e
664 Controle Interno por entender que ela tem atribuições, pois pode tomar providências
665 nesse sentido. Mas, não é a pessoa responsável nem por apresentar, nem por formular,
666 por deliberar, por executar essa ação. Assim, solicita que seu nome seja retirado da
667 condição de responsável por este ponto, pois não é e não será o responsável por isso.

668 **Considerações do plenário:** **1)** Luciana Stoppa diz que Vinicius Cesca de Lima pode ser
669 contemplado nessa questão apontada e que seguirá dando o informe sobre o caso.
670 Pede à Secretaria do CRP SP que projete ao plenário a Informação Administrativa que
671 fizeram sobre isso, como Informe para a plenária. Trazem ao conhecimento do plenário
672 aquilo que as trabalhadoras constataram com relação ao áudio da plenária de 28 de
673 outubro último. **2).** Vinicius Cesca índia que a questão é que todos os pontos de pauta
674 na plenária indicam um responsável e ele apenas pede que seu nome seja retirado de
675 responsável pelo ponto. Se ele não será o indicado para ser o responsável, deverá ser
676 indicado outra/o conselheira/o para isso. Assim, questiona a mesa diretora quem
677 indicam como responsável. **3)** Luciana Stoppa pede que ele aguarde o informe, para

678 depois pensarem nessa questão. Informa que Paulo Hamilton, assessor jurídico está
679 presente, inclusive, para ajudar com essas questões. **4)** Vinicius Cesca informa que não
680 poderá aguardar porque entende que se trata de outra questão. Trata-se de um ponto
681 de pauta que, no momento, está sem indicação de responsável. **5)** Luciana Stoppa
682 solicita, então, que seja indicado seu nome como responsável. E prossegue com o
683 informe sobre o áudio da plenária. Informa que fará a leitura do que as trabalhadoras
684 deram ciência à Diretoria e todo o processo de averiguação que elas fizeram quando
685 constataram o fato. Entende que a palavra extravio é uma palavra inadequada, não dá a
686 exata informação daquilo que aconteceu efetivamente, que é o que quer trazer ao
687 plenário. Realiza, então, a leitura da Informação Administrativa, conforme folha anexa,
688 que é parte integrante desta ata. Diz que entendem que, diante de todo esse processo
689 de verificação e averiguação do que aconteceu e em consulta ao advogado Paulo
690 Hamilton, que os informou que o áudio da plenária é um documento de apoio a este
691 coletivo na produção da ata, então, todos os fatos foram esclarecidos com a
692 documentação apresentada, não havendo necessidade de instauração de uma
693 Sindicância. **6)** Evelyn Sayeg questiona a Diretoria se chegaram a perguntar ao
694 Departamento de Informática o que havia ocorrido, porque pelo que entendeu, esse
695 documento é da Secretaria contando o que ocorreu. Nele, contam que esse setor não
696 mexe com os cabos justamente porque não têm a competência técnica para isso.
697 Parece-lhe que o documento traz bastante os fatos, sendo mais descritivo do que
698 interpretativo, e traz algumas questões que os levam a entender que a responsabilidade
699 sobre a cabine de som e da forma como os cabos estão encaixados na cabine é do
700 Departamento de Informática. Não é o de Comunicação, é do Departamento de
701 Informática. O Departamento de Comunicação faz as transmissões online, então,
702 utilizam a cabine para fazer essas transmissões, assim como a Secretaria utiliza para
703 gravar as plenárias, assim como o Setor de Eventos, que eventualmente apoia com as
704 transmissões online, quando não é possível para o Departamento de Comunicação. Diz
705 ter várias questões sobre isso, inclusive porque entende que isso deveria ser uma
706 responsabilidade do Departamento de Informática e de Eventos. Mas, então, entende
707 que precisam abrir uma Sindicância, porque precisam interrogar o Departamento de
708 Informática, o que aconteceu, se eles foram mesmo fazer o teste do Skype, porque que
709 os cabos ficaram daquela forma. Entende que, por exemplo, na plenária anterior foi
710 colocado diversas vezes que o que estão fazendo nas plenárias é um martírio. Escuta o
711 que os funcionários estão sentindo em relação a isso, que não está sendo fácil. Pondera

712 que se não está sendo fácil para as/os conselheiras/os, imagina para as/os
713 funcionárias/os que estão vivendo essa situação. Eles estão sofrendo! Tem relatos
714 das/os funcionários que estavam fazendo a transcrição da primeira plenária após o
715 golpe, de que eles precisavam parar porque estavam quase vomitando. Os funcionários
716 estão sofrendo muito com isso, e é preciso olhar para isso. Não dá para, simplesmente,
717 entender que está tudo bem e que não precisa abrir uma Sindicância. A necessidade de
718 abrir Sindicância não é somente para interrogar o Departamento de Informática ou
719 outros para entender como foi construída essa situação da ausência do áudio, mas para
720 entender qual é o lugar dos trabalhadores nessa situação horrorosa que o plenário está
721 vivendo. É preciso tomar uma providência a respeito disso. Enquanto psicóloga, entende
722 que quando os funcionários estão em sofrimento intenso, cometem erros. Não sabe se
723 foi este o motivo ou se não foi, mas sabe que existe uma série de sofrimentos e que
724 precisam tomar uma providência com relação a isso. Preocupa-se, de verdade, com a
725 saúde dos trabalhadores que estão tendo que passar por toda essa situação que o
726 plenário está vivendo, que é algo que mexe muito com o emocional de todo mundo.
727 Dentro da Comunicação têm algumas provas de como está sendo difícil pra eles lidarem
728 com isso, o que a conselheira Ivani e o conselheiro Marcio puderam ver não reunião
729 realizada no dia anterior. Assim como sabe que está sendo difícil para a Secretaria lidar
730 com isso, pois passa nos setores e vê como está a situação das pessoas, escuta como
731 é difícil ter que vir para esta plenária. **7)** Vinicius Cesca de Lima diz que seu primeiro
732 ponto é sobre como entendem o registro em áudio das plenárias, não entende que se
733 trata apenas de um material de apoio à produção de uma ata. Entende que se trata da
734 produção de um documento público e, para isso, tem a jurisprudência da Controladoria
735 Geral da União, que está dentro do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral
736 da União, de que registro em áudio de sessões deliberativas de instituições públicas são
737 documentos públicos alcançáveis pela Lei de Acesso a Informação. Inclusive, uma das
738 decisões da CGU, que entende ser a decisão possível, a partir da interpretação da Lei
739 de Acesso a Informação quando estabelece que a publicidade seja a regra e o sigilo é a
740 exceção. Então, a CGU entende que toda interpretação da Lei de Acesso à Informação
741 tem que ser na maior abrangência possível, nunca de forma restritiva. Inclusive, há um
742 caderno da CGU sobre a aplicação da LAI, que tem um caráter pedagógico, porque cita
743 uma série de decisões, as entendendo como emblemáticas. Uma delas trata
744 expressamente dessa questão, inclusive sobre acesso a registros em áudio de sessões
745 deliberativas de instituições públicas, onde se expressa o entendimento de que é um

746 documento público e que, portanto, é alcançável pela Lei de Acesso à Informação.
747 Inclusive, citam o entendimento de que não se pode alegar que não se trata de um
748 documento finalizado, que se trata de um documento prévio apenas utilizado para
749 compor um documento final, que seria a ata. Há o entendimento de que mesmo as
750 versões prévias de documento, mesmo aquelas que não foram aprovadas na instância
751 que tenha competência para isso, são alcançáveis pela Lei de Acesso à Informação.
752 Então, a instituição tem o dever de disponibilizar documentos, mesmo quando não é sua
753 versão final, desde que mencione que não é a versão final para quem vá receber este
754 documento. Porém, entende que esse não é o caso de um áudio, já que ele lhe parece
755 ser um registro mais preciso do que o próprio registro em ata, com as dificuldades que
756 isso possa implicar. Então, rejeita esse entendimento e entende que precisam discutir
757 isso. Não entende que os registros em áudio são apenas um meio para alcançar a
758 produção de um documento, a ata, especialmente porque a ata será apreciada pelo
759 plenário, que delibera sobre ela, e já houve casos recentes, como na plenária passada,
760 por exemplo, de pessoas que alegarem que não foi dito em plenária algo que dito.
761 Então, como a gente tem a contraprova na produção dessa ata, caso as pessoas que
762 aprovam essa ata digam que algo não aconteceu. Cita o exemplo que ocorreu na
763 plenária passada, apontou textualmente que na 1991ª Plenária Ordinária, de 02 de
764 setembro de 2017, ele e outros colegas defenderam que o processo de Planejamento
765 Estratégico contasse com assessoria externa. Pelo que se recorda, Guilherme Raggi e
766 Regiane Piva disseram não se lembrarem disso. Então, as pessoas não se lembram
767 daquilo que foi dito em plenária e que depois farão a Ata sem um registro que comprove,
768 que permita, minimamente, uma verificação se aquilo ocorreu ou não. Assim, não
769 entende que registro em áudio seja secundário, seja somente um meio para alcançar
770 um fim. Entende que ele é um documento fundamental na produção dos registros, na
771 garantia da transparência do processo decisório e que há um prejuízo potencial em não
772 haver um registro em áudio da última plenária, que é como lidarão com a aprovação
773 dessa ata, uma vez que há exemplos de pessoas que alegam que não ocorreu algo que
774 ocorreu e que são os registros de áudio que permitiriam comprovar isso. Também há
775 prejuízo concreto à transparência do processo decisório, na medida em que qualquer
776 pessoa que poderia pleitear o acesso a este registro, terá como resposta que não há
777 como acessá-lo. Ainda, tem a gravidade da situação, que não é aquela apontada por
778 Luciana Stoppa em seu informe. Teve acesso a essa Informação Administrativa antes
779 desta data devido à resposta à sua solicitação do referido áudio. Faz sua apreciação

780 pessoal de que sua escrita está muito bem circunstanciada e apresenta os fatos. Mas,
781 entende que a Sindicância não se esgota nisto. Acredita que há uma questão importante
782 que Evelyn apontou, por exemplo. Há menção a alguns fatos que podem ser melhor
783 entendidos, elucidados e circunstanciados. E, mesmo que isso ocorra, entende que a
784 Sindicância tem uma possibilidade que é de apontar soluções e alternativas para que o
785 fato não ocorra mais. A Sindicância não é somente investigativa, possui também um
786 caráter propositivo e que a Informação Administrativa não esgota. Nesse sentido, faz
787 questão de que instale uma Sindicância para apuração desses fatos. Não é só porque
788 algumas/uns conselheiras/os entendem que é preciso aprofundar o entendimento
789 daquilo que ocorreu, mas também para que possam ter a oportunidade, por esse
790 instrumento, de pensar soluções, alternativas e estratégias de garantir este registro.
791 Conforme sua argumentação, a inexistência do registro é um prejuízo concreto à
792 transparência no processo decisório do CRP SP. **8)** Andrea Mataresi entende que o
793 Informe Administrativo está completo e defende a abertura de Sindicância, pois lhe
794 assusta a responsabilização das funcionárias da Secretaria por esse áudio, como se
795 fossem as responsáveis pelo erro, sendo que não é da função delas essa atividade, não
796 é uma atribuição dessas funcionárias mexerem com isso e, assim, não podem ser
797 responsabilizadas. Para ela, a Diretoria aceitar apenas o Informe Administrativo e
798 entender que, com ele, não é preciso abrir Sindicância, é responsabilizar as
799 trabalhadoras que não tem essa responsabilidade, que não precisariam fazer isso.
800 Parece-lhe bastante comum neste Conselho o desvio de função, que é motivo de
801 preocupação para a saúde das/os trabalhadoras/es. Sugere que as funcionárias da
802 Secretaria passem a se negar a fazer aquilo que não é de sua função, uma vez que isso
803 diz respeito à saúde delas. Não entende que as trabalhadoras da Secretaria sejam as
804 responsáveis por esse erro. Acredita que deve haver uma Sindicância. É preciso ter,
805 claramente, o processo de como essa atividade será feita, como esses registros serão
806 feitos. Não concorda com a opinião da Assessoria Jurídica, de que se trata de um meio
807 pra produzir a ata. Entender dessa forma o registro em áudio é um prejuízo à
808 democracia, à transparência das decisões tomadas por este Conselho. É um prejuízo
809 sério, porque se trata de uma instituição pública, que se mantém pelo recolhimento de
810 imposto; uma autarquia pública federal que se sustenta por meio de impostos e que
811 precisa registrar o que este grupo delibera. Ocorreu durante a plenária passada, na qual
812 não esteve presente, mas já havia ocorrido em outras também, de conselheiras/os
813 alegarem que as falas foram outras, sendo necessário recorrer à transcrição literal da

814 gravação do áudio. Em sua opinião, alegam não dizerem algo por não entenderem mais
815 interessante terem dito. Propõe que o plenário vote para que sempre seja feita a
816 gravação e que essas gravações fiquem disponíveis no Portal da Transparência, para
817 que nenhuma/um psicóloga/o necessite solicitar isso, pois há jurisprudência para isso.
818 Preocupa-se que, justamente em uma plenária em que o conselheiro tesoureiro e a
819 conselheira presidenta apresentaram um orçamento do qual levantaram que havia 21
820 (vinte e um) erros, acharem que está tudo bem não terem esse áudio. E diz que não
821 quer que digam que deve haver confiança, afirmando que ela, Andrea Mataresi, não
822 confia nesta presidenta e neste tesoureiro enquanto pessoas responsáveis por fazerem
823 o orçamento. Ressalta que isso não tem relação com o trabalho dos trabalhadores do
824 CRP, nos quais ela confia. Gostaria que esses áudios fossem publicizados sem
825 exigências, indicando que o áudio que está sendo gravado desta sessão deveria
826 durante a próxima semana já estar disponível no site. Entende ser direito de todo
827 cidadão que tiver interesse nessa gravação, e lhe parece que a Diretoria não gostaria
828 que esses fossem abertos. Sua impressão é que a Diretoria prefere não ser
829 transparente, o que lhe parece uma herança do modelo político do 'Cuidar da Profissão'.
830 **9)** Bruna Lavinias Jardim Falleiros entende ser essencial que haja Sindicância no molde
831 de todas as outras Sindicâncias que ocorreram e para as quais nunca foi necessária a
832 solicitação de Parecer Jurídico para avaliar se precisaria ou não ser instaurada. O
833 documento elaborado pela Secretaria esclarece completamente o ocorrido, pelo ponto
834 de vista da Secretaria, mas não é essa a questão. Há outros desdobramentos do que
835 aconteceu antes e depois, e que é essencial que sejam investigados e sanados. Não se
836 sente esclarecida sobre o ocorrido e reforça a fala de Andrea Mataresi, de que isso não
837 está, absolutamente, relacionado à questão daquilo que as trabalhadoras
838 desempenharam durante a plenária, inclusive, reforça a importância do áudio, pois,
839 podem ver no que está projetado, que poderão ver que há várias reticências, pois não
840 podem esperar das trabalhadoras que o simples registro mecânico que estão fazendo
841 seja completo. Para isso, seria necessário colocar 10 (dez) pessoas aqui para fazer
842 esse registro. É desumano esperar que as trabalhadoras consigam registrar tudo o que
843 é falado aqui, apenas em suas digitações. **10)** Durante as falas, constantemente pedem
844 que algo fique registrado, que está sendo gravado e que resgatarão esse áudio. Já
845 existe a cultura do lastro do áudio, de ser a garantia daquilo que deliberam. Pode,
846 inclusive, questionar a validade do que deliberaram na última plenária e, dependendo de
847 como for encaminhado, podem, inclusive anulá-la. Precisam ver como será feita essa

848 ata e diz que questionará aquilo que não ficar de acordo com o que foi dito. Diz ser algo
849 muito perigoso, pois estão em dois movimentos políticos distintos, onde não há relação
850 de confiança. Preocupa-se muito que haja o apoio solicitado por um grupo político,
851 porque não é de uma autarquia e o assessoramento jurídico é da autarquia. Relata que
852 é a segunda vez que isso ocorre, sendo a primeira vez em relação a processo funcional,
853 onde foi passada uma informação completamente distorcida sobre como deveria ser
854 encaminhado e os dias de prazo, que ocorreu na primeira plenária dessa presidência
855 dessa diretoria, foi um equívoco enorme contra os artigos do CPD. A assessoria jurídica
856 parece enviesada de uma forma política, tendo elaborado um parecer que não
857 contempla o plenário, não contempla a categoria, somente contempla a um grupo
858 político. Assim como agora, este parecer contempla um grupo político, não contempla a
859 plenária e não contempla a categoria. É questionável porque não dá respaldo e lastro
860 suficiente para o que deve ser uma Sindicância. Comenta que na reunião da Comissão
861 de Comunicação realizada no dia anterior, falaram sobre algo que entende essencial,
862 que é a transmissão online das plenárias. Considera isso urgente. **11)** Aristeu Bertelli
863 informa que Magna Barboza Damasceno pede que registre sua justificativa, que não
864 teve como estar presente nesta plenária, devido à uma situação adversa, um acidente
865 sofrido, sendo necessário que se mantenha em repouso. Diz que precisa se dirigir aos
866 colegas de plenário e, especialmente, às trabalhadoras Jessica Morgana Batalha,
867 Sandra Maria da Cruz, Veridiana Lucia Triaca, Fabian Correa e Sandra Ribeiro Carlucci,
868 para registrar o seu desagravo. Sinceramente, deposita sua confiança no trabalho
869 dessas funcionárias, não tendo dúvida sobre a qualidade, sobre o zelo e a diligência
870 com que essas profissionais atuam dentro desta autarquia. Faz questão de registrar o
871 seu desagravo a esse tipo de situação para a qual essas funcionárias estão expostas,
872 seu desagravo ao que está acontecendo. Elas explicam perfeitamente o que aconteceu
873 do ponto de vista da Secretaria, que não guarda a atribuição de cuidar desse tipo de
874 equipamento. Reforça seu desagravo e solidariedade à Sandra Ribeiro, Jessica
875 Morgana, Sandra Maria, Veridiana Triaca e Fabian Correa, porque não é justo o que
876 está acontecendo. E essa situação de elas explicarem só o prova a qualidade e o rigor
877 ético dessas pessoas, dessas mulheres. Não tem dúvida sobre isso. Faz cora sobre
878 aquilo exposto pela conselheira Bruna Falleiros sobre as transmissões. Talvez porque
879 venha de uma instituição do Sistema de Justiça, que é mais habituada com a questão
880 da transparência, já estando acostumados a fazer as transmissões de todas as sessões
881 do Conselho Superior da Defensoria Pública. As reuniões ocorrem semanalmente,

882 duram horas e são transmitidas tanto pelo canal de WebTV da Defensoria Pública
883 quanto pelo WebTV da Ouvidoria Geral da Defensoria. Acredita que o CRP SP precisa
884 avançar nisto. Essa Sindicância pode os dar essa possibilidade, a abertura da
885 Sindicância para que possam, inclusive, pensar, objetivamente, o que podem corrigir.
886 Parece-lhe comum das pessoas, ao menos das conselheiras e conselheiros que fazem
887 parte do “Movimento Integra”, que estão aqui nessa gestão e que fazem questão de
888 manter-se fiéis àquilo que foi a plataforma pela qual foram eleitos pela categoria.
889 Quando falam de transparência e rigor, também estão falando disso. A possibilidade que
890 a Sindicância poderá dar de avançar dentro dessa questão da transparência e, se for o
891 caso, inclusive que tenham transmissão online dentro das sessões plenárias. São
892 profissionais de psicologia, sabem de todos os problemas da memória, que a memória
893 não é exatamente um equipamento de registro e de como ela pode ser viesada.
894 Tanto, que já tiveram diversas divergências por conta disso e que só possível dirimir
895 após recorrerem ao áudio. As colegas da Secretaria não guardam a competência de
896 cuidar minuciosamente do equipamento, assim como também não de estenografia e de
897 taquigrafa de filme americano de juízo, elas não guardam essa competência e o CRP
898 não tem o equipamento necessário para isso. Não é possível fazer isso e não dá para
899 confiar exclusivamente nisso, depositando sobre essas funcionárias a responsabilidade.
900 Inclusive por isso é necessária a abertura de sindicância, em desagravo a isso que as
901 cinco trabalhadoras estão sofrendo aqui e para que possam corrigir essa caminhada,
902 tendo cada vez mais um trabalho transparente com registro público. **12) Maria Mercedes**
903 **Guarnieri** solicita que as/os conselheiras/os se atenham a questão exata, ou seja, a
904 questão da sindicância, sem se esvaír por outras questões e temáticas. **13) Questão de**
905 **ordem**, **Andrea Mataresi** diz que **Maria Mercedes Guarnieri** está tentando filtrar o que
906 as/os conselheiras/os estão tentando falar. Considera isso censura. **14) Questão de**
907 **ordem**, **Luciana Stoppa** pede que voltem ao debate. **15) Andrea Mataresi** pede que a
908 deixem falar, pois se trata de uma questão de esclarecimento. O que a conselheira
909 **Maria Mercedes** a está sugerindo lhe pareceu censura. **16) Maria Mercedes Guarnieri**
910 diz que responderá a **Andrea Mataresi**, que jamais iria desejar censurar nenhum dos
911 grupos ou conselheiras/os presentes, se trata apenas de uma sugestão. Não há
912 necessidade de se exaltarem tanto. **17) Questão de ordem**, **Vinicius Cesca** diz que já
913 discutiram, há duas semana, a disposição regimental em relação à fala das/os
914 conselheiras/os. Em diversas outras ocasiões houve a discussão sobre dispositivo da
915 questão de ordem. Nesse sentido, naquilo que o Regimento os permite, da expressão

916 de fala das conselheiras/os nas sessões, aponta novamente que há uma avaliação
917 absurdamente discricionária por parte da presidência do CRP SP, que sempre que
918 uma/um das/os conselheiros/as deste grupo que compõem o Movimento Integra pede
919 uma questão de ordem, ela/e é questionada/o se se trata mesmo de uma questão de
920 ordem. Foi algo que aconteceu com o conselheiro Mauricio Iwai na plenária passada e
921 que aconteceu com outros colegas em outros momentos. Aquilo que a conselheira
922 Maria Mercedes Guarnieri apontou não era questão de ordem e Luciana Stoppa não a
923 interpelou. Assim, reforça que há quem possa falar e quem não pode falar. Neste
924 sentido, o dispositivo da questão de ordem é um dispositivo no sentido de
925 descumprimento regimental ou daquilo que rege a ordem durante as sessões. Se há,
926 por parte da presidência, o questionamento se a questão de ordem é, de fato, uma
927 questão de ordem, que isso, no mínimo, seja feito a todas/os conselheiras/os quando
928 solicitarem, pois há distinção entre quem é questionado quando apresentar uma questão
929 de ordem e quem não é. É mais uma demonstração da condição autoritária e
930 antidemocrática por parte da presidenta do CRP SP, Luciana Stoppa dos Santos. É algo
931 que repudia. **18)** Marcio Magalhães deixa registrado que não entende que a Informação
932 Administrativa apresentada pelas funcionárias da Secretaria estejam as
933 responsabilizando pelo ocorrido. Também, quer deixar registrado que não é contra a
934 realização da sindicância. Entende, como apontou Evelyn Sayeg, que precisam discutir
935 as condições de trabalho dos funcionários do CRP SP, pois acha que são péssimas e
936 que nunca fizeram essa discussão. Gostaria que pudessem ter feito isso. Há um GT,
937 inclusive, que poderia ter discutido isso. Não fizeram essa discussão ou não chegou ao
938 conhecimento do plenário essa discussão. No lugar das/os funcionárias/os, nessa
939 situação, já teria feito diversas manifestações, na certeza de que com esta nova
940 Diretoria, não serão punidas por se manifestarem politicamente, não serão advertidas.
941 Dialoga com o exposto por Evelyn Sayeg, porque acredita que ela tem uma
942 preocupação genuína, de evitar que o sofrimento das/os trabalhadoras/es se prolongue
943 e compartilha dessa preocupação. Nesse sentido, sua questão em relação à Sindicância
944 é se sua abertura não resultaria em mais sofrimento para as funcionárias que seriam
945 questionadas. Assim, reforça que não é contra a Sindicância, apenas questiona com o
946 que ela contribuiria. Fala sobre isso desde o começo, mas a comunicação tem sido
947 difícil desde muito antes de constituírem como dois grupos diferentes. Tanto que houve
948 uma proposta da Comissão de Comunicação de fazer uma oficina de comunicação não
949 violenta que, infelizmente, não aconteceu. Acha que agora não teria mais condições de

950 ser realizada. Como Evelyn disse que ouvir o áudio da plenária também gera sofrimento
951 nas/os funcionárias/os, e presenciar isso ao vivo também gera muito sofrimento em
952 todas/os, inclusive nas/os funcionárias/os presentes. Então, diz trazer isso para que
953 reflitam se, de fato, a gente não pode fazer nada para melhorar isso né, mesmo dois
954 grupos distintos, mesmo sendo dois grupos distintos, se não podem fazer um esforço,
955 como já pediu antes, para tentar evitar que essa forma de comunicação se mantivesse
956 como está. Fizeram recentemente uma discussão sobre a função do registro em áudio e
957 foi uma discussão trazida pela Diretoria anterior. Combinaram que tentariam evitar,
958 minimizar essa quantidade de registros, de transcrições literais de fala, entendendo o
959 quanto isso traz de prejuízo para o trabalho da Secretaria de sobrecarga de trabalho. Foi
960 uma discussão que não foi proposta por esta Diretoria atual. Tinham chegado a um
961 acordo de que não fariam transcrições de fala, confiando no registro feito pelas
962 funcionárias. Com relação à ata da última plenária, não tem o registro de áudio. Terão
963 que, no mínimo, entrar em consenso que não terá o registro das falas naquilo que
964 poderiam discordar. São apenas alguns apontamentos que coloca para que possam
965 discutir. **19)** Paulo Hamilton Siqueira Junior, assessor jurídico, informa que fará sua
966 manifestação em dois aspectos. Embora não seja praxe de seu procedimento, gostaria
967 de exteriorizar um aspecto pessoal até para tranquilizar o plenário. A assessoria jurídica
968 é contratada por meio de licitação, que considera a questão técnica e o preço. Seu
969 escritório de advocacia foi contratado pelo Conselho nessa modalidade técnica e preço,
970 tendo em vista o arcabouço técnico do seu escritório, que é a expertise em entidades de
971 fiscalização do exercício profissional e o seu próprio currículo, tendo várias publicações
972 a respeito. Sempre teve independência profissional e funcional em todas as áreas em
973 que atuou e quer tranquilizar o plenário com relação a isso. Lógico que sempre a gente
974 é acusado de estar de um lado ou do outro, foi juiz eleitoral durante quatro anos em uma
975 seara eminentemente política e dependendo da decisão, diziam que ele era filiado ao
976 PT (Partido dos Trabalhadores) ou que era filiado ao PSDB (Partido da Social
977 Democracia Brasileira). Entende que é algo que faz parte do processo, mas que o maior
978 tribunal é a própria consciência, e está com a consciência tranquila em relação a isso.
979 Em sua história dentro do Conselho, pela assessoria jurídica e, inclusive antes, quando
980 foi funcionário e pelos últimos dez anos, a assessoria jurídica, sempre que foi
981 demandada, compareceu. A Diretoria anterior, por exemplo, sempre que demandou a
982 assessoria jurídica, essa compareceu, assim como ocorre com a COF e a COE.
983 Exteriorizam o entendimento técnico político que, muitas vezes, não agrada o

984 interlocutor. Mas, sempre com humildade, indicando que “salvo melhor juízo” ao final do
985 parecer, pois o Direito não é uma ciência exata. Ainda do ponto de vista pessoal, quer
986 destacar a fala da conselheira Evelyn que muito o tocou em relação às dificuldades dos
987 trabalhadores, o que é uma realidade. Sempre teve muita alegria de trabalhar no
988 Conselho, em assessorar juridicamente o Conselho de Psicologia, porque sempre
989 acreditou nos valores defendidos por este Conselho. Sempre acreditou nos valores
990 defendidos pelo Conselho, em especial em relação à dignidade da pessoa humana, que
991 guarda muita relação com sua formação de professor de Direito Constitucional. É
992 realmente uma dificuldade, se considera também funcionário do Conselho, esse
993 momento que estão vivendo, mas é preciso enfrentá-la. O que se refere à questão
994 iminente técnica jurídica que foi colocada agora, quer esclarecer alguns pontos. O
995 primeiro diz respeito à nomenclatura de documento público. Na doutrina, na ciência do
996 Direito, documento público é aquele indicado por Lei e dotado de fé pública com efeito
997 ‘erga omnes’, ou seja, com efeito perante todos. Isso é documento público. Documentos
998 públicos são aqueles que são elaborados de acordo com o princípio da legalidade,
999 quando a Lei determina a realização da feitura desses documentos. Salvo melhor juízo,
1000 não existe nenhuma determinação legal, ou mesmo regimental, para a gravação dessas
1001 plenárias. Então, não deslumbrou, enquanto assessor jurídico, a necessidade de
1002 instauração dessa sindicância. Aliás, a consulta foi feita por telefone por Luciana Stoppa
1003 no dia anterior, quando foi colocada a questão. A primeira pergunta que fez foi sobre
1004 qual seria a irregularidade, porque o que justifica a elaboração de uma sindicância é a
1005 ocorrência de uma irregularidade, de uma ilicitude. Essa sindicância pode ter vários
1006 desdobramentos, entre eles a abertura de um processo administrativo, mas também a
1007 ocorrência de sugestões, manifestações. Então, sempre que o jurídico foi demandado
1008 em relação à abertura ou não de sindicância, o jurídico se manifesta se é pertinente ou
1009 não a realização de uma sindicância. Inclusive, elaborando minutas para tanto. Não
1010 vislumbrou, em um primeiro momento, nenhuma irregularidade, nenhuma apuração
1011 administrativa. Por outro lado, há uma questão muito importante que foi colocada por
1012 várias/os conselheiras/os, que é a questão da transparência, a questão da publicidade
1013 dos atos administrativos, que guarda relação com o Artigo 37 da Constituição Federal.
1014 Alguns órgãos públicos disponibilizam até mesmo de forma online, por exemplo. No
1015 Tribunal de Justiça, as sessões do órgão especial são colocadas online para quem
1016 quiser assistir as sessões do Supremo Tribunal Federal. Já as sessões do Ministério
1017 Público não serão disponibilizadas. Por deliberação legal, a obrigação legal de um órgão

1018 deliberativo é que tenha uma ata e que nesta ata, conste o dispositivo. Há a
1019 necessidade da indicação do dispositivo, ou seja, da decisão. As razões de decidir, do
1020 ponto de vista iminentemente jurídico, não guarda relação; o que interessa é o
1021 dispositivo, a decisão. Então, na ata deve constar sempre a decisão. Não vislumbrou
1022 nenhuma determinação para a gravação dessas plenárias. Comentou-se que as
1023 plenárias precisam ser gravadas, que precisa da discussão e da transparência, mas
1024 para isso, dirigindo-se a Aristeu Bertelli, informa que não há necessidade de
1025 Sindicância. Pode ser composto um grupo de trabalho para esse fim ou se ter uma
1026 determinação nesta plenária, indicando que as plenárias serão gravadas e
1027 disponibilizadas na internet, por força do princípio da transparência. Mas, até esta data,
1028 não há essa determinação e, assim, não a irregularidade que enseje a Sindicância. Mas,
1029 isto é salvo melhor juízo. Não há uma irregularidade, mas, se o plenário entender que há
1030 a necessidade de abertura de uma sindicância para apurar esta questão de gravação da
1031 plenária, o que importa é a finalidade, que seria um estudo sobre a transparência, sobre
1032 o princípio da publicidade de implementar o Artigo 37 da Constituição Federal, no que se
1033 refere ao termo da jurisprudência. A palavra jurisprudência significa decisão reiterada
1034 dos tribunais em um mesmo sentido, que é como a jurisprudência se firma. O CGU
1035 apenas faz orientações aos órgãos públicos, algumas vinculativas e outras não
1036 vinculativas. Os atos tem que ser públicos, mas a extensão dessa publicidade fica a
1037 critério de cada órgão. Alguns órgãos exteriorizam muito, como o Supremo Tribunal
1038 Federal, as sessões são gravadas, são disponibilizadas. Outros tribunais não
1039 disponibilizam as suas sessões, mas a ata sempre precisa ser disponibilizada, porque é
1040 um documento jurídico, é necessário que se tenha o dispositivo. Ou seja, alguns
1041 publicizam mais que outros, isso vai a critério do órgão, a extensão dessa publicidade.
1042 Publicizar as razões de decidir é necessário. Cita como exemplo o Supremo, que tinha
1043 as sessões serem gravadas, mas não por obrigação legal. Pode ser pelo princípio da
1044 transparência, pró-democracia e outros princípios jurídicos. Mas, pelo princípio legal,
1045 seria obrigatório somente o dispositivo, as razões pelas quais decidiram, não são
1046 fundamentais. Coloca-se a disposição para responder a questões técnico jurídicas. **20)**
1047 Luciana Stoppa em nome do andamento dos trabalhos, diz estar se sentindo
1048 contemplada com aquilo que Paulo Hamilton e Marcio Magalhaes disseram e passa a
1049 sua palavra aos demais inscritos. **21)** Ivani Oliveira diz que não trará novidades, porque
1050 entende que estão caminhando para a compreensão de que isso pode ser discutido pelo
1051 GT Transparência. Mas, resgata que, realmente, como trazido pela conselheira Bruna

1052 Falleiros na reunião da Comunicação e o conselheiro Marcio Magalhães sugeriu e
1053 consultou os trabalhadores do Departamento de Comunicação sobre a viabilidade de
1054 fazerem transmissões online, se os equipamentos que possuem dão conta, por conta do
1055 volume de dados, pois as plenárias são muito extensas. A resposta foi que, a princípio, é
1056 possível, mas entende que a organização para realizar essas transmissões podem ser
1057 decididas pelo GT Transparência, e depois trazidas para o plenário, com
1058 fundamentação, para aprovarem, pois, para fazerem a transmissão, serão necessários
1059 mais trabalhadores. Há interesse do Departamento de Comunicação e pensam que
1060 podem colaborar com o GT para pensar em uma proposta bem concisa e embasada em
1061 relação a como isso ocorrerá, se for a decisão deste plenário. **22)** Ed Otsuka reitera sua
1062 solidariedade com as trabalhadoras. Achou bastante violento e acha que é um tipo de
1063 prática que, infelizmente, veem em instituições em situações conflituosas. A
1064 responsabilidade acaba recaindo sobre as pessoas que acabam tendo menos trabalho
1065 nas relações, reafirmando as relações de poder. Ficou bastante triste e entende que não
1066 devia ter sido exposto na plenária. Pode ter ocorrido algum erro, algum equívoco natural
1067 e que não era da função das trabalhadoras. Mas, ainda que tenha havido, não deveria
1068 ter sido exposto como uma justificativa, uma explicação pelo ocorrido. Este tipo de
1069 cuidado deve ser básico para nossas relações. Com relação à Sindicância, entende que
1070 é fundamental que instaurem tanto para buscarem reestabelecer o que ocorreu, quanto
1071 para que pensem no bom andamento para a saúde e preservação da instituição.
1072 Entende que é interesse para todas/os que a Sindicância ocorra e que seria muito
1073 estranho alguém se manifestar contra essa Sindicância. Uma razão que poderia apontar
1074 é o não interesse na transparência. Falaram da questão da confiança. Tem uma questão
1075 que é das relações de confiança porque infelizmente após o ocorrido algumas coisas
1076 foram alegadas, acaba ficando palavra contra palavra e cada um pode alegar o que
1077 quiser. Isso é muito grave e reflete o nível de distorção, de doença das relações que
1078 estão sendo estabelecidas no plenário. Mas, para além disso, se trata de uma questão
1079 de preservação, de respaldo, de suporte às pessoas que estão falando, que suas falas
1080 sejam registradas e que as discussões possam ser resgatadas e que o que está sendo
1081 dito seja cumprido e que seja compartilhado com a categoria e com a sociedade. Então,
1082 também não vê como, já estando na proposta de transmissão online, possa ser
1083 defendido de uma forma negativa. Pede que o discurso se concretize e que tenham
1084 interesse de que aquilo que está sendo discutido aqui - em tese, questões de interesse
1085 da categoria e interesse público – possa demonstrar que estão atuando em prol da

1086 categoria e da sociedade. Então, reafirma a importância de que a sindicância seja
1087 instaurada para que entrem em um espiral descendente de faça-se o que quiser e que
1088 as coisas não sejam devidamente suportadas, ancoradas em instrumentos que
1089 comprovem o que está sendo dito e em qual sentido estão as atuações nesse espaço.
1090 **23)** Evelyn Sayeg gostaria de registrar seu interesse político de que a gravação exista.
1091 Viveram uma série de problemas na última plenária, uma série de conflitos importantes.
1092 Houve, inclusive, uma denúncia de perseguição política contra o conselheiro Ed Otsuka
1093 que ela fez e que gostaria que fosse registrado em áudio. A denúncia que fez é séria e
1094 está aguardando as providências da atual Diretoria com relação a ela. Acredita que
1095 todos se lembram. Vinicius Cesca fez uma interpretação sobre a legislação que a
1096 contemplou, mas não retomará tudo isso. É preciso dizer que há dois grupos políticos no
1097 plenário e, claramente, precisam considerar esse fato. Se observarem o fato de que
1098 tudo aquilo que aconteceu na plenária anterior e tudo o que foi deliberado, é evidente
1099 que só há um grupo político que perde com a ausência do áudio. Este é o seu interesse,
1100 pois o outro grupo não perde nada com ou sem o áudio. Na verdade, com áudio podem
1101 até vir a perder, porque podem alegar não terem dito coisas que disseram. Porque já
1102 fizeram isso em outras oportunidades e acredita que tem gravado isso. Exemplifica que
1103 uma conselheira, no início da gestão, na primeira ou segunda plenária, alegou ter dito
1104 algo que, o que estava gravado era, exatamente, o oposto. Inclusive, a conselheira
1105 secretária a época, Camila Teodoro, ficou preocupada em como iria resolver isso,
1106 porque se colocasse o áudio para tocar, teria que desmentir a conselheira. Não há
1107 jurisprudência de que está tudo bem, de que podem fazer consenso, pois não entram
1108 em consenso aqui. Isso é provado o tempo todo. Não esperava que tomassem uma
1109 atitude tão desleal e injusta como não querer investigar isso, justamente porque é
1110 bastante suspeito. Mas, ainda não espera que tenham tomado a atitude de boicotar, de
1111 fraudar. Mas, tem dúvidas se isso foi ou não foi uma fraude. O plenário está em um
1112 movimento político, a autarquia é um espaço político e decisões políticas são tomadas.
1113 Oposições são oposições, e divergências são parte constituinte desde plenário, inclusive
1114 se fossem todos amigos e companheiros, de um mesmo grupo. Não esperava que essa
1115 fosse a posição do Movimento Cuidar da Profissão. Rompeu por uma série de motivos
1116 que, incansavelmente, colocam aqui. Mas, jamais imaginaria que seriam capazes de um
1117 ato de deslealdade desse tamanho, de não quererem mostrar para a categoria, para os
1118 demais membros do plenário, que não tem relação com o que ocorreu, não é esse o
1119 método “Cuidar da profissão”. Talvez esteja errada sobre isso, porque essa é a decisão

1120 que estão tomando. Não é uma decisão jurídica, é uma decisão política. Não deve ser
1121 considerada a partir da leitura jurídica, de estar aqui fazendo oposição. Fala como parte
1122 de outro grupo, porque não têm concordância. Estão aqui fazendo oposição porque não
1123 tem concordância com o método “Cuidar da Profissão”, que acha que não é esse de
1124 utilizar de fraudes para dizer, garantir alguma coisa, acha que não é. Mas, tem que
1125 dizer, porque às vezes as coisas não ficam claras, tem que dizer e registrar em áudio e
1126 em ata. Rompem porque acreditam que a plataforma política não estava sendo
1127 executada por um plenário e não acreditam que sejam capazes de executar o projeto
1128 político e provam isso o tempo todo. Há discordâncias, mas estão aqui para defender
1129 esse projeto político e, é por isso que precisam do áudio da plenária. Acho que precisam
1130 tirar isso da cabeça porque, talvez, não consigam, mas precisam, ao menos, limpar isso
1131 e entender o que aconteceu. E isso não significa que irão punir alguém, como não puniu
1132 ninguém, pelo menos que ela saiba, com relação ao tablet que foi roubado do
1133 Departamento de Comunicação. Não inquiriram ninguém com relação a isso, não
1134 fizeram nada punitivista, coercitivo com relação a isso. Para o tablet, não houve
1135 problema em fazer uma sindicância e, para o áudio da plenária, com um cabo que não
1136 estava conectado, não podem. Não confia politicamente um no outro, divergem e não vê
1137 problemas em falar sobre isso, em divergir. Sobre o que o conselheiro Marcio
1138 questionou, sobre qual seria o objetivo da Comissão, entende que é de apuração dos
1139 fatos para entender por onde passou o equívoco com os cabos, pode ter sido
1140 esquecimento, mas pode ter sido fraude ou outra coisa, e gostaria de ter isso
1141 esclarecido. Podem também dar orientações para a Comsat, para elaboração de projeto
1142 de saúde do trabalhador relacionado ao sofrimento ético político que esta plenária causa
1143 nos funcionários. Porque todo lugar de discordância causa algum sofrimento ético
1144 político e quando ele é feito de forma tão violenta, tão militar, como todos estão fazendo,
1145 causa ainda mais. Gostaria que a Comsat elaborasse isso, ou que a Comissão de
1146 Sindicância tivesse como objetivo observar e identificar aqueles pontos que precisam
1147 ser elencados para este projeto da Comsat. Questiona se devem estabelecer um prazo
1148 para que a Comsat apresente o projeto, se até a próxima plenária. **24)** Bruna Falleiros,
1149 sobre a Comsat, informa que foi sumariamente excluída dessa Comissão, tendo
1150 solicitado esclarecimento a respeito, o que até o momento não recebeu. Assim, gostaria
1151 de registrar isso e solicitar, mais uma vez, esclarecimentos por e-mail. Terá que,
1152 infelizmente, fazer a solicitação com base na Lei de Acesso à Informação. Como
1153 conselheira eleita suplente da Comsat, foi sumariamente excluída, sem nenhuma

1154 justificativa. **25)** Evelyn Sayeg comenta que a assessoria Jurídica não compareceu ao
1155 ser demandada, não sendo verdade o exposto pelo assessor jurídico, Paulo Hamilton.
1156 Não compareceu, ao ser demandada pela Diretoria, que deliberou que elaborasse a
1157 justificativa jurídica para o distrato do contratado para o Jornal Psi. Não compareceu,
1158 não fez o solicitado, a gerência não encaminhou e agora estão com esse problema.
1159 Gostaria que fosse exposto todo o problema do Jornal, porque está cansada da
1160 perseguição que acontece com relação a essa situação. Então, não é verdade que o
1161 que Paulo Hamilton falou, a Diretoria anterior deliberou isso. Se quiserem, podem
1162 explicar isso, para contrapor. **26)** Luciana Stoppa pede que Evelyn Sayeg mantenha o
1163 respeito. **27)** Evelyn Sayeg diz que foi Luciana quem a interrompeu, que é ela quem
1164 deve respeitá-la. Agora não pode falar e irão dizer que isso não é censura. Depois
1165 dizem que não é importante o áudio da plenária. **28)** Luciana Stoppa pontua que a mesa
1166 tem a obrigação de garantir os trabalhos da plenária. **29)** Evelyn Sayeg diz que gostaria
1167 de finalizar a sua fala. **30)** Luciana Stoppa registra o atravessamento aos trabalhos
1168 desta plenária, registrando que não estão produzindo. **31)** Evelyn Sayeg diz que não se
1169 deve interromper o parlamento enquanto ele está falando, o tribunal eleitoral que não
1170 tem nada a ver com isso. Questiona porque Luciana Stoppa a interrompe. Considera
1171 isso um absurdo. Já estava terminando sua fala e agora terá que recuperar o raciocínio
1172 e terão que a ouvir por mais tempo. Agora terá que ir até as 18, 20 ou 22 horas da noite.
1173 Podem ir repactuando quórum até terminar tudo. **32)** Guilherme Raggi questiona se
1174 Andrea Mataresi gostaria de registrar o que falou sobre machismo em áudio. E que
1175 voltem à fala da conselheira Evelyn. **33)** Evelyn Sayeg comenta que está finalizando sua
1176 fala, respondendo às questões. Entende ser importante garantir as falas, inclusive
1177 porque têm suspeita de fraude por parte de conselheiras/os. Então, é complicado
1178 censurar as pessoas com uma suspeita dessas colocada às vistas. Acha que poderiam
1179 ter consciência com relação a isso, para além dos diferentes lugares políticos neste
1180 plenário. O tempo todo retoma isso, há uma grande barreira entre os dois grupos deste
1181 plenário, e um deles diz que o outro está atravancando os processos políticos. Diz que
1182 não foi seu grupo que colocou essas questões à frente das questões políticas, ao
1183 contrário, estão o tempo todo tentando elucidar uma série de questões em relação a
1184 isso e não conseguem enxergar. Dando continuidade ao seu debate, trazendo uma série
1185 de questões que foram colocadas, relata que os funcionários públicos do município de
1186 São Paulo, quando o João Dória deu início ao seu trabalho como prefeito, não entraram
1187 na campanha do PT, tiveram que ficar quietos, sofrendo com as mudanças de gestão.

1188 Trata-se de um questão que faz parte da disputa política e devem pensar como fazer
1189 para que os funcionários não sofram tanto com isso, mas todos envolvidos irão sofrer,
1190 porque faz parte da política. Entende que a transmissão online alivia o trabalho da
1191 Secretaria, porque compartilha um pouco o trabalho e as atas não precisariam ser tão
1192 extensas e literais. Uma das questões que gostaria de colocar é o quanto é equivocado
1193 colocar um opinativo Jurídico a frente dessa decisão, que é uma decisão política. O
1194 Paulo Hamilton não sabe que a conselheira Regiane Piva fez essa proposta há algumas
1195 plenárias atrás, não sabe que o conselheiro Marcio Magalhães fez essa proposta ontem,
1196 não sabe que a APAF faz isso e que, portanto, existe jurisprudência para fazerem. A
1197 APAF já faz transmissão e, inclusive, esse foi um argumento utilizado pela conselheira
1198 Regiane. E pede que se registre, ainda, que há uma diferença importante entre a
1199 Diretoria anterior e a atual, que coloca o jurídico acima da decisão política, da mesma
1200 forma como coloca o financeiro à parte da decisão política, o que não acontecia com a
1201 direção anterior. Deseja que isso esteja expresso em ata. **34)** Aristeu Bertelli comenta
1202 que há algumas vantagens de conversarem com quem, realmente, entende o risco e
1203 como as coisas funcionam. É psicólogo e atua no Sistema de Justiça, tem algum
1204 diálogo, mas não é sua área e uma das coisas que estão acostumados é que o direito
1205 também tem um aspecto ordinário, o aspecto do costume. Parte do Direito se constrói
1206 apenas com o que está grafado, com aquilo que está evidente, explicitado em códigos e
1207 papéis. Mas, existe algo que é do costume que é um conceito ordinário. Há um aspecto
1208 desses no CRP, não foi nesta gestão, nem na gestão anterior, mas antes, que
1209 começaram a gravar as plenárias. Há dois grupos políticos dentro do plenário, mas que
1210 formam um mesmo plenário. A plenária anterior se estendeu muito. Enquanto foi
1211 presidente, houve plenárias que se estenderam e uma que se estendeu muito além do
1212 horário estipulado – 17 horas - mas nenhuma ultrapassou às 20 horas. Nesse período,
1213 diversas vezes, foi questionado do porque tantas vezes se estendia, e a plenária de
1214 outubro se estendeu até às 20 horas e, agora, descubrem que justamente esta plenária,
1215 que foi objeto de tanto divergência, com tantas situações conflituosas, não possui
1216 gravação. Sabem que há evidentes divergências entre as partes, então já existe um
1217 prejuízo. Há um prejuízo porque não têm aqui notas taquigráficas ou a prática de
1218 estenografia e, ainda que tivessem, haveria algum tipo de perda no registro. O que dirão
1219 quando forçam as trabalhadoras a ter que utilizar um teclado que não é próprio pra isso,
1220 de ter que registrarem o máximo possível de informações, e, pelo costume, pelo que é
1221 cotidiano neste Conselho, não porque tenha sido implementado pela Diretoria anterior

1222 ou sequer pelo plenário anterior, fazem registro de áudio. Se, por ventura, nas gestões
1223 anteriores não havia grande divergência e o áudio servia mais, de fato, como um apoio,
1224 ainda assim não podem considerá-lo como algo acessório ou dispensável, pois é
1225 indispensável. É importante qualificar: é material de apoio, mas é indispensável. Por
1226 essa natureza, por essa perspectiva e diante do cenário que estão, é primordial. Volta a
1227 dizer que são profissionais da Psicologia e sabem de todos os problemas que as
1228 pessoas têm com memória, inclusive a possibilidade da seletividade das memórias.
1229 Ninguém, ou mesmo todas/os conselheiras/os unidas/os, contando com toda eficiência,
1230 eficácia, diligência e expertise da equipe, vai conseguir aprender tudo que aconteceu
1231 durante uma plenária. Mas, não podem simplesmente deixar a questão de lado,
1232 entendendo que não houve nada, ainda mais de uma plenária tão severa, tão pesada e
1233 tão densa, porque já partem, portanto, de um prejuízo. Há um prejuízo evidente, que é
1234 ter uma ata que é empobrecida, que não será capaz de constar tudo aquilo que
1235 aconteceu e, se por ventura, quiser questionar algo ou for questionado por algo, terá
1236 cerceado seu direito de defesa ou a possibilidade de instruir alguma acusação, porque
1237 não há material suficiente, ou seja, já está sendo alijado, assim como a categoria e a
1238 sociedade também, evidentemente, estão. Não haverá material suficiente para fazer
1239 contraprova porque não há gravação. O motivo de não ter gravado, não se sabe. Volta a
1240 dizer que não se pode colocar essa responsabilidade sobre os ombros de algumas
1241 funcionárias. Outro aspecto, que é extremamente importante, que a prática já acontece
1242 e bem. O Paulo Hamilton, assessor jurídico, diz que não são todos os espaços que
1243 fazem dessa forma, mas o Supremo Tribunal Federal faz, mesmo que em alguns
1244 momentos sob críticas, as pessoas têm a possibilidade de criticar. Dentro do Sistema
1245 Conselhos, a APAF é transmitida, há a cultura de transmitir inclusive os Congressos de
1246 Psicologia. Vale a pena pensar sobre essa questão e, seria muito bom poder deliberar
1247 nesta plenária. Mas, há algumas coisas que precisam aprofundar. Precisam pensar que
1248 a Sindicância, por si, não é instrumento de perseguição e de punição, podendo,
1249 inclusive, instruir novos procedimentos, inclusive de como aconteceram. Comenta que já
1250 participou anteriormente, mas que não convém expor os fatos. Alguns aspectos daquela
1251 Sindicância acabaram sendo levados em conta para pensar e refletir sobre uma nova
1252 sede, considerando a questão da segurança. A Sindicância não irá, necessariamente,
1253 redundar em punição para ninguém. Está tentando entender quando foi que puniu,
1254 enquanto Diretoria, reforçando que advertência ainda não consta como punição e não
1255 algo exclusivo da Diretoria a aplicação de advertência. Podem levantar novamente

1256 quantas advertências foram aplicadas no período, inclusive em Sorocaba. Assim, se
1257 forem afirmar que enquanto diretor a aplicação da advertência que fez – objeto que está
1258 sob judge, portanto é complicado expor - foi punição, devem também dizer que a
1259 aplicação de advertência praticada pela conselheira Ivana do Carmo também foi
1260 punição. Reforça que advertência não é punição, é um chamado pontual. Pede que
1261 tomem cuidado com aquilo que falam, com a escolha das palavras e com a maneira
1262 como fazem, porque, não tem mais paciência para bravata. E, se for para elevar o tom
1263 da discussão política, não irá mais se calar, não será mais cerceado por nenhum
1264 plenário. Volta a dizer que existe há um prejuízo evidente, porque a plenária anterior foi
1265 extremamente densa, intensa, pesada e se estendeu por muito mais que o comum e
1266 corriqueiro, inclusive as pessoas que reclamavam da extensão de plenárias foram as
1267 pessoas que estavam solicitando extensão daquela plenária. Ou seja, se vale acusação
1268 contra alguns membros do 'Integra', essa acusação também vale para alguns colegas
1269 do 'Cuidar' que reclamavam da extensão das plenárias, e, na plenária anterior, era algo
1270 tranquilo e corriqueiro. Precisa discordar de Paulo Hamilton, pois há um prejuízo
1271 evidente. Com todo o respeito que tem ao seu trabalho e a sua pessoa, precisa
1272 discordar, pois há um prejuízo de início e que mostra que têm tem uma serie de
1273 materiais que não poderão ser acessados. Se algum colega do plenário, funcionário, ou
1274 sociedade quiser questioná-lo, não terá esse material, porque a ata será uma ata muito
1275 aquém daquilo que teriam. Se quiser questionar alguma coisa, não terá o acesso pleno,
1276 a possibilidade de questionar algumas coisas porque não haverá o áudio. Na
1277 circunstância que estão, o áudio se mostra primordial, é algo que faz parte. Em sua
1278 leitura do que está acontecendo, o áudio é primordial, não é um acessório dispensável,
1279 não é apenas apoio e não deve ser entendido como algo dispensável, é algo
1280 literalmente do arco do "sine qua non", sem o qual não se consegue, de fato, mostrar a
1281 verdade dos fatos. **35)** Vinicius Cesca diz que tentará dialogar com algumas questões
1282 anteriores. Inicialmente, sobre o colocado por Paulo Hamilton, no aspecto mais
1283 eminente do entendimento técnico jurídico com relação ao procedimento, a partir de seu
1284 entendimento sobre as decisões da Controladoria Geral da União a respeito do assunto,
1285 não a tomando como um tribunal ou uma instância de julgamento, mas como a instância
1286 que a própria Lei atribui necessariamente como uma instância de recurso em relação às
1287 decisões que as instituições tomam sobre o acesso às informações e, nesse sentido,
1288 mesmo que as decisões do CGU não necessariamente vinculem as decisões das
1289 instituições, essas decisões tomadas individualmente poderão, a qualquer momento, ser

1290 levadas a questionamentos da CGU, que tem tido um entendimento pacífico sobre
1291 acesso a áudios e foi nesse sentido que havia apontado. Registra alguns desses
1292 entendimentos, como o despacho 1392/13, o Parecer 322/14 e o Parecer 3223/15, que
1293 são algumas das decisões que a CGU já tomou sobre o acesso a áudios, e todos são
1294 nessa mesma direção. Inclusive, mencionou-se a definição de documento público
1295 enquanto aquilo que está na Lei e o entendimento da CGU de que o áudio é um
1296 documento é oriunda da definição de documento que consta na Lei nº12527/11 que, em
1297 seu Art. 4º, inciso 2º, diz que documento é a unidade de registro de informações em
1298 qualquer que seja o suporte ou formato, que informação são os dados, processados ou
1299 não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento contidos
1300 em qualquer meio, suporte ou formato. Isso permite à CGU interpretar que um registro
1301 em áudio de sessão deliberativa é um documento, pois é um meio de registro de
1302 informações em um formato específico, que não é em papel, mas em áudio e a Lei
1303 entende que o documento é o registro em qualquer formato. É nesse sentido que a CGU
1304 afirma que se trata de documento público e é nesse sentido que apresenta também o
1305 entendimento dessa leitura de que se trata de documento público. Ainda, sobre o que
1306 Aristeu Bertelli já apontou, sobre como este plenário faz esse debate do ponto de vista
1307 político, entende que a fala de Paulo Hamilton vai apresentando uma defesa correta em
1308 relação à independência funcional, de não se estar a serviço de um projeto político ou
1309 outro. Entende que é importante esse registro e, por outro lado, entende que é
1310 importante apontar que do ponto de vista do movimento político, do grupo “Movimento
1311 Integra - por uma psicologia coletiva”, não têm o entendimento de que o trabalho de
1312 Paulo Hamilton seja a serviço de um projeto político, pois quem fez essa acusação não
1313 foi esse grupo. Registra que em uma reunião ocorrida no mês de setembro deste ano,
1314 do Movimento Cuidar da Profissão, a ex-presidenta do CRP São Paulo fez textualmente
1315 a afirmação de que Paulo Hamilton estava a serviço da diretoria anterior. Foi outra ex-
1316 presidenta do CRP São Paulo, em uma reunião do Movimento Cuidar da Profissão que
1317 fez literalmente a acusação de que outros membros do plenário não poderiam recorrer a
1318 você porque você estava a serviço da Diretoria anterior. Assim, não é o “Integra” que faz
1319 essa acusação e sim o “Movimento Cuidar da Profissão”, por meio de sua ex-presidenta.
1320 **36)** Andrea Mataresi complementa dizendo que, inclusive, essa ex-presidenta pede para
1321 os integrantes do “Movimento Cuidar da Profissão”, em nome de conselheiras/os,
1322 peçam apoio ao jurídico do Conselho Federal de Psicologia, pois diziam que o escritório
1323 de Paulo Hamilton não poderia dar o subsídio jurídico a decisão deles, porque tinham

1324 medo que a eleição da Diretoria não acontecesse e, então, pediram ao “Cuidar”. Ou
1325 seja, uma ex-presidenta pede que façam uso político e, portanto, não lícito e moral, da
1326 assessoria jurídica do CFP, para benefício desse grupo político. **37)** Vinicius Cesca diz
1327 que ainda faziam a defesa de que, na verdade, deveriam recorrer à assessoria jurídica
1328 do CFP, porque ela poderia estar a serviço do “Movimento Cuidar da Profissão”, ao
1329 contrário da assessoria jurídica do CRP SP. Acha importante apontar que este não é o
1330 entendimento do “Integra” e sim de outro movimento que também compõe este plenário
1331 e que, textualmente, já fez essa acusação com relação à assessoria jurídica. Acha que
1332 qualquer elemento de crítica estava direcionado à Diretoria atual do CRP SP que é do
1333 uso do conteúdo produzido pela assessoria jurídica, corretamente indicado como salvo
1334 melhor juízo, como uma fala de autoridades a cercear o debate político. Foi isso que
1335 aconteceu quando discutimos a recomposição da presidência da Comissão de Ética do
1336 CRP SP. **38)** Paulo Hamilton diz que entende que o que Vinicius Cesca coloca é uma
1337 questão muito importante: “salvo melhor juízo” em todos os órgãos públicos que atua.
1338 Caso o administrador fale que precisa dispensar licitação e solicite um parecer nesse
1339 sentido, diz que não fará isso, mesmo no CRP SP. quem dispensaria é o administrador.
1340 Exemplifica que houve uma presidenta da época em que haveria a “Parada Gay” e que
1341 o CRP queria apoiar, fez seu parecer indicando que não poderia, pois foge do objeto.
1342 Mas, a presidenta disse ser uma bandeira política do grupo. Ele entendeu, mas afirmou
1343 que tecnicamente não seria possível, mas que eles poderiam decidir. Ela, então,
1344 questionou qual seria o prejuízo se resolvem fazer mesmo assim, e ele explicou que um
1345 possível prejuízo é de o plenário ter que ratear o valor, pois poderia haver uma ação civil
1346 pública, o que não ocorreu. Assim, entende que a fala de Vinicius Cesca foi
1347 esclarecedora da função do jurídico, o que o deixa mais tranquilo enquanto assessor,
1348 mas a política é das/os conselheiras/os. Ele apenas faz sua manifestação. **39)** Vinicius
1349 Cesca diz que é nesse mesmo sentido, a assessoria das coordenações técnicas é
1350 assessoria, assessoria jurídica é assessoria, e o processo de decisão cabe à gestão,
1351 que é quem tem essa responsabilidade. Já houve um exemplo disso e é por isso a
1352 crítica realizada ao uso disso como uma fala de autoridade, no sentido de cercear o
1353 debate político. No momento em que estava em debate a posição de presidência da
1354 COE, apontaram que tinha algo do campo da suspeita e que entendiam que era um
1355 prejuízo que pairasse sobre este plenário essa suspeita de imediatamente após o
1356 recebimento de determinadas representações visando instalação de processo disciplinar
1357 funcional se convocar uma plenária extraordinária, que se caracteriza por urgência e

1358 pelo inusual, para fazer a recomposição de quem é responsável pela produção do
1359 parecer desses processos. Não dá para dizer que haveria algo de ilícito nesse sentido,
1360 mas que parece suspeito que logo após o recebimento dessas representações se faça
1361 esse procedimento. Entendia que era preciso discutir do ponto de vista político, mas o
1362 argumento era o parecer do jurídico disse que teria que ser assim. O Parecer não
1363 substitui a decisão e acho que a crítica é nesse sentido. Então, na medida em como se
1364 apropriada de uma produção que entende ser independente, do ponto de vista funcional, e
1365 que corretamente aponta que é um entendimento 'salvo outro juízo', o quanto ela é
1366 constituída enquanto argumento de autoridade. Então, para ele é coerentemente fazer a
1367 crítica de como se constitui argumento de autoridade a partir de campos técnicos
1368 científicos, porque é a crítica que já fizeram, inclusive historicamente, em relação a
1369 leituras corporativistas expressas nos atos médicos, expressa no ato do administrador e
1370 que alguns outros movimentos da Psicologia defendem na forma do ato psicológico.
1371 Agora estão fazendo defesa corporativista, de uma validação da autoridade e do
1372 conhecimento técnico científico como algo que, enfim, elimina outras possibilidades de
1373 saber, do conhecimento e de discussão. Nesse sentido, aponta que, de fato, não tem
1374 nada que os obrigue a fazer registro em áudio de plenárias, mas, além do costume, que
1375 já é de longo tempo, tem o fato de que foram eleitos dizendo para a categoria que
1376 ampliariam o acesso e transparência, ampliariam as possibilidades de participação nos
1377 processos decisórios do Conselho e, nesse sentido, não só reconhecer de fato um
1378 prejuízo nesse processo de não haver registro, quanto, inclusive, à necessidade de ir
1379 além dele, de avançar nesses processos. Tem alguns exemplos da plenária passada,
1380 em que conselheiras/os diziam não se lembrar do que tinha sido discutido em outra
1381 plenária. Evelyn Sayeg trouxe um exemplo que trará mais detalhes: na primeira plenária
1382 desta gestão, quando foi produzida a minuta da ata, a conselheira Regiane Piva pediu
1383 uma alteração dizendo que ela disse em plenária algo que, na verdade, ela disse num
1384 grupo de WhatsApp, entre uma plenária e outra; consultaram o registro que evidenciava
1385 que aquela fala dela nunca existiu na plenária e ela tentava inserir na ata. Ela tentava
1386 inserir na ata algo que ela disse em momento posterior da plenária. O registro do áudio
1387 os dá, minimamente, a segurança de poder enfim, conferir, levantar, verificar, ter a
1388 contraprova ou mesmo ampliar o próprio acesso a aquilo que ocorre dentro do
1389 Conselho, independentemente, de se isso é obrigatório ou não. Isso é o compromisso
1390 que assumiram com a categoria e com a sociedade, de ampliar a participação e a
1391 transparência na gestão do Conselho. Queria dialogar, também, com algumas outras

1392 questões que foram colocadas, que entende que estão relacionadas à questão que o
1393 Marcio Magalhães colocou, do entendimento com relação à sindicância. Acha
1394 importante apontar seu entendimento de que quanto mais transparente possibilitarem
1395 que o processo seja, melhor para todas/os as/os envolvidas/os. Faz parte de um grupo
1396 político que entende que, desde 02 de setembro de 2017 se explicita um processo de
1397 golpe dentro do CRP SP. Há outro grupo que publicamente se manifesta que não há um
1398 processo de golpe dentro do CRP. Os dois grupos apresentam seus argumentos para
1399 sustentar isso e a defesa que têm feito é que não querem convencer ninguém, apenas
1400 desejam que o que ocorreu na plenária de 02 de setembro, de 27 de setembro e em
1401 todas as demais plenárias esteja acessível a quem queira produzir sua própria
1402 convicção. É o melhor para todas/os envolvidas/os. Não consegue entender como
1403 alguém não gostaria que o processo fosse mais aberto, mais transparente, até para
1404 sustentar as defesas que faz. Pondera que se há convicção daquilo que se está
1405 defendendo não há problema de mostrar isso em público, de permitir que o público veja
1406 o que está acontecendo. Nesse sentido, entende que protege todos os envolvidos,
1407 inclusive nessa perspectiva que Marcio Magalhães aponta e que Aristeu Bertelli também
1408 dialoga, do sofrimento das pessoas envolvidas no processo, também para as/os
1409 funcionárias/os da Secretaria, da Informática, da Comunicação e quem quer que seja.
1410 Entende que poder falar deste fato e não ser colocado na condição de quem está sendo
1411 responsabilizado por ele é positivo, nesse sentido. Não vê que isso reproduz uma
1412 dinâmica de sofrimento. Às vezes, fica com a impressão de que se caracteriza alguns
1413 processos negando alguns aspectos, quando isso expressa, na verdade, o desejo a
1414 partir deles. Advertência, na CLT, não é punição, não denuncia uma vontade de punir. E
1415 a mesma coisa se aplica em relação à Sindicância. A Sindicância não é um
1416 procedimento punitivo. Insinuar que poderia ser este o interesse, acha que denuncia
1417 muito mais aquilo que quem afirma está tentando negar do que o processo em si.
1418 Entende, nesse sentido, que é benéfico para todas/os as/os envolvidas/os quão mais
1419 aberto e transparente sejam todos os processos. Marcio Magalhães falou sobre um
1420 grupo de trabalho que poderia se responsabilizar por estas questões, mas, na verdade,
1421 não é um grupo de trabalho, é uma comissão, a Comissão de Saúde do Trabalhador,
1422 que é responsável por pensar esse processo em relação ao sofrimento e a outros
1423 elementos de saúde das/os trabalhadoras/es do Conselho em seu cotidiano. Há alguns
1424 informes dessa Comissão em plenárias anteriores, mas, de fato, não há algo que
1425 permita entender com mais profundidade como tem se dado os trabalhos da Comissão.

1426 Um informe sobre isso poderia ser interessante na perspectiva apontada pela
1427 conselheira Bruna Falleiros. Membros dessa Comissão são desligados por e-mail,
1428 sendo que a Comissão foi nomeada em plenária e que há um regulamento com relação
1429 ao seu funcionamento. Assim, há coisas esquisitas acontecendo, inclusive, com relação
1430 a essa Comissão, que é importante do ponto de vista de gestão do trabalho. A
1431 conselheira Ivani Francisco fala sobre levar essa demanda ao GT Transparência, mas
1432 aponta que esse GT foi criado para se responsabilizar pelo Portal, e não por outros
1433 elementos. Havia outro GT que é o de participação, transparência e rigor na gestão, que
1434 envolve o GT transparência, envolve a CACI. Sugere pensar em outros processos. É um
1435 debate que pode ser feito a qualquer momento nesse espaço, sem que isso ocasione
1436 qualquer prejuízo, abertura de uma sindicância, ou debate em plenária ou qualquer
1437 outro procedimento em relação a isso. Inclusive, quando envia essa demanda copiando
1438 a CACI, é por entender também que é uma das instâncias que pode tomar providências
1439 nesse sentido. A CACI também é um órgão assessor, então ela também pode propor
1440 novos procedimentos, novas rotinas, assim como pode fiscalizar, outras questões pode,
1441 ser pauta para a Comissão de Auditoria e Controle Interno. Isso, porém, sem prejuízo da
1442 abertura de uma sindicância, que continua defendendo por ser um procedimento que
1443 entende oportuno, seja para elucidar os fatos, seja pra pensar também alternativas e
1444 soluções para isso. Por fim, gostaria de registrar seu repúdio ao comportamento do
1445 conselheiro Rodrigo Presotto, pois, mais uma vez, entende que ele tomou uma postura
1446 intimidadora com a conselheira Evelyn Sayeg e em relação à fala da conselheira Andrea
1447 Mataresi. Trata-se de algo que as mulheres que militam nos movimentos feministas o
1448 ensinaram, se chama “gaslighting”, que é esta insinuação de que o outro é louco, que é
1449 descontrolado emocionalmente. Trata-se de uma expressão explícita de machismo e,
1450 todas as vezes que se acusa o conselheiro Rodrigo Presotto de algo nessa direção, ele
1451 tem o mesmo comportamento. Dirige-se a Rodrigo Presotto dizendo que é muito salutar
1452 que homens, conselheiros, psicólogos possam ter uma postura menos reativa em
1453 relação às demonstrações da herança machista, do comportamento machista que têm.
1454 Atravessados em uma sociedade em que isso é constitutivo, faz, nesse sentido, não só
1455 um repúdio a esse comportamento, mas, um convite aos homens desse plenário,
1456 psicólogos, para que também possam pensar um pouco em relação a isso, discutir isso,
1457 aprofundar essa discussão em relação aos seus entendimentos, comportamentos e
1458 expressões machistas que tem e acho que negar isso e atacar quem aponta
1459 (gaslighting), não contribui para avançar essa discussão. **40)** Andrea Mataresi comenta

1460 que têm pedido alguns esclarecimentos que não são feitos. O conselheiro Vinicius
1461 Cesca e o conselheiro Aristeu Bertelli pediram que a conselheira Luciana Stoppa e a
1462 conselheira Camila Teodoro, na plenária do golpe, esclarecessem o que elas disseram
1463 sobre violência de gênero e, até esta data, elas não esclareceram. A conselheira Ivani
1464 Francisco também falou sobre violência de gênero e, até esta data, não esclareceu.
1465 Entende que essas questões deveriam ser esclarecidas. Pede que o conselheiro Marcio
1466 Magalhães esclareça o que seria uma Diretoria que ameaça o funcionário, o que ele
1467 quis dizer com isso, dizendo que a atual não faz isso. Pede que ele esclareça isso nesta
1468 data, no microfone, porque é muito sério dizer que conselheiras/os ameaçam
1469 trabalhadoras/es. Diz que, se isso aconteceu, ela pessoalmente abrirá um processo
1470 contra essas/es conselheiras/os da diretoria anterior. Assim, pede que ele justifique isso.
1471 Ainda, relata que Sindicância não é punição, assim como advertência não é punição.
1472 Gostaria de dizer que o conselheiro Rodrigo Presotto, com frequência, é machista. Por
1473 exemplo, quando ele cerceou sua fala porque chegou atrasada por estar amamentando
1474 um bebê de um mês e meio, quando ele levanta quando uma mulher fala, quando ele
1475 faz esse movimento de “não” com a cabeça quando ela está falando. Isso tudo é
1476 comportamento de machista. Uma mulher apontar uma violência de gênero, o homem
1477 negar e o grupo político ‘Cuidar da Profissão’ dizer que quem está apontando é louca.
1478 Porque o grupo Cuidar da Profissão, é também cuidar da posição, porque eles estão
1479 cuidando da posição deles de presidentas/es do Sistema Conselhos. O Grupo Cuidar da
1480 Profissão, quando ela aponta violência de gênero por parte dos conselheiros Edgar
1481 Rodrigues e Rodrigo Presotto, diz que ela é louca e desequilibrada. Ana Bock, em um
1482 congresso na Bahia, disse a colaboradoras/es que ela é completamente desequilibrada
1483 e louca porque chamou a polícia a partir de uma violência de gênero que aconteceu
1484 neste Conselho junto ao atual tesoureiro Guilherme Raggi. Solicita por meio da Lei de
1485 Acesso a Informação que a atual diretoria faça um documento a explicando o que indica
1486 e entende que uma psicóloga ou uma usuária deva fazer a partir de violência de gênero.
1487 Gostaria de dissessem qual a postura desta Diretoria acerca da violência de gênero.
1488 Cita como exemplo que Ivani Francisco disse que ela fazia ameaças, quando,
1489 nitidamente, há algumas/ns conselheiras/os que são absolutamente machistas, em uma
1490 plenária Edgar Rodrigues a mandou, aos berros no microfone, prestar atenção. Se ela
1491 não prestasse, o que ele iria fazer o que? Isso é machismo! Quando aponta que os dois
1492 conselheiros, Edgar Rodrigues e Rodrigo Presotto, são machistas, gostaria que a
1493 conselheira Luciana Stoppa fizesse o mesmo. Foi pedido na plenária do golpe e já se

1494 passaram alguns meses e ela não se dignou a fazer isso e não irá fazer, segundo ela
1495 apontou. Ela pode, inclusive, sofrer um processo por danos morais. Porque ela disse
1496 que algumas pessoas são machistas, mas não consegue subsidiar isso e ainda registra
1497 isso em um documento público, mostrando o quando ela irresponsável, inclusive, para
1498 estar na presidência deste Conselho. Sobre o áudio, é interessante que justo de uma
1499 plenária em que a presidenta tenta aprovar um orçamento com erros e que fica sabendo
1500 que não poderá ouvi-la. Rodrigo Presotto tenta acusa-los de violência contra as/os
1501 funcionárias/os, porque apontaram erros no orçamento e queriam que fosse aprovado
1502 dessa forma. O Movimento Cuidar da Profissão tem um histórico de fechar quase todos
1503 os anos, nas duas últimas gestões, em déficit. E o orçamento proposto ampliava em
1504 cerca de 200 mil reais os valores destinados à parceria para eventos. E é esse áudio
1505 que não está gravado, o que lhe parece suspeito. Acha suspeito que uma conselheira
1506 que, de acordo com a Resolução CRP-06 Nº 005/2017, de 08 de abril de 2017, que cria
1507 os núcleos, não pode coordenar nenhum dos núcleos, pois não trabalha e não tem
1508 especialização para coordenar nenhum núcleo vire a presidenta da Comissão de
1509 Orientação e Fiscalização. Se ela não pode coordenar nenhum Núcleo, como pode ser
1510 presidenta da Comissão de Orientação e Fiscalização? A funcionária Karen Dotto está
1511 aqui e sabe que é uma das Comissões mais complexas, difíceis deste Conselho. As
1512 trabalhadoras precisam ter uma leitura e as/os conselheiras/os e colaboradoras/es
1513 políticos tem que ter uma leitura de direitos humanos, de profissão, o que faz com que
1514 as colegas trabalhadoras estudem muito para conseguirem fazer as fiscalizações. Acha
1515 engraçado que sumiu um áudio de uma plenária que coloca uma conselheira que não
1516 pode assumir coordenação de núcleo porque nunca trabalhou, como presidenta dessa
1517 Comissão. E não consegue ouvir como justificaram colocá-la como presidenta da COF
1518 porque não há áudio e essa Diretoria não quer abrir Sindicância porque não interessa a
1519 transparência. Nessa mesma plenária, retiraram a conselheira Evelyn Sayeg da
1520 coordenação da Comissão de Comunicação, com argumento de que teve um problema
1521 no Jornal Psi e, por isso, foi colocada a conselheira Ivani Francisco em seu lugar.
1522 Solicita, então, com base na Lei de Acesso à Informação, que todos os documentos
1523 referentes à licitação da empresa contratada para fazer esse jornal, porque foi a
1524 empresa que causou o problema e, por isso, o jornal não saiu e se coloca, agora, sob a
1525 responsabilidade da conselheira Evelyn, algo que foi feito pela Comissão de Licitação.
1526 Gostaria que esse acesso fosse dado dentro do prazo estabelecido, pois é um
1527 documento que já existe, portanto, pode ser dado acesso imediato, assim, como hoje

1528 não há funcionários, que na próxima segunda-feira possa vir retirar esses documentos,
1529 assim como todos referentes à licitação da empresa que foi contratada no ano passado
1530 para fazer o Jornal Psi. Não está dizendo que a conselheira Ivani de Oliveira não possa
1531 fazer um trabalho brilhante à frente da Comissão, mas o argumento utilizado para fazer
1532 a substituição de coordenação da Comissão de Comunicação é falho. Estão omitindo o
1533 que aconteceu nessa licitação, não querem olhar para o que aconteceu, como é o
1534 costume do “Movimento Cuidar da Profissão”, considerando que há processos no
1535 Ministério Público Federal de suspeita de fraude em licitação. Evelyn Sayeg tem
1536 esperança de que o grupo Cuidar da Profissão não tenha interesses escusos. Quando a
1537 ex-presidenta do Conselho Federal de Psicologia, Ana Maria Mercês Bock, em uma
1538 reunião do Cuidar da Profissão enlouquecidamente diz que a Diretoria antiga não era
1539 uma gestão do Cuidar, porque a política do Cuidar é cara e ela cita, por coincidência, a
1540 Mostra de Psicologia, que é a que está sofrendo processo. Ela também cita o Instituto
1541 Silva Lane, que foi aquele que não recebeu o apoio e parceria na gestão da Diretoria
1542 passada. Depois, ela nunca mais falou disso, porque ela trabalha a partir dos impulsos
1543 dela. Gostaria de dizer que é do interesse do grupo Cuidar da Profissão omitir algumas
1544 coisas e fazer algumas coisas “por debaixo dos panos”, como foi evidenciado nessa
1545 plenária. Por exemplo, a contratação do trio elétrico no movimento LGBT da gestão
1546 passada, que é a prova que o uso do recurso público é a partir dos interesses da gestão
1547 e não da categoria e não de transparência. Quando a gestão passada imprime aquele
1548 dossiê que foi proibido, sem pedir assessoria alguma e coloca os nomes das unidades
1549 terapêuticas sem que o CFP valide e julgue o recurso de uma delas e faz com que não
1550 seja mais possível divulgar o material. São situações que mostram que esse grupo tem
1551 interesses pessoais e não tem nenhuma responsabilidade na organização dos gastos do
1552 recurso público. Solicita também acesso a todos os documentos de autorização de uma
1553 viagem que o conselheiro Edgar Rodrigues fez à Brasília, neste mês ou no mês
1554 passado, das passagens compradas em cima da hora e a comprada anteriormente.
1555 Gostaria da justificativa do por que foi comprada uma passagem em cima da hora, para
1556 saber da justificativa do gasto do dinheiro público. Por fim, diz que sindicância não é um
1557 ato de punição, e pode ser, inclusive, para gerar formas de fazer essa gravação que não
1558 cause desvio de função destas trabalhadoras da Secretaria. Ou param com o desvio de
1559 função ou, entende que as trabalhadoras precisam começar a procurar os direitos delas
1560 na Justiça, porque há desvio de função e isso também causa sofrimento. Pede que o
1561 esclarecimento do conselheiro Marcio Magalhães seja registrado no microfone. **41)**

1562 Rodrigo Presotto diz que retornará ao debate sobre a matéria em questão e, depois, se
1563 aterá àquilo do qual foi acusado. Comenta que aprecia o trabalho que foi realizado,
1564 porque não havia sido feito antes, então, acho que ao invés de já deliberarem pela
1565 sindicância, pois, a partir da solicitação de um/uma conselheiro/a, minimamente, ele já
1566 recebeu uma justificativa de quais foram os fatos ocorridos. Às funcionárias envolvidas,
1567 diz que se houve algum entendimento acerca da exposição e responsabilização, não é
1568 essa intenção de se ter exposto. Pareceu-lhe algo que tinha relação com a rotina dos
1569 trabalhos e, de alguma maneira, podia servir como um elemento que os atestasse do
1570 encaminhamento solicitado. Entretanto, há questionamentos e entende que a
1571 Sindicância é algo salutar e que permite, inclusive, que possam averiguar o
1572 acontecimento a partir de diferentes dimensões. Acredita que possam discutir sobre
1573 isso, entende ser ruim que tenham feito isso em um informe. Ter feito nesse momento
1574 inviabilizou todo o período da manhã, sendo que poderiam, inclusive, ter pensado em
1575 encaminhamentos, considerando inclusive que poderia ter sido dada prioridade, se essa
1576 fosse a solicitação do conselheiro. A outra questão envolvida, gostaria de fazer um
1577 esclarecimento a conselheira Evelyn Sayeg, pois aquele momento em que se levantou
1578 foi somente para buscar o microfone, porque queria uma questão de ordem. A Diretoria
1579 já tinha feito o encaminhamento e, por isso, abriu mão dessa questão de ordem. Às
1580 vezes, a diferença de entendimento das pessoas, em alguns momentos, pode ocasionar
1581 algumas acusações que não tem fundamentação na prática. Tem tentado em suas
1582 ações não corroborar com esse tipo de acusação que lhe é feita, inclusive a conselheira
1583 Evelyn diz não ter sentido que esse tipo de coisa havia acontecido. Outro ponto é que
1584 há algumas questões que, constantemente, lhe são atribuídas. Novamente, irá dizer a
1585 todas/os conselheiras/os que não entende que essas acusações são cabidas a ele. Em
1586 alguns momentos as/os conselheiras/os têm algumas manifestações espontâneas e,
1587 pede desculpas se alguém se sentiu ofendido em algum momento. Muitas vezes, faz
1588 gestual de 'sim' ou 'não' com a cabeça porque acredita, em alguma circunstância, que o
1589 que está sendo dito é equivocado e faz menção a ele. Tentou não interromper a pessoa
1590 que estava falando pedindo questão de ordem pois era citado. Aguardou a sua inscrição
1591 pacientemente para poder manifestar sobre aquilo pelo qual o acusam há bastante
1592 tempo. Acha desagradável e, a exemplo, do que tem sido feito aqui, em algumas
1593 circunstâncias, o ataque a algumas/uns conselheiras/os é bastante político, no sentido
1594 de minar inclusive a condição de fazer o debate público e trazer o ponto de vista. Queria
1595 dizer que essa é uma questão que já enfrenta há bastante tempo e não é por esta

1596 questão que irá se calar frente às questões que acredita serem necessárias aos
1597 encaminhamentos dos trabalhos. É importante as pessoas refletirem sobre aquilo que
1598 acusam as outras, porque a ação é diferente de teoria. Em diversos momentos, vê
1599 essas pessoas que acusam cometendo aquilo que criticam, intimidando, monopolizando
1600 fala, não deixando espaço para outras/os conselheiras/os participarem do debate ou
1601 encaminhar os trabalhos. Há uma questão relacionada à plenária anterior, que, em
1602 virtude do que ocorreu durante a manhã, não conseguiram concluir aquilo que a gente
1603 combinaram que seria ponto de pauta. Entende que deve ser feita essa extensão, já fez
1604 críticas porque, em alguns momentos, diferentemente do que foi acordado, a informação
1605 não veio antes. Em algumas circunstâncias, usou a palavra para discordar e fará isso
1606 quando achar necessário, porque entende que é o seu direito enquanto conselheiro.
1607 Com relação às acusações, às pessoas que fazem, lamenta que tenha sido esse o
1608 entendimento. Desculpa-se por algum entendimento equivocado e se houver alguma
1609 outra questão em que possa colaborar com o plenário, estará à disposição, como tenho
1610 feito, de não se furtar ao debate político. **42)** Luciana Stoppa diz que o plenário ficou a
1611 manhã inteira discutindo um informe, não priorizando, inclusive, o ponto sugerido pelo
1612 conselheiro Vinicius Cesca, que consta na pauta. São 13 horas da tarde e ainda não
1613 saíram dos informes. É preciso termina-los e priorizar os pontos de pauta no período da
1614 tarde. Assim, consulta o plenário se devem fazer um intervalo para almoço e depois
1615 retornam e finalizam os informes e dão início à plenária, com as deliberações
1616 necessárias, sobre todas os pontos que estão pautadas. Diz que estão em informe e
1617 que não podem deliberar em informe. Não retiraram o ponto solicitado por Vinicius
1618 Cesca e ele terá o direito de solicitar a priorização. **43)** Vinicius Cesca comenta, sobre o
1619 colocado por Luciana Stoppa, que mostra mais uma vez o quando é incoerente aquilo
1620 que falam e aquilo que fazem. Na plenária do dia 12 de agosto de 2017, foi responsável
1621 por apresentar um informe sobre uma publicação que estava no Facebook do CRP SP,
1622 como parte da campanha do Dia da Psicóloga, e boa parte do plenário, inclusive
1623 Luciana Stoppa, que agora esta dizendo que não se delibera em informe, exigiu
1624 deliberação desse ponto, sobre algo que sequer tinha sido postulado como inclusão na
1625 pauta. Ele questionou se passariam a deliberar em informes e o plenário decidiu que
1626 sim, então, quer entender o que obsta, neste momento em que já fizeram a discussão,
1627 que possam deliberar, ainda que seja em um informe. Acredita que é o mínimo e que
1628 seria o coerente a ser feito com a aquilo que já defenderam há três meses, em situação
1629 absolutamente semelhante, de ser um informe, cuja discussão se estendeu e solicitar

1630 que fosse deliberado, uma vez que a discussão já tinha sido feita. **44)** Luciana Stoppa
1631 diz que se absterá, já que não estão se recusando a discutir a questão da Sindicância.
1632 Está sugerindo que considerem este ponto discutido nesse informe, façam intervalo para
1633 o almoço e voltem às 14 horas, deliberando na sequencia sobre a priorização,
1634 colocando sobre ponto prioritário a discussão sobre a Sindicância. Assim, pede que
1635 limitem as inscrições a apenas mais três e encaminhem, para que possam definir o
1636 horário de almoço, em respeito às trabalhadoras. **45)** Bruna Falleiros, para garantir a
1637 coerência, inclusive em relação ao que a própria Luciana Stoppa disse, de que possuem
1638 muitas pautas para discutir e estão se estendendo demais diz que acabaram de realizar
1639 uma discussão e irão, novamente, discutir se farão essa mesma discussão. Perderão
1640 mais 1 hora discutindo em que momento realizarão a discussão. Seria muito mais lógico
1641 e sensato que deliberassem neste momento, porque é uma questão de votação simples,
1642 que não tomará mais que 10 (dez) minutos. **46)** Vinicius Cesca corrobora com a
1643 proposta apresentada pela conselheira Bruna, e gostaria de fazer outra, como uma
1644 alternativa de composição também. Entende que já discutiram longamente essa
1645 questão. Luciana Stoppa não respondeu ao colocado, que era sobre quando ela afirma
1646 textualmente que não deliberariam o informe e ele apenas quis recordar que há três
1647 meses, em situação semelhante, ela mesma defendeu que deliberassem em informe.
1648 Assim, afirma que o que Luciana Stoppa faz na presidência do CRP SP não é aquilo
1649 que exigia que fosse feito na presidência quando não estava nela. É a marca dela, esta
1650 incoerência permanente. Revela o que gostaria de fazer e não aquilo que de fato
1651 apontava enquanto crítica do que era feito. Então, feita a discussão, sugere que
1652 coloquem em votação neste momento, uma vez que já está esgotado o debate sobre
1653 isso. Assim, entende que podem fazer o intervalo para o almoço com o compromisso de
1654 que terminarão esse ponto logo que retornarem, para não voltem depois e terem que
1655 ficar discutindo se irão ou não fazerem esse encaminhamento. Bruna Falleiros apontou
1656 que se perde tempo com isso, assim, são duas propostas na mesma direção, de que já
1657 discutiram e que possam somente fechar o assunto. Assim, que a deliberação seja feita
1658 agora ou imediatamente após o retorno do intervalo para almoço. Não vê prejuízo que já
1659 fosse feito, mas se tiverem o compromisso de realizarem logo após o intervalo. O
1660 problema é que, às vezes, descombinam aquilo que havia sido combinado, pois estão
1661 combinando em outros lugares, em consulta às chefias e lideranças que têm. **47)**
1662 Rodrigo Presotto pede que, considerando que estão bastante extenuados, propõe na
1663 mesma linha que Luciana Stoppa, que façam imediatamente após o almoço. É uma

1664 questão de priorizar a pauta, a discussão já foi feita e, pelo histórico que o plenário tem,
1665 sempre há demora para conseguir encaminhar a decisão e deliberar sobre elas. Assim,
1666 pede que isso seja feito após o almoço. A prioridade de pauta é sempre possível e, se já
1667 fizeram a discussão, podem fazer o ajuste necessário para poder encaminhar e dar a
1668 credibilidade que a Sindicância tem que ter. **48)** Vinicius Cesca pede que Rodrigo
1669 Presotto explique qual a sua defesa. **49)** Rodrigo Presotto diz que foi a defesa da
1670 proposta feita por Luciana Stoppa, de que retornassem com a discussão da prioridade
1671 de pauta e deliberar acerca desta pauta, que discutiram aqui até o final da manhã.
1672 Pedem que possam sair para o almoço antes. **50)** Evelyn Sayeg diz que há duas
1673 propostas, uma feita por Vinicius Cesca e outra por Luciana Stoppa. **51)** Rodrigo
1674 Presotto explica que entende que votarão a priorização de pauta quando retornarem do
1675 intervalo. **52)** Luciana Stoppa reforça que sua proposta é que voltem depois do almoço e
1676 já coloquem a pauta da Sindicância em prioridade, junto do orçamento e votem
1677 imediatamente após o almoço. **53)** Vinicius Cesca entende então que há uma proposta
1678 única e que assim, podem encerrar agora e resolver a questão logo após o intervalo.
1679 **54)** Luciana Stoppa diz que podem ter esse compromisso votar e fechar esse ponto no
1680 retorno do intervalo. Conforme combinado o plenário interrompe os trabalhos às 13
1681 horas e 15 minutos, por uma hora. A plenária é reiniciada após o intervalo. 1.2.2 –
1682 Período da tarde – Votações: 1ª Votação – Instauração de Sindicância? - Luciana
1683 Stoppa diz que irão iniciar a votação para definir se irão, realmente, instaurar a
1684 Comissão de Sindicância e, caso definam a instauração, precisam eleger os membros
1685 da Comissão. Assim, inicia a votação para verificar se devem instaurar Comissão
1686 Sindicância para apuração dos problemas com o áudio da Plenária do dia 28 de outubro
1687 de 2017. Aberto à votação: 17 votos favoráveis à instauração de Sindicância. Nenhum
1688 voto contrário à instauração e uma abstenção, da conselheira presidenta, Luciana
1689 Stoppa, pelo voto de qualidade. Resultado da votação: O plenário instaura Comissão de
1690 Sindicância para apurar a não gravação de áudio da 2004ª Plenária Ordinária. 2ª
1691 Votação – Membros para compor a Comissão de Sindicância - Luciana Stoppa solicita,
1692 então, que as pessoas que tiverem interesse em compor a Comissão que se
1693 candidatem. Manifestações do plenário: **1)** Vinicius Cesca pede que, antes do que foi
1694 indicado pela mesa Diretoria, que defendesse o que entende ser no mesmo espírito que
1695 discutiram em relação à última Sindicância que criaram, que envolvia documentos
1696 sigilosos da Comissão de Ética e que potencialmente tenham ficado disponíveis, que é a
1697 lógica de não ter ligação mais direta com o fato. Dessa forma, defende que em nenhum

1698 hipótese a Comissão de Sindicância seja composta por membros da Diretoria do CRP
1699 SP, entendendo que têm ligação direta com esse fato. Candidata-se a compor a
1700 Comissão. **2)** Candidatam-se, também, Ivani Francisco, Bruna Falleiros e Marcio
1701 Magalhães. **3)** Luciana Stoppa diz que a sugestão de Vinicius Cesca será acatada e que
1702 abriram para votação, cada conselheira/o votando em um dos candidatos e, os três mais
1703 votados, comporão a Comissão. **Aberto à votação:** 06 (seis) votos em Vinicius Cesca;
1704 06 (seis) votos em Ivani Francisco de Oliveira; 06 (seis) votos em Márcio Magalhães e
1705 nenhum voto para Bruna Lavinias Falleiros. 02 abstenções: Luciana Stoppa e Rodrigo
1706 Toledo, que se absteve por ter retornado a plenária com a votação já em curso.
1707 **Resultado da votação:** A Comissão de Sindicância será composta por Vinicius Cesca,
1708 Ivani Francisco de Oliveira e Márcio Magalhães da Silva. **Novas manifestações do**
1709 **plenário:** **1)** Evelyn Sayeg diz que fez sugestões de objetivos para a Comissão de
1710 Sindicância e pede que esclareçam se foi acatado. Assim, pede que informem qual o
1711 objetivo da Comissão de Sindicância. **2)** Luciana Stoppa informa que é a apuração das
1712 questões estão envolvidas na ausência de áudio da plenária de 28 de outubro de 2017,
1713 como Paulo Hamilton sinalizou, de apurar o ocorrido, avaliar se há necessidade de
1714 processo administrativo e indicação de caminhos de possíveis ou outros procedimentos
1715 que sejam necessários de serem feitos. **3)** Evelyn Sayeg reforça que sua sugestão era
1716 para além disso, era de a Comissão de Sindicância também verificar pontos a serem
1717 apontados à Comsat, para que possam produzir um projeto que será apreciado como
1718 proposta pela Diretoria e para o plenário na plenária do próximo mês. Ou seja, a
1719 Comissão fazer apontamentos no sentido de construir um projeto de saúde do
1720 trabalhador. **4)** Guilherme Rodrigues Raggi Pereira diz que a Comissão de Sindicância
1721 terá um trabalho pontual, que é o de apuração, como a própria conselheira Evelyn
1722 apontou anteriormente, para que não fique somente sob a responsabilidade da
1723 Secretaria. As sugestões podem ser feitas e a Comissão pode fazer aquilo que entender
1724 possível, fundamentando e apresentando um relatório para apreciação deste plenário,
1725 em um momento futuro, mas que isso não figuraria enquanto objetivo da própria
1726 Sindicância, mas, ela pode ser feita como um encaminhamento dessa Comissão. **5)**
1727 Evelyn Sayeg entende que podem encaminhar essa solicitação a Comsat, para que
1728 pense em algo para ser apreciado em dezembro. Ou seja, que a Comissão de Saúde do
1729 Trabalhador dialogue com a Comissão de Sindicância e que possam pensar em um
1730 projeto a ser apreciado pelo plenário. **6)** Guilherme Rodrigues Raggi Pereira entende

1731 que as ideias ficarão para apreciação da própria Comissão. **7)** Evelyn Sayeg diz que
1732 apenas está solicitando que isso seja apontado para a Comissão de Sindicância. **8)**
1733 Beatriz Mattos diz que a Comissão de Sindicância poderia apurar o fato ocorrido a
1734 respeito do áudio e a plenária já deixar como indicativo que a Comsat pense sobre
1735 essas questões de saúde do trabalhador para além dos trabalhadores que estão
1736 envolvidos na situação específica. E que a Comsat tenha um plano para pensar a saúde
1737 do trabalhador neste momento que estão vivendo no CRP SP. **9)** Guilherme Raggi diz
1738 que há uma questão, que queria conferir com o plenário, que é a presidência da
1739 Comissão, que deverá já ser indicada na Portaria que será feita. Entende que a própria
1740 comissão pode fazer essa organização interna. Mas quer verificar se o plenário já deve
1741 definir quem presidirá. **10)** Paulo Hamilton diz que é interessante que a plenária já defina
1742 a presidência e também o prazo para encerramento dos trabalhos a contar da instalação
1743 da Comissão e a Portaria já sair com o nome do presidente. **11)** Bruna Falleiros
1744 comenta que na última Comissão de Sindicância que o plenário instaurou por conta do
1745 processo ético que estava disponível, o plenário não decidiu isso e, por fim, Guilherme
1746 Raggi apareceu de presidente. Assim, entende que isso já deve ser definido de forma
1747 mais democrática. **12)** Guilherme Raggi explica que naquele caso, o plenário não
1748 indicou quem seria o presidente, e então, para a publicação da Portaria, a Secretaria
1749 usaram como critério o/a conselheira/o mais votado, esse foi o raciocínio. Não houve
1750 predileção sua por isso. Mas entende que é uma preocupação importante de terem e
1751 Paulo Hamilton indicou que deve ser feito em plenária. **13)** Bruna Falleiros indica que a
1752 presidência seja do conselheiro Vinicius Cesca, considerando que o plenário está
1753 dividido em 2 (dois) grupos políticos distintos, e um grupo político está com maioria
1754 nessa Comissão. Assim, a questão seria mais equânime. **14)** Luciana Stoppa confere
1755 com o plenário que está de acordo com a indicação de Vinicius Cesca para a
1756 presidência da Comissão. O prazo para a Comissão é de 30 (trinta) dias, a contar da
1757 publicação da Portaria. **Encaminhamentos:** O plenário define a instauração de
1758 Comissão de Sindicância para apurar os fatos envolvidos na não gravação do áudio da
1759 2004ª Plenária Ordinária, de 28 de outubro de 2017. A Comissão será composta por
1760 Vinicius Cesca de Lima (presidente), Ivani Francisco de Oliveira (membro) e Márcio
1761 Magalhães da Silva (membro). O prazo para conclusão dos trabalhos dessa Comissão é
1762 de 30 (trinta) dias, a partir da publicação da Portaria. **2.3) Transmissão on-line das**
1763 **Plenárias Ordinárias** – Vinicius Cesca de Lima apresenta que houve um elemento
1764 discutido ao longo da discussão sobre ausência de áudio da 2004ª Plenária Ordinária e

1765 que entende que, pelo debate realizado, há condições de que seja deliberado. Assim,
1766 coloca ao plenário a sua sugestão de que delibere pela transmissão ao vivo das
1767 plenárias do CRP SP. Pede que essa sugestão seja submetida à apreciação do
1768 plenário. Considerações do plenário: **1)** Luciana Stoppa diz que ainda não conversou
1769 com os demais membros da Diretoria a esse respeito, mas entende que devem sim
1770 discutir esse ponto, que é bastante importante, mas que ainda não há apropriação para
1771 fazer essa discussão neste momento. Entende que devem ter o compromisso de pautar
1772 na próxima plenária, assim que a Comissão de Comunicação dialogar com os setores
1773 responsáveis e construir um projeto de compreender a dinâmica do funcionamento
1774 disso, como iria acontecer, e, então, discutir na próxima plenária. Assim, sua defesa é
1775 que discutam nesta ocasião, mas que a deliberação fique para plenária posterior, quanto
1776 tiverem mais elementos. Indica, ainda, que limitará a 4 (quatro) inscrições, de 2
1777 (minutos) para que haja tempo para discutirem, também, outros pontos de pauta. **2)**
1778 Vinicius Cesca de Lima diz que não retira a sua proposta e solicita, então, que ela possa
1779 ser submetida à apreciação e deliberação do plenário. Pois, não abre mão que isso
1780 possa ser apreciado nesta ocasião. **3)** Bruna Lavinias Jardim Falleiros corrobora com a
1781 defesa feita pelo conselheiro Vinicius Cesca, de que o plenário delibere nesta plenária.
1782 A deliberação disso não liberação disso hoje não implica que a próxima plenária
1783 precisará ser transmitida. Relata, ainda, que a Comissão de Comunicação já discutiu
1784 isso em sua última reunião e não há impedimento nenhum, os funcionários já indicaram
1785 que é algo fácil de ser realizado. Ou seja, em termos de equipamento, tempo,
1786 funcionalidade e implementação disso, não há nenhum entrave. Mas, se há alguma
1787 preocupação em organizar a dinâmica e a rotina dos funcionários, entende que não
1788 precisa ser implementado na próxima plenária, mas podem deliberar nesta data. **4)**
1789 Andrea Mataresi entende que dizer que não há informações suficientes é, no mínimo,
1790 errôneo, uma vez que já transmitem assembleias orçamentárias, já sabem que é
1791 possível. **5)** Edgar Rodrigues diz que se preocupa com a questão da transmissão,
1792 porque não se trata somente de uma questão de equipamento, que é algo que podem
1793 resolver. Entende que não precisam deliberar com tanta urgência isso, poderiam pensar
1794 um pouco mais, porque há questões da própria plenária que são, muitas vezes,
1795 sigilosas. Assim, questiona como fariam isso. Acredita que poderiam pensar em
1796 algumas questões, como se tudo que é discutido na plenária pode mesmo ser exposto.
1797 **6)** Luciana Stoppa diz que sua defesa é que precisam entender quais são os conteúdos
1798 que venham a discutir aqui, que a APAF, talvez, não discuta, como demandas de

1799 fiscalização, nomes, etc.. **7)** Aristeu Bertelli pede que a mesa esclareça como é feito na
1800 APAF, nos casos em que se exige sigilo. O tesoureiro já esteve em APAF que tinha
1801 questões que necessitavam de sigilo e viu como foi encaminhado. Coloca-se à
1802 disposição para esclarecer, se desejarem. Assim, ele próprio esclarece que na APAF,
1803 quando surge uma discussão que exige sigilo, simplesmente, desliga-se e suspende-se
1804 a transmissão. Após a discussão do ponto sigiloso, volta a ser feita a transmissão. **8)**
1805 Edgar Rodrigues diz que não discorda que deva ser feita a transmissão. Entende que
1806 ela é importante, mas também acredita que não há necessidade de se fazer tão
1807 rapidamente. **9)** Luciana Stoppa pontua que não abrirão esse debate e que há duas
1808 propostas. O conselheiro Vinicius Cesca propõe que façam a votação nesta plenária e
1809 sua proposta é que se paute a discussão sobre a transmissão da plenária na próxima
1810 sessão, de dezembro. Assim, entende que pode abrir para votação. **10)** Vinicius Cesca
1811 pede que o registro da votação seja feito nominalmente. Aberto à votação: 06 (seis)
1812 votos favoráveis à transmissão *on-line*: Andrea Mataresi, Vinicius Cesca, Aristeu Bertelli,
1813 Bruna Falleiros, Evelyn Sayeg e Ed Otsuka; 14 (votos) favoráveis a que se realize
1814 discussão na próxima plenária ordinária, para que, então, se delibere a respeito da
1815 transmissão *on-line* das plenárias: Monalisa Muniz Nascimento, Ivana do Carmo Souza,
1816 Beatriz Marques Mattos, Rodrigo Toledo, Maria Mercedes Guarnieri, Ivani Francisco de
1817 Oliveira, Edgar Rodrigues, Rodrigo Presotto, Larissa Gomes Ornelas, Márcio Magalhães
1818 da Silva, Reginaldo Branco da Silva, Guilherme Rodrigues Raggi, Maria Rozineti
1819 Gonçalves e Suely Ortiz. Novas considerações do plenário: **1)** Reginaldo Branco da
1820 Silva comenta que, para transmissão de algum evento, é necessário verificar se há
1821 algum funcionário disponível do setor de Comunicação disponível. Então, gostaria que a
1822 Diretoria solicitasse a esse setor a indicação da viabilidade por escrito atestando isso,
1823 porque seria necessária a participação de um funcionário desse setor durante toda a
1824 plenária. **2)** Luciana Stoppa dos Santos diz que está registrada a consideração de
1825 Reginaldo e que farão isso. **3)** Andrea Mataresi pede que se registre que os
1826 representantes do grupo político 'Cuidar' estão, novamente, deliberando por adiar
1827 decisões de transparência e colocando empecilhos para coisas que já são realizadas,
1828 pois a Assembleia Orçamentária também já é transmitida. A Diretoria chama a
1829 assessoria jurídica, as coordenações técnicas, a gerência, a secretaria e todos esses
1830 funcionários podem participar, mas um conselheiro levante a dificuldade de que um
1831 funcionário da comunicação participar. Exemplifica que a Comissão de Políticas Pública
1832 traz o funcionário Edson Dias a várias plenárias, para não falar nada, somente para

1833 estar presente. Assim, pede que se registre isso em ata que o grupo “Cuidar da
1834 Profissão” nesta plenária deliberou por não discutir a proposta de transparência junto à
1835 categoria, com relação às suas plenárias com a desculpa de que há coisas que não
1836 podem ser discutidas com a categoria, sendo que já há solução para esses casos, que é
1837 atuar como é feito na APAF. **Encaminhamento:** A discussão sobre a transmissão on-
1838 line das Plenárias Ordinárias deverá ser pauta da próxima plenária. **2.4) GT Projeto de**
1839 **Gestão** - Suely Ortiz comenta que o ponto seria trazido pelo conselheiro Rodrigo
1840 Toledo, mas o próprio Rodrigo solicitou que ele seja apresentado na próxima plenária,
1841 porque não houve a discussão que lhe embasaria o ponto. **III) APROVAÇÃO DAS**
1842 **ATAS 1988^a (12/08/17) e 1996^a (27/09/17)** - Suely Ortiz informa que passarão ao ponto
1843 de homologação das atas das Plenárias 1988^a (12/08/17) e 1996^a (27/09/17). A minuta
1844 da ata da 1988^a Plenária foi encaminhado por e-mail para leitura e considerações do
1845 plenário em 18 de setembro de 2017 e a minuta da 1996^a Plenária foi enviada no dia 30
1846 de outubro de 2017. Assim, a conselheira Luciana Stoppa questiona o plenário se há
1847 algum impedimento em aprovar as atas. Vinicius Cesca de Lima questiona se houve
1848 algum pedido de alteração dessas atas e pede que isso seja sempre esclarecido na
1849 submissão das atas para aprovação. Esclarecem a ele que não houve pedido de
1850 alteração. Encaminhamento: O Plenário homologa as atas das Plenárias 1988^a, de 12
1851 de agosto e 1996^a, de 27 de setembro. **IV) CARGO DE CONSELHEIRA REGIONAL DE**
1852 **PSICOLOGIA** – A conselheira Luciana Stoppa informa que a conselheira Camila
1853 Teodoro Godinho encaminhou um pedido de renúncia. Assim, indica que Suely Ortiz
1854 fará a leitura do pedido. *“Boa tarde! Prezada diretoria! Escrevo para este endereço de e-*
1855 *mail a fim de formalizar o meu pedido de renúncia ao cargo de conselheira da gestão*
1856 *2016-2019. Obrigada por tudo até aqui e desejo força na luta. Contem comigo se*
1857 *precisarem, sempre estarei disposta para vocês. Há braços!! Camila Teodoro Godinho*
1858 *Psicóloga CRP 06/98759”*. Luciana Stoppa diz então que entendem que o plenário
1859 precisa acatar a renúncia da conselheira Camila e questiona se alguém é contrário ao
1860 acatamento dessa renúncia. Questão de ordem, Andrea Mataresi diz que não é acatar o
1861 pedido, pois a renúncia é um ato personalíssimo e o plenário não tem direito de acatar
1862 ou não. O que podem é acatar a vacância da vaga, mas não podem impedir que a/o
1863 conselheira/o renuncie. A presidência, mais uma vez, mostra que não sabe dos
1864 procedimentos, e vai mostrando o golpe. Este plenário não pode acatar ou não, pois é
1865 pessoal. A psicóloga Camila tem direito de renunciar e o que acatado pela presidência é
1866 só anunciar a vacância. Vinicius Cesca complementa que é importante registrar a

1867 renúncia, mas ela é um ato abdicativo, unilateral e irrevogável. Significa que o plenário
1868 não pode aprovar ou não este ato. Cabe apenas um ato homologatório, a declaração da
1869 vacância. **Encaminhamento:** O plenário homologa a renúncia da conselheira Camila
1870 Teodoro Godinho e a vacância do cargo de conselheira deste plenário. **V)**
1871 **APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** – Suely Castaldi
1872 Ortiz da Silva submete ao plenário a apreciação dos processos das pessoas física e
1873 jurídica inscritas nesse CRP SP. **Encaminhamento:** Foram subscritos os seguintes
1874 processos: Pessoa Física - 127 (cento e vinte e sete) novas inscrições, 61 (sessenta e
1875 uma) reativações, 04 (quatro) inscrições secundárias, 11 (onze) inscrições por
1876 transferência, 21 (vinte e um) cancelamentos a pedido, 10 (dez) cancelamentos por
1877 óbito, 09 (nove) cancelamentos por transferência. Pessoa Jurídica - 24 (vinte e quatro)
1878 registros; 03 (três) Cadastros; 05 (cinco) alterações contratuais. Total geral dos
1879 processos analisados: 275 (duzentos e setenta e cinco), conforme folha anexa que é
1880 parte integrante desta ata. **VI) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** - O
1881 Plenário tomou conhecimento da relação de psicólogas/os para aprovação do título de
1882 especialista. **Encaminhamento:** Na modalidade Cursos Credenciados deferiu-se 02
1883 (dois) na área de Psicologia do Trânsito, 03 (três) em Psicologia Clínica e 06 (seis) em
1884 Neuropsicologia. Na modalidade Cursos Instituição de Ensino Superior deferiu-se 01
1885 (um) na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, 09 (nove) na área de
1886 Psicologia do Trânsito, 05 (cinco) em Psicologia Clínica, 03 (um) em Psicopedagogia, 03
1887 (três) em Neuropsicologia e 05 (cinco) na área de Saúde. Sendo assim, o total geral de
1888 títulos de especialistas ratificados representa 38 (trinta e oito), conforme folha anexa que
1889 é parte integrante desta ata. **VII) CREDENCIAMENTO DE SITES** - Foram analisados 13
1890 (treze) processos. **Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer favorável a 13
1891 (treze) pedidos com protocolos: 806744005 (06/83640), 706845482 (06/66938),
1892 106845193 (06/91874), 606143598 (06/56658), 206045180 (06/122228), 506843376
1893 (06/62383), 406444301 (06/128962), 206545762 (06/90734), 206542988 (06/67877),
1894 506015746 (06/61712), 6845378 (06/117829) e 806345827 (06/73375), conforme folha
1895 anexa que é parte integrante desta ata. **PRIORIZAÇÃO DA PAUTA:** Guilherme
1896 Rodrigues Raggi comenta que priorizaram o ponto de pauta relativo à abertura de
1897 Sindicância. Faz a solicitação de que, em consideração à presença do trabalhador Mario
1898 Correa, supervisor do Departamento de Contabilidade, que priorizem o ponto do
1899 Orçamento e do ponto sobre a Sindicância do processo da COE, que entende que será
1900 um ponto rápido, para definição do prazo para os trabalhos. Luciana Stoppa acrescenta

1901 também a solicitação de priorização do ponto referente à definição da delegação do
1902 CRP SP para a APAF, pois há prazo até o dia 16 de novembro, para apresentação
1903 dessa informação ao CFP. Considerações do plenário: **1)** Bruna Falleiros comenta que
1904 encaminhou um ponto relativo à realocação orçamentária do Núcleo Sexualidade e
1905 Gênero, que entende que será um ponto rápido e que gostaria que fosse apreciado na
1906 plenária, porque existe um urgência do Núcleo de encaminhar o que está relacionado a
1907 ele. **2)** Vinicius Cesca diz ter 2 (duas) solicitações de esclarecimento em relação ao que
1908 já foi apontado e uma sugestão a apresentar. Inicialmente, gostaria de entender pelo
1909 conselheiro tesoureiro do que, exatamente, se trata a proposta em ralação ao
1910 orçamento de 2018. Na plenária anterior havia feito um conjunto de apontamentos em
1911 ralação a proposta orçamentária e havia lá um indicativo de que seria verificado, que
1912 haveria enfim algo no sentido de revisão desta proposta para que fosse apresentado
1913 nesta plenária. Contudo, pede para ser elucidado se houve alguma alteração na
1914 proposta que havia sido enviada ou não, se a proposta é de discutir aqueles pontos, se
1915 é de encaminhar a deliberação do orçamento. Preocupa-se porque, se ela foi alterada,
1916 as/os conselheiras/os, não tiveram acesso prévio e entende que isso prejudica
1917 significativamente o trabalho de apreciação da peça orçamentária. Assim, se o
1918 encaminhamento proposto desta pauta é na direção de uma apreciação e deliberação
1919 do orçamento, faz a defesa de que não seja feito assim, não dá para encaminhar um
1920 processo de aprovação de outra proposta orçamentária sem que tenham tido
1921 conhecimento prévio dela. Outra questão, que diz respeito à própria organização da
1922 pauta, é que na plenária de 28 de outubro, nº 2004, havia um conjunto de outros
1923 subtemas na pauta “Assuntos Financeiros” que haviam indicado que não discutiriam e
1924 que priorizariam alguns para que eles fossem pautados para esta plenária e, agora, eles
1925 não constam na proposta de pauta que o plenário recebeu, a exceção de um deles. Sua
1926 pergunta é o que aconteceu com os outros pontos, que havia sido indicado que estariam
1927 na pauta desta plenária. Essas são suas duas solicitações de informação. Sua proposta,
1928 em relação à priorização, é que possam colocar entre os pontos priorizados o ponto “A
1929 Política de Comunicação na Política de Participação, Transparência e Rigor na Gestão
1930 do CRP SP”, por entender que há um fato dado que ele causa prejuízo e que não
1931 pensar em uma possibilidade de correção de rumo pode implicar que esse fato continue
1932 sendo reproduzido até este ponto ser apreciado. Assim, considerando o fato de ter algo
1933 público e que causa prejuízo efetivo e a maneira como este plenário já havia deliberado
1934 em conduzir a política de transparência, participação e rigor, defende que possam

1935 discutir este ponto entre os pontos prioritários para que seja apreciado nesta plenária. **3)**
1936 Evelyn Sayeg queria colocar como os primeiros pontos a serem discutidos aqueles que
1937 entendem que serão de rápida resolução, como o ponto da Comissão de Sindicância
1938 dos processos éticos, que precisam deliberar a prorrogação, e o ponto do Núcleo de
1939 Sexualidade e Gênero, que pelo exposto pela conselheira Bruna, é rápido, apenas de
1940 realocação de recurso. Concorda com a proposta de ponto a ser priorizado apresentada
1941 por Vinicius Cesca e há, ainda, um ponto sobre “Avaliação do Processo de Trabalho dos
1942 Conselheiros” que está sendo prorrogando há um ano e que fez defesa que, apesar de
1943 Rodrigo Presotto ter retirado, sustentou a argumentação de que este é um ponto
1944 impeditivo para o andamento das plenárias e que, portanto, é necessário dialogar,
1945 principalmente, depois de que nesta plenária houve uma fala da presidenta de que havia
1946 um grupo atravancando os trabalhos, referindo-se a própria Evelyn. Assim, entende que
1947 precisam conversar sobre isso, pois é importante para que consigam avançar nos
1948 processos de trabalho. **4)** Maria Rozineti Gonçalves diz que gostaria de um
1949 esclarecimento, pois há várias solicitações de recomposição dos coletivos do CRP SP.
1950 Assim, questiona se esse ponto também deve ser colocado como prioritário. **5)** Luciana
1951 Stoppa, a respeito das recomposições, podem deliberar aquilo que for urgente,
1952 considerando a urgência da pauta e o teto de termino da plenária, que será repactuado
1953 às 16h30 e pede o compromisso para que não avancem muito além das 17 horas. **6)**
1954 Bruna Lavinias tem um pede que seja cumprido o compromisso de que não avancem
1955 muito além das 17 horas, que foi algo deliberado em plenária no segundo trimestre, de
1956 que haveriam duas repactuações e que não poderiam continuar repactuando, como foi
1957 feito na última plenária. Relata que quando isso foi deliberado, foi por solicitação do
1958 grupo que atualmente está na Diretoria e que foi acatado pelo Diretoria da época e,
1959 agora, esse grupo que solicitou não cumpre esta deliberação de plenária. Pede, assim,
1960 que seja cumprida essa solicitação de plenária, e que, assim, a plenária encerre até às
1961 18 horas. **7)** Luciana Stoppa diz que será acatada a solicitação da conselheira Bruna. **8)**
1962 Guilherme Raggi pondera que há 6 (seis) pontos indicados para ser prioridade. **9)**
1963 Evelyn Sayeg diz estar se sentindo ofendida, porque não podem falar nada, há somente
1964 um grupo que é permitido sofrer neste plenário. E isso causa incomodo e sofrimento.
1965 Não lhe permitem ficar confusa e questionar. **10)** Guilherme Raggi diz que sim, é
1966 permitido que se fique confusa e discutirão isso quando for necessário. Pede a todos
1967 que mantenham o decoro, de ambos os lados. São os pontos indicados para como
1968 prioritários: proposta orçamentária, Comissão de Sindicância, APAF, realocação de

1969 recursos do Núcleo Sexualidade e Gênero, Política de Comunicação e Processo de
1970 Trabalho. **11)** Maria Rozinete Gonçalves questiona se isso será priorizado o ponto de
1971 Recomposição ou se, passadas as prioridades, o ponto seguirá na sequência. **12)**
1972 Luciana Stoppa diz que as recomposições também serão priorizadas. **13)** Guilherme
1973 Raggi questiona se todas/os concordam com os pontos a serem priorizados e se podem
1974 fazer uma defesa muito rápida com uma ou duas falas para justificativa de priorização
1975 desse ponto, até para que se possa estabelecer a ordem dos pontos, também. **14)**
1976 Luciana Stoppa entende que é consenso que os pontos indicados ficarão como
1977 prioridades. **15)** Guilherme Raggi questiona se é mesmo consenso, pois Vinicius Cesca
1978 fez um questionamento a respeito do ponto do orçamento e fará a elucidação. Entende
1979 que Vinicius Cesca já apresentou sua defesa em relação à política de Comunicação,
1980 mas pode fazer novamente, se desejar. **16)** Vinicius Cesca diz que pediu a palavra para
1981 elucidar seu pedido e sugerir um encaminhamento. As questões que levantou de
1982 informação sobre o significado da pauta do orçamento e sobre o que aconteceu com os
1983 demais pontos de assuntos financeiros que seriam inseridos na pauta da plenária e não
1984 foram, entende que não condicionam a discussão da priorização. Neste sentido,
1985 mantém seu pedido de informação. Mas, para que não fiquem flutuando entre assuntos,
1986 indica que primeiro seja resolvida a priorização e que seja informado do que perguntou
1987 na sequência. Sobre a priorização, fez defesa de um ponto que entende que precisa
1988 estar entre os prioritários. Para não misturar, sugere que primeiro terminem o processo
1989 de priorização e, encerrado isso, reforçará sua solicitação específica ao conselheiro
1990 tesoureiro, para que lhe esclareça as questões que apontou sobre o ponto assuntos
1991 financeiros. **17)** Guilherme Raggi diz que, conforme proposta de Evelyn Sayeg, há
1992 pontos que são rápidos, assim, corrobora com a sugestão de que esses pontos sejam
1993 discutidos primeiro; são eles, Comissão de Sindicância e realocação de recursos do
1994 Núcleo Sexualidade e Gênero, que entende ser uma decisão muito tranquila de ser
1995 tomada. A respeito dos questionamentos de Vinicius Cesca, informa que foi feita a
1996 correção dos valores, mas que foi finalizada somente na noite do dia anterior, às 23h.
1997 Ele mesmo ainda não recebeu. Informa que Mario Correa, supervisor da Contabilidade,
1998 está presente para apresentar isso, inclusive os resultados que foram encontrados. Esse
1999 é seu esclarecimento inicial, e seria importante que fizessem a apreciação desse
2000 orçamento e o aprovassem nesta data, para envio ao CFP. Relata, ainda, que é preciso
2001 sair desta plenária com a delegação do CRP SP para a APAF, que será realizada nos
2002 dias 16 e 17 de dezembro. Assim, sugere que fiquem com esses quatro pontos de

2003 prioridade: Sindicância, Realocação de recursos do Núcleo Sexualidade e Gênero, que
2004 são rápidos, o Orçamento, que contará com a explanação do funcionário Mario, e do
2005 qual pede a colaboração do plenário, no sentido de que também seja um ponto rápido, e
2006 a delegação do CRP SP na APAF. Mas, há a sugestão do plenário de outros três
2007 pontos, que é a Política de Comunicação, a avaliação do processo de trabalho das/os
2008 conselheiras/os, e as recomposições, que entende que podem decidir qual a priorização
2009 que darão para esses últimos três pontos. Os outros quatro, entende que dois são
2010 rápidos e os outros dois é obrigatório que saiam com uma deliberação. **19)** Luciana
2011 Stoppa pede que tenham quatro inscrições de defesa das priorizações, para falas de até
2012 2 (dois) minutos, para que possam seguir. **20)** Vinicius Cesca informa que concorda com
2013 a proposta de Guilherme Raggi de priorizar os dois pontos breves, relativos ao Centro
2014 de Custo do Núcleo Sexualidade e Gênero e da Comissão de Sindicância. Entende que
2015 conseguem consenso neste sentido. Mas, gostaria de defender o ponto que apresentou
2016 como prioritário, referente à transparência, porque entende que se trata de ponto breve,
2017 por entender que diz respeito à solicitação de cumprimento de uma decisão que este
2018 plenário já tomou, em um momento anterior. E, na sequência, faria a discussão dos
2019 outros pontos apontados por Guilherme, embora entenda que a forma como foi
2020 conduzido o ponto do Orçamento prejudicará fundamentalmente os trabalhos do
2021 plenário, lamentando que tenha sido assim e também concorda a respeito da priorização
2022 da APAF. Assim, sua mudança em relação à proposta apresentada por Guilherme Raggi
2023 é que seja incluído o ponto de política de comunicação e transparência entre os pontos
2024 breves, do início da discussão. **21)** Andrea Mataresi diz que seu entendimento é que o
2025 ponto relativo à aprovação do Orçamento não pode ser discutido nesta data, por se
2026 tratar de um ponto delicado e, especialmente, levando em consideração o que ocorreu
2027 na plenária passada nessa discussão e a não gravação do áudio. Considera que o
2028 conselheiro tesoureiro deveria ter encaminhado anteriormente para apreciação deste
2029 plenário a proposta e, não se sente confortável sem ter uma análise mais profunda de
2030 dados orçamentários para aprovar. Acha irresponsável aprovar uma análise rasa e
2031 superficial neste momento. E gostaria de marcar mais uma vez que isso significa uma
2032 falta de confiança nesse tesoureiro e nessa presidenta na parte de ordenação das
2033 despesas deste Conselho. Então, se tem prazo, que se chame uma plenária
2034 extraordinária, mas que não pode ser apreciado um orçamento que não receberam com
2035 antecedência. É uma irresponsabilidade com o dinheiro desta autarquia. **22)** Maria
2036 Rozinetti defende a priorização indicada dos pontos mais rápidos e os pontos que têm

2037 entendimento como prioritários (Orçamento e APAF). Defende que também considerem
2038 prioritário o ponto de Recomposições, para que possam encaminhar o trabalho das
2039 Comissões, núcleos, etc. **23)** Rodrigo Toledo diz que, a respeito do Orçamento, há um
2040 elemento importante, que é a presença do funcionário Mario Correa desde o início da
2041 plenária. Então, é importante que se considere essa questão. **24)** Andrea Mataresi pede
2042 que o conselheiro tesoureiro, Guilherme Raggi, esclareça se está solicitando ao plenário
2043 que aprecie e delibere um orçamento que ele próprio ainda não analisou, pois havia dito
2044 que ele mesmo não havia recebido a proposta. **25)** Guilherme Raggi diz que,
2045 categoricamente, não é isso. Apesar de sua fala inicial de que não recebeu o arquivo,
2046 trabalhou ele com Mário no dia anterior. Já adiantando o que traria na discussão do
2047 ponto, especificamente, diz que houve uma pequena falha de deslocamento de uma
2048 célula do Excel e, por isso, aqueles equívocos que foram apontados na última plenária.
2049 Questiona se Vinicius Cesca chegou a encaminhar a planilha com as observações, que
2050 apresentou na plenária passada, porque ele não recebeu. De qualquer forma, como
2051 fizeram a análise no dia anterior, e a correção disso. Mario Correa, gentilmente, veio à
2052 plenária, porque tem trabalhado cerca de 13 horas por dia e esteve ontem trabalhando
2053 para produzir um material que vai ser apresentado ao plenário nesta sessão, que é de
2054 correção de apenas duas páginas do orçamento. Assim, considerando que na plenária
2055 passada já foi apresentado o orçamento, os números globais não sofreram alterações.
2056 Assim, a proposta é apresentar somente o que houve alteração, somente correção de
2057 um pequeno erro técnico. **26)** Vinicius Cesca diz que deixou sua planilha disponível na
2058 última plenária, não entendia que havia a necessidade de ela ser reenviada, até porque,
2059 além do arquivo ter sido deixado disponível, tinha a expectativa de que qualquer
2060 elemento de sua fala, sobre os dados que apresentou, teriam ficado acessíveis pelo
2061 registro de áudio, que acreditava terem sido realizados, assim, não precisava reenviar o
2062 arquivo. Relata que esse é mais um dos prejuízos que a maneira como se faz os
2063 registros ocasiona. De qualquer maneira, dialogando com o que o Rodrigo apontou,
2064 entendo também que teriam a oportunidade de poder entender aquelas questões que
2065 tinham sido apontadas e que, de qualquer forma, podem pensar na deliberação disso
2066 para além de algo do campo informativo. Entende que estarão prejudicados, porque é
2067 quase uma solicitação por parte da Diretoria de um voto de confiança que, de sua parte
2068 não será dado. Diz que gostaria de ter aprofundado a análise dos dados, o que é difícil
2069 de ser feito durante a apresentação. Considera lamentável o prejuízo ao processo de
2070 debate, apreciação e construção de convicções e posicionamentos por parte do

2071 plenário. **27)** Guilherme Raggi pondera, então, que há concordância em relação à
2072 priorização dos pontos da Sindicância e de realocação de recursos do Núcleo
2073 Sexualidade e Gênero e, dos pontos rápidos, Vinicius Cesca apresenta a proposta de
2074 incluírem, também, o ponto sobre a política de comunicação e transparência. Mantém
2075 sua proposta de que sejam priorizados os pontos do Orçamento e da APAF e Maria
2076 Rozinetti Gonçalves pede que seja priorizado também o ponto de recomposições. Houve
2077 também a sugestão de que seja priorizado o ponto da avaliação do processo de trabalho
2078 das/os conselheiras/os. Há apontamentos de que não há condições de apreciarem o
2079 ponto de Orçamento nesta plenária. Questiona, então, se há consenso na priorização
2080 desses pontos, para que possam avançar e, com o aceite do plenário, iniciará a
2081 exposição sobre o ponto da Sindicância. **VIII) SINDICÂNCIA - PORTARIA CRP Nº**
2082 **024/17** – Guilherme Raggi informa que o grupo de conselheiras/os responsável em fazer
2083 a sindicância do processo da Comissão de Ética, ainda não conseguiu iniciar os
2084 trabalhos. Conseguiram uma data para reunião, que é na próxima terça-feira. Assim,
2085 solicitam ao plenário a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias. Considerações do
2086 plenário: **1)** Vinicius Cesca diz que gostaria de fazer uma observação, ainda que não
2087 represente oposição ao período de trabalho da Comissão de Sindicância. Pede que a
2088 Comissão informe o trabalho realizado nesses 30 (trinta) dias, sem prejuízo daquilo que
2089 não pode ser exposto, para não prejudicar no processo de investigação em curso. Mas
2090 pede que, minimamente, se situe o plenário do que se trata. A rigor, gostaria de registrar
2091 que a portaria de criação da Comissão estabeleceu o prazo de trabalho de 30 (trinta)
2092 dias, a partir de sua publicação, que aconteceu alguns dias após a plenária e,
2093 rigorosamente, os 30 (trinta) dias venceram ontem. Na lógica da contagem de prazo
2094 legal – em que o dia em curso não conta e que inclui o último -, este prazo encerrou
2095 ontem. Então, nesta data estariam tomando a decisão de prorrogar um prazo, mas que,
2096 na verdade, não é prorrogação, pois os 30 (trinta) dias já estão vencidos e havia a
2097 possibilidade de ter pautado essa prorrogação na plenária realizada no dia 28 de
2098 outubro. Gostaria de registrar, de qualquer forma, que os 30 (trinta) dias do prazo, a
2099 rigor, venceram ontem. Hoje, já estão fora do prazo de conclusão dos trabalhos dessa
2100 Comissão de Sindicância. **2)** Guilherme Raggi diz que precisará checar essa questão. **3)**
2101 Vinicius Cesca diz que também solicitou um informe sobre a Sindicância. Relata ainda
2102 que Luciana Stoppa se mostra descontente com algumas coisas que eles falam.
2103 Esclarece que será breve e acredita que Guilherme Raggi também será, pois se trata de
2104 um informe breve dos trabalhos, até por conta cuidado de que não se revele nada que

2105 ainda está sob sigilo. Foi este plenário quem instituiu a Comissão e ele precisa ter esse
2106 retorno, e é a oportunidade para isso. **4)** Guilherme Raggi informa que não tiveram uma
2107 agenda possível anteriormente, e que marcaram a primeira reunião para a próxima
2108 terça-feira. Informa que oportunamente contarão sobre novos andamentos.
2109 **Encaminhamento:** O plenário aprova a prorrogação do prazo para conclusão dos
2110 trabalhos da Sindicância instaurada pela Portaria CRP nº 024/17 por mais 30 (trinta)
2111 dias. **IX) REALOCAÇÃO DE RECURSO / CENTRO DE CUSTO - AÇÃO NÚCLEO**
2112 **SEXUALIDADE E GÊNERO** – Bruna Lavinias Falleiros relata que se trata de um ponto
2113 rápido e que têm uma ação do Núcleo Sexualidade e Gênero, a respeito da Campanha
2114 de 16 (dezesesseis) dias de luta contra a violência de gênero, mas a Comissão Políticas
2115 Públicas está organizando um evento exatamente no mesmo período e, exatamente,
2116 com essa mesma temática. Não falará dessa questão agora, mas é uma questão
2117 bastante delicada e desagradável. Aprofundar-se-á sobre isso seja na avaliação da
2118 gestão da CPP ou no ponto do processo de trabalho das/os conselheiras/os. Mas, não
2119 terão como executar uma ação porque não fará sentido o Conselho concorrer em suas
2120 próprias ações. Há uma verba significativa para esta ação que não será executada e, ao
2121 mesmo tempo, temos uma demanda que foi para Planejamento Estratégico 2018 e que
2122 não há nenhuma garantia de que se concretizará ou não. Então, estão neste limbo de
2123 insegurança sobre essa ação, que é essencial de ser realizada e, ao mesmo tempo,
2124 precisa ser realizada com certa urgência. O Núcleo discutiu, então, usar a verba deste
2125 centro de custo para a produção de um material midiático sobre ideologia de gênero. A
2126 proposta é que não se personalize, inclusive por conta da própria violência que isso
2127 provoca nas pessoas que se colocam nesse lugar de fala e também para ser acessível,
2128 da mesma forma como os vídeos dos grupos fundamentalistas, que tem provocado um
2129 acesso muito mais fácil às pessoas leigas. A proposta é que produzam um material com
2130 mais qualidade, comparado com a qualidade dos produtos que eles têm e, por isso,
2131 precisam de uma verba que, talvez, incorra em licitação. Sabem que os prazos de
2132 licitação são mais demorados. Assim, solicita a realocação desse recurso.
2133 Considerações do plenário: **1)** Guilherme Raggi entende como possível, pois se trata de
2134 uma operação financeira tranquila. Questiona se o plenário tem alguma objeção. **2)**
2135 Márcio Magalhães questiona se já existe um centro de custo e qual a verba. Pois
2136 entende que não podem realocar sem saber de qual valor estão falando, precisam saber
2137 exatamente de qual ação estão retirando e para qual será realocada. **3)** Rodrigo Toledo
2138 comenta que trouxeram esse ponto em agosto, se não se engana, e não passaram o

2139 ponto porque Bruna Falleiros não estava presente no momento em que iriam discutir
2140 esse ponto. Isso ocorreu no mesmo dia em que discutiram a realocação do valor da
2141 Comissão de Direitos Humanos. Não sabe se é exatamente isso que a conselheira
2142 Bruna traria, mas na ocasião, entenderam que o valor seria realocado em um ação que
2143 já estava prevista, que era de defesa da Resolução CFP n° 01/99. Não sabe se houve
2144 mudança na decisão, mas era o que tinham decidido até o mês de julho, entendendo
2145 que esta ação dialogava com esse processo. **4)** Bruna Falleiros diz que não sabe se
2146 seria na ação de defesa da Resolução CFP n° 01/99, ou na ação mais ampla sobre as
2147 questões LGBT, porque entende que a ideologia de gênero perpassa de alguma forma a
2148 questão dessa Resolução, mas não necessariamente está contemplada nela. Há um
2149 centro de custo, que não se recorda exatamente o nome, mas que é mais amplo para as
2150 questões LGBT. Havia um total de cerca de R\$ 49.000 (quarenta e nove mil reais) nesse
2151 centro de custo, mas algumas ações já foram realizadas, não saberia dizer o valor que
2152 resta porque não consegue acompanhar. Teoricamente, nada foi utilizado. Sobre a
2153 licitação, o teto de valor da licitação será o valor que estiver alocado no centro de custo,
2154 entende assim. Esclarece que ambos os centros de custo são de gestão do Núcleo
2155 Sexualidade e Gênero. **5)** Maria Rozineti Gonçalves questiona, então, onde entra a
2156 Comissão de Políticas Públicas. **6)** Bruna Falleiros explica que a CPP está realizando
2157 uma ação relativa à violência de gênero que não foi construída coletivamente com o
2158 Núcleo Sexualidade e Gênero e, assim, essa ação do Núcleo foi inviabilizada.
2159 **Encaminhamento:** O plenário é favorável à realocação dos valores indicados para ação
2160 sobre a Campanha de 16 (dezesesseis) dias contra a violência da mulher para o centro de
2161 custo relativo às questões LGBT, ambas de gestão do Núcleo Sexualidade e Gênero. **X)**
2162 **ASSUNTOS FINANCEIROS – 10.1) Orçamento 2018** - Guilherme Raggi indica que o
2163 supervisor da Contabilidade, Mario Correa, está na plenária desde a manhã,
2164 aguardando para trazer este assunto. Relata que a questão da não atualização do
2165 Centro de Custo disponível na rede está relacionada ao excesso de trabalho do
2166 Departamento de Contabilidade. Quer priorizar a presença do Mario Correa e fazer a
2167 discussão sobre o Orçamento antes do ponto sobre a APAF, para, assim, poder
2168 dispensá-lo. Ressalta que este funcionário tem trabalhado nessas questões
2169 sistematicamente. Considerações do plenário: **1)** Evelyn Sayeg faz a proposta de
2170 consenso sobre a questão do orçamento. Questiona se podem fazer o pacto de escutar
2171 o que Mário Correa trará e, se alguma/um conselheira/o considerar que precisa de mais
2172 tempo para avaliar os dados antes de tomar a decisão de aprovar o Orçamento, podem

2173 repautar para a plenária de dezembro. **2)** Guilherme Raggi indica, então, que ouçam o
2174 funcionário e, depois, tomem as decisões sobre a questão. **3)** Luciana Stoppa endossa a
2175 fala de Evelyn Sayeg e, acredita, que todos concordam. A respeito do ponto anterior,
2176 solicita que, posteriormente, Guilherme Raggi, junto com a Contabilidade ou o
2177 Financeiro, apresentem os valores envolvidos no remanejamento de verbas do Núcleo
2178 Sexualidade e Gênero, o que não precisa ser neste momento. **4)** Guilherme Raggi
2179 reforça que, então, Mário Correa fará a introdução da situação, que já foi resolvida. Não
2180 há alteração significativa no documento, então, o plenário já possui este material. Serão
2181 apresentadas apenas as duas páginas em que existem algumas poucas modificações e
2182 explicar qual foi a questão. Salienta que Mario tem trabalhado muito nessa proposta e
2183 que conseguiu finalizar isso ontem à noite, porque também há uma questão dos
2184 processos de trabalho, que essas planilhas são feitas no Excel e, houve a diferença de
2185 uma célula, que geraram a série de pontos de discordância. **5)** Mario Correa comenta
2186 que não alterou o valor e querem deixar claro que o orçamento é feito com planilhas de
2187 apoio, na verdade, não há uma sistema orçamentário para elaborar isso. São diversas
2188 planilhas, contas e associações e é necessário fazer fórmulas no Excel para compor
2189 essas planilhas. O que aconteceu foi que, dentro de algumas dessas células ficou na
2190 linha de baixo. Foi difícil descobrir a razão do erro, porque o saldo de cada planilha
2191 estava correto. Assim, foi necessário analisar conta por conta, para saber onde estava o
2192 erro. Comenta que já faz o Orçamento há 7 (sete) ou 8 (oito) anos e nunca tinha
2193 acontecido esse tipo de erro. Acredita que tenha sido o estresse, pois está com muitas
2194 coisas, com muitas informações e acabou causando esse problema para o plenário.
2195 Mas diz que podem conferir, pode mandar as planilhas, que são as mesas que já
2196 receberam antes. Diz que foi muito trabalhoso montar todas elas e que demorou uma
2197 semana, trabalhando até meia-noite/uma hora da madrugada. Saiu do trabalho somente
2198 às 01h30 da madrugada, de ontem para hoje. **6)** Guilherme Raggi diz que estão
2199 projetando a página de orçamento para pessoal civil, que era onde havia alguns pontos
2200 que foram apresentados na plenária passada como problemáticos e que Mário
2201 organizou um documento apresentado quais foram os problemas apontados, qual era a
2202 explicação daquele erro e qual era o valor final. Conversou ontem com Mário sobre
2203 esses dados para poder trazer à plenária e ele separou dois arquivos, um que fala sobre
2204 pessoal civil e outro, com algumas considerações, sobre serviços de pessoa jurídica,
2205 como foram apresentados anteriormente. Relata que uma das questões apontadas era
2206 sobre a questão de adicional por tempo de serviço, que tinha sido orçado em 2017 no

2207 valor de R\$ 847.071,66 (oitocentos e quarenta e sete mil, setenta e um reais e sessenta
2208 e seis centavos) e, por esse equívoco, ficou orçado para este ano em R\$ 339.296,20
2209 (trezentos e trinta e nove mil, duzentos e noventa e seis reais e vinte centavos). A tabela
2210 que apresentam mostra uma coluna com a dúvida apontada, o que inicialmente foi
2211 orçado para 2018 e o valor corrigido para o orçamento de 2018. Explica que a coluna
2212 das dúvidas traz os valores que são gerados pelo relatório comparativo de despesas do
2213 sistema Implanta, que calcula automaticamente o remanejamento. Informa que essa
2214 ferramenta entra em ação, automaticamente, quando uma conta de despesa não tem
2215 saldo suficiente para gerar empenho, impactando diretamente no processo de geração
2216 de cheque, que envolve o pagamento da própria despesa. Os valores que estão no
2217 centro de custo são automaticamente alterados, aumentados, se a execução de
2218 despesa excede o valor que está ali alocado. Ou seja, remanejam de outras rubricas,
2219 desde que dentro de um mesmo grupo, para que não tenham valores negativos. Na
2220 Coluna 2 “Orçado Inicial 2018”, esclarece que os números dessa coluna são os
2221 calculados em planilhas de apoio formuladas em Excel e digitalizadas manualmente do
2222 Comparativo Despesas do Sistema Implanta. Quando elaboradas, as memórias de
2223 cálculo não estavam corretamente na célula desejada e proporcionou uma distorção em
2224 algumas contas orçadas, que estão discriminadas nesta tabela e, portanto, foram feito
2225 as correções das mesmas. Sendo assim, não se alterou o valor orçado para projeção
2226 para o Orçamento 2018. Quando olham a peça orçamentária, não há alteração nos
2227 totais: aquilo que foi apresentado na plenária passada se mantém, cerca de R\$ R\$
2228 15.681.001,66 (quinze milhões, seiscentos e oitenta e um mil e um reais e sessenta e
2229 seis centavos), como está dentro de um mesmo grupo e foi apenas uma problema na
2230 ordem de uma célula, não mudaram os grupos de despesas, então, o conjunto “Pessoal
2231 civil” se mantém inalterado. Por consequência, todas as outras questões, inclusive de
2232 verba para as ações políticas não apresentam diferenças. Exemplifica que a dúvida
2233 apresentada inicialmente era de adicional por tempo de serviço, que era a discrepância
2234 entre os R\$ 847.000 (oitocentos e quarenta e sete mil reais) orçados para o exercício de
2235 2017 e o que foi orçado inicialmente pra o ano de 2018 como cerca de R\$ 339.000
2236 (trezentos e trinta e nove mil). O funcionário Mário Correa corrigiu esse valor conforme a
2237 metodologia de fazer a média do gasto no período, multiplica-se pelo número de meses
2238 e se faz um reajuste a partir da taxa de juros do ano e, com isso, se tem o valor da
2239 previsão orçamentária. Com essa correção, a previsão orçamentária para 2018 passou
2240 a R\$880.343,94 (oitocentos e oitenta mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa e

2241 quatro centavos). No caso de abono e um terço de férias, que no ano anterior havia
2242 orçamento de cerca de R\$ 380.000 (trezentos e oitenta mil reais) e para 2018 havia sido
2243 orçado, inicialmente, em R\$ 164.000 (cento e sessenta e quatro mil reais), foi corrigido
2244 para R\$ 403.140 (quatrocentos e três mil, cento e quarenta reais). Férias, que havia sido
2245 orçado em 2017 em R\$ 990.860,93 (novecentos e noventa mil, oitocentos e sessenta
2246 reais e noventa e três centavos), que a discrepância era que para 2018 havia sido
2247 projetado o orçamento de R\$ 739.037,87 (setecentos e trinta e nove mil, trinta e sete
2248 reais e oitenta e sete centavos) e que, com a correção, passou a R\$ 1.064.410,22 (um
2249 milhão, sessenta e quatro mil, quatrocentos e dez reais e vinte e dois centavos). No
2250 caso do auxílio creche, havia uma discrepância para menos também, que havia sido
2251 orçado originalmente como R\$168.094,21 (cento e sessenta e oito mil, noventa e quatro
2252 reais e vinte e um centavos) para 2017 e, para 2018, tinha sido orçado em R\$65.580,73
2253 (sessenta e cinco mil, quinhentos e oitenta reais e setenta e três centavos) e, agora,
2254 corrigido para R\$ 185.503,68 (cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e três reais e
2255 sessenta e oito centavos). Comenta que há, também, outra tabela para apresentar,
2256 referente a serviços de Pessoa Jurídica. Na coluna “Dúvida Apontada”, esclarecem que
2257 os números apontados são os valores orçados para exercício de 2017, onde a média
2258 orçamentária ficou mais alta que o normal, pois houve um custo médio mais elevado
2259 que o normal, devido às eleições, Pré-Congressos e Congresso referente ao exercício
2260 de 2016. Recorda que a elaboração da proposta orçamentária é baseada no ano letivo,
2261 sendo assim as despesas no exercício de 2016 eram mais altas que o normal, conforme
2262 informado na tabela. A elaboração da proposta é feita com base em uma média de
2263 gasto, então, de fato, do ano de 2016 para 2017 havia um orçamento maior, conforme
2264 apontado na planilha. A questão do orçamento, que foi apresentada na plenária passada
2265 tinha também esse equívoco, foi sub orçado, em função, também, do problema com o
2266 deslocamento de uma célula da planilha. O total do grupo também não se altera. Para
2267 “Serviços de Telecomunicações”, para 2017 foi orçado o valor de R\$ 556.841
2268 (quinhentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e um reais), para o próximo
2269 ano, orçaram originalmente o valor de R\$ 208.358,91 (duzentos e oito mil, trezentos e
2270 cinquenta e oito reais e noventa e um mil centavos), após a correção, o valor ficou em
2271 R\$ 258.358,91 (duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta e oito reais e
2272 noventa e um centavos). No caso de “Serviços de Limpeza”, também tem a questão de
2273 2016 ter sido um ano atípico, o que impactou no orçamento de 2017. Para 2017, foi
2274 orçado em R\$ 653.618,86 (seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e dezoito reais

2275 e oitenta e seis centavos) e, originalmente, orçado para 2018 em R\$ 265.694,56
2276 (duzentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis
2277 centavos), corrigido, esse valor ficou em R\$ 378.694,56 (trezentos e setenta e oito mil
2278 reais, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos). Basicamente,
2279 os equívocos estavam nas duas páginas. Do ponto de vista do que deve ser
2280 encaminhamento ao CFP, são apenas detalhes. O Departamento Financeiro e a
2281 Contabilidade encaminham um documento complexo pra sustentar as memórias de
2282 cálculo e, em uma parte, tiveram esse pequeno erro que produziu essas questões, mas
2283 que não alteram o valor total. Entende que os problemas que foram apresentados na
2284 proposta apresentada na plenária anterior já foram corrigidos. O plenário já teve acesso
2285 à proposta. Assim, questiona se, a partir da correção feita, podem aprovar o orçamento.
2286 Considerações dos presentes: 1) Evelyn Sayeg diz que, antes de olharem os números,
2287 é preciso ver outra questão que é produto do debate realizado na última plenária, algo
2288 que o funcionário Mario Correa traz com clareza. Há condições materiais que não
2289 produzem a melhor forma de construir o Orçamento e, possivelmente, todo o restante
2290 das questões da Contabilidade, pois há um sistema que não funciona. Questiona se é a
2291 Implanta que faz o sistema orçamentário utilizado no CRP. 2) Mario Correa, supervisor
2292 da Contabilidade, informa que a Implanta que faz a parte orçamentária. Esclarece que
2293 não é, propriamente, um sistema orçamentário, apenas produz o relatório orçamentário.
2294 3) Evelyn Sayeg comenta que ter que fazer a peça orçamentária manualmente é muito
2295 trabalhoso. Comenta que o CRP SP está preso a esse sistema por conta do Sistema
2296 Conselhos, o que entende que deve ser debatido em APAF. Esteve muito próxima ao
2297 Departamento de Comunicação neste último ano e ficou sabendo dessas questões
2298 pelos funcionários. Relata que há um problema muito grave com a Implanta, que é a
2299 empresa licitada por todo Sistema Conselhos, e responsável pela maior parte dos
2300 sistemas utilizados pelo CRP SP, inclusive, pelo sistema de cadastro de psicólogos/os.
2301 Esse sistema é muito antigo e pouco funcional. Entende que é um ponto que deve ser
2302 levado à APAF, no sentido de convencer o Sistema Conselhos a mudar de sistema,
2303 considerando que São Paulo é onde há mais problemas em relação a isso, uma vez que
2304 tem uma base de psicólogas/os muito maior e, assim, um volume muito grande de
2305 processos para manejar. Informa que Alexandre Morgado, coordenador de Informática,
2306 e Adolfo Benevenuto, webmaster, estão participando da reunião de uma GT, em
2307 Brasília, que está pensando essas questões. É importante que conselheiras/os também
2308 participem, pois os dois funcionários estão tendo problemas, nesse sentido. Outros

2309 Regionais contam com a participação de conselheiras/os, o que é muito importante para
2310 encaminhar as questões políticas presentes nas discussões e o trabalhador fica mais
2311 aprisionado em suas contribuições, sem a presença de uma/um conselheira/o. O GT
2312 está repensando um sistema unificado para todos os sites e para todo o Sistema
2313 Conselhos. Cada setor do CRP tem um 'sisteminha', e isso é problemático, porque induz
2314 a vários erros, como apontado pelo funcionário Mario Correa. Questiona se é possível
2315 construir um sistema de apoio para ajudar a fazer o cálculo, antes de inserir os dados no
2316 sistema da Implanta. Assim, propõe que se crie um objeto de licitação, para contratar
2317 uma empresa que possa construir esse sistema para substituir o trabalho manual, nesse
2318 sentido. Acredita que Mario Correa (supervisor da Contabilidade), Alexandre Morgado
2319 (coordenador de Informática) e Adolfo Benevenuto (webmaster) podem construir isso.
2320 Infelizmente, essa é uma das formas que podem ser utilizadas para lidar com a questão,
2321 por conta dessas amarras que tem enquanto Sistema Conselhos. Trata-se de uma
2322 decisão de risco porque, recentemente, no último ano do XIV Plenário, se depararam
2323 com uma decisão deste tipo, que era se fariam um Portal da Transparência com todo o
2324 aporte ou se aguardariam o Sistema Conselhos na APAF tomar a decisão de fazer um
2325 Portal da Transparência. Na ocasião, decidiram por criar localmente o Portal, mas,
2326 então, o Sistema Conselhos aprovou em APAF um Portal da Transparência unificado, o
2327 que sobrecarregou diversos setores. Pondera, ainda, se não seria o caso de se
2328 contratar pessoas para apoiarem nesse sentido. Houve também uma decisão, junto ao
2329 GT História e Memória, de fazer o repositório digital, mas foi uma decisão mais fácil,
2330 porque o Sistema Conselhos não tem condições de fazer isso nos próximos anos.
2331 Assim, relata que esta é a sua proposta. Essas são suas propostas e, assim, entende
2332 que a Diretoria poderia dizer se existe a viabilidade de fazer isso e se não estariam
2333 fazendo nenhuma infração na legislação que rege o CRP SP. Diz que entende que é
2334 uma questão de gestão que precisam se apropriar e construir. 4) Vinicius Cesca diz que,
2335 em seu entendimento, essas questões apontam para uma precariedade das condições
2336 de trabalho, que precisa ser reconhecida por este plenário. Considera que pode ser uma
2337 pauta da Comissão de Saúde do Trabalhador, deve ser pauta do GT Transparência e de
2338 diversos outros grupos e da Diretoria, que faz gestão de certos insumos estruturais do
2339 trabalho. Conheceu boa parte dessa precariedade *in loco*. Para um grau de
2340 processamento de informação com o volume que o CRP SP possui, precisam ficar
2341 criando rotinas e arquivos do Excel, ou seja, é a questão da construção manual desses
2342 arquivos, do risco de corrompimento do arquivo e uma série de outros elementos de

2343 vulnerabilidade desta condição do trabalho que é inaceitável. Evelyn Sayeg apresentou
2344 o dilema vivenciado pelo CRP SP de construir uma ferramenta própria e o quanto depois
2345 isto pode implicar em uma ferramenta mais abrangente e estrutural, mas que, quando
2346 ocorreu no Sistema Conselhos, outros regionais menores tiveram ganhos, mas para
2347 este Regional apontou para um recuo nas ferramentas disponíveis para gestão do CRP
2348 SP. Vivenciou outras situações. Citou que a execução de algumas atividade no Excel é
2349 precário, mas havia também outras formas precárias, como fazer à mão e, nesse
2350 sentido, fazer em Excel já era um avanço no sentido do processamento dessa
2351 informação. Há uma precariedade de condições desta área do trabalho que precisam
2352 reconhecer. Fez parte da Diretoria e tentou alguns esforços no sentido de aprimorar
2353 alguns desses processos, ainda que significasse tirar do papel e colocar em um *Drive* de
2354 uma ferramenta de processamento informatizado de dados. Entende que isso sinaliza
2355 uma pauta que precisam reconhecer, seja do ponto de vista da saúde de quem está
2356 trabalhando com isso, seja também da maneira como produzem essas informações.
2357 Aponta, ainda, um elemento desgastante: durante a plenária passada quando discutiu e
2358 apontou alguns estranhamentos com alguns dados, o conselheiro Rodrigo Presotto em
2359 específico fez uma fala horrível, no sentido de dizer que estavam - ao fazer esses
2360 apontamentos – desqualificando o trabalho das áreas técnicas e no sentido de criar uma
2361 oposição, uma polarização. Mas, nunca existiu essa desqualificação. Rodrigo Presotto
2362 defendia, apesar dos apontamentos que faziam que o orçamento devesse ser votado da
2363 forma como estava, a qualquer custo, naquela própria plenária. Fica feliz que tenham
2364 tido a oportunidade de rever esses dados e poderem pensar em soluções e que não
2365 tenham aprovado o orçamento da forma como estava, com um equívoco provocado pela
2366 precariedade das ferramentas utilizadas. Diz que tem algumas considerações sobre os
2367 números apresentados. Tinha feito um conjunto de 21 (vinte e um) apontamentos, que
2368 foram apresentados na plenária passada. Desses apontamentos, entende que aqueles
2369 que dizem respeito à área de pessoal e encargos sociais, foram plenamente sanados.
2370 Se sente contemplado, nesse sentido. Refez o cálculo ele está coerente com uma série
2371 histórica e não tem recuos, exceto, no dado de horas extras, mas, como já havia
2372 apontado na plenária anterior, que o orçamento de 2017 refletia a realidade de 2016,
2373 que é atípica, mas que esse era o elemento mais facilmente manejável, uma vez que
2374 hora extra é algo sob a governabilidade da gestão, ao contrário de férias e auxílio
2375 creche, que não é algo que se possa manejar cortes. Assim, nesse aspecto, se sente
2376 plenamente contemplado. Contudo, com os dados apresentados, não se sente

2377 contemplado no que diz respeito aos dados de serviços de pessoas jurídicas, pois
2378 especula que não tenham sido alterados apenas os dados apontados, mas que a
2379 alteração nesses cálculos tenha impactado nos valores que estavam em outras
2380 despesas de Pessoas Jurídicas. Se for este o caso, ainda tem algumas questões. Cita
2381 como exemplo “locação de bens móveis, máquinas e equipamentos”, que tinha um
2382 orçamento, em 2017 de pouco mais de R\$ 100.000 (cem mil reais). Com base nos
2383 dados de janeiro a junho, a previsão de execução de R\$ 77.000 (setenta e sete mil
2384 reais). No orçamento, um dado de R\$ 367.000 (trezentos e sessenta e sete mil reais).
2385 Esse dado não foi apresentado entre os que teriam sido corrigidos. Se não foi corrigido,
2386 reforça que é necessário entender por que desse aumento de quase 300%. Cita que é o
2387 mesmo caso de apoio a eventos, que tinha um orçamento em 2017 de quase R\$
2388 175.000 (cento e setenta e cinco mil reais), uma projeção de despesas com base no
2389 primeiro semestre deste ano de R\$ 90.000 (noventa mil reais) e um orçamento para
2390 2018, de quase R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta mil reais). Isso não foi alterado por
2391 conta desses cálculos, reafirma que há uma ampliação de quase 300% do valor. Dos
2392 itens apresentados como alterados (Serviços de Telecomunicações e Serviços de
2393 Limpeza) está contemplado com as alterações realizadas. Mas, há outras despesas de
2394 Pessoa Jurídica que, conforme apresentou na plenária passada, não está contemplado.
2395 Outra questão, que entende ser, inclusive estrutural, como havia sido apontado na
2396 plenária passada, que entende que ela impacta toda a construção da peça
2397 orçamentária, que é o que parecia ser um subdimensionamento da receita de anuidade
2398 Pessoas Físicas de exercícios anteriores. Depois da plenária, inclusive, teve a
2399 curiosidade de conferir os dados dos anos anteriores. O valor que aparecia para este
2400 item, anuidade de pessoas físicas de gestões anteriores era de pouco mais de R\$
2401 800.000 (oitocentos mil reais), incompatível com a série histórica, não somente do ano de
2402 2017, mas também do período de 2012 a 2016, de acordo com os dados disponíveis no
2403 Portal da Transparência e também não informaram se isso foi alterado. Essa receita
2404 impacta nos recursos disponíveis para as despesas. Caso não seja isso que está
2405 apresentando, gostaria que elucidassem a questão, para entender como chegaram a
2406 esse valor baseados na série histórica. Entende que isso muda tudo, porque isso pode
2407 significar estar sub orçado em cerca de R\$ 1.200.000 (um milhão e duzentos mil reais)
2408 em receita para o próximo ano e impacta, no planejamento das despesas. Em relação à
2409 pessoal civil, os dados apresentados sanam suas questões, mas em relação a serviços
2410 de Pessoa Jurídica, não estão todas sanadas, conforme havia apontado na plenária

2411 passada e que não foram apresentadas as alterações neste momento. E, permanece
2412 sua dúvida com relação à receita de anuidades de pessoa física dos anos anteriores. 5)
2413 Mario Correa comenta que a receita é baseada em um mapa que é coletado no sistema
2414 da Implanta. Seguem o método passado pelo Conselho Federal e precisam seguir todo
2415 o manual. O relatório até o dia 22 de setembro aponta que receita de R\$ 817.007,04
2416 (oitocentos e dezessete mil, sete reais e quatro centavos) de anuidades de exercícios
2417 anteriores, de janeiro a setembro. Sobre este valor, projeta-se uma estimativa do que
2418 pode fazer para o ano seguinte somada à correção do INPC. O que dá cerca de R\$
2419 800.000 (oitocentos mil reais). Informa que está somente com uma parte do relatório,
2420 mas pode passar para que Vinicius Cesca veja. 6) Vinicius Cesca, verificando o relatório
2421 entregue por Mário Correa, comenta que há algo que precisa ser resolvido. O elemento
2422 de receita, pelo Siscaf, no mapa apresentado aparece como R\$ 817.000 (oitocentos e
2423 dezessete mil reais) e no Portal da Transparência, este mesmo elemento aparece como
2424 R\$ 2.226.364 (dois milhões, duzentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta e quatro
2425 reais), de janeiro a junho. Ou seja, no Portal aparece um valor que é três vezes maior,
2426 sendo que considera um período menor. 7) Mario Correa informa que a Contabilidade
2427 está atrasada, bem como o Siscaf. Quando fizeram a peça, se basearam no dado do
2428 Siscaf e não tem condições de voltar para verificar do período que está no Portal. Mas, o
2429 Orçamento não pode esperar a contabilidade estar em dia. 8) Vinicius Cesca comenta
2430 que por isso comentou. Ainda que o Portal não esteja atualizado, ele estava até o mês
2431 de junho e, até junho, o valor sinalizado é de mais de R\$ 2.200.000 (dois milhões e
2432 duzentos mil reais), e no Siscaf está apontado como R\$ 800.000 (oitocentos mil reais),
2433 sendo que os dados são de um período maior. 9) Mario Correa comenta que precisa se
2434 basear nos dados do Siscaf, pois é em tempo real. Não tem condições de olhar números
2435 anteriores, precisa olhar o atual para construção do orçamento. 10) Vinicius Cesca
2436 comenta que não está relacionado a isso, está apontando que há uma divergência sobre
2437 a mesma informação, quando coletada de fontes diferentes. É algo que precisa ser
2438 sanado. Além disso, como apontou anteriormente, sobre a série histórica, cita o exemplo
2439 de que no ano de 2016 este elemento de despesa, no Portal da Transparência, está
2440 com uma receita de R\$ 3.800.000 (três milhões e oitocentos mil reais) e nos anos
2441 anteriores fica em torno de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) e R\$ 3.000.000 (três
2442 milhões de reais). Esses R\$ 800.000 (oitocentos mil reais) apontados este ano o levam
2443 a acreditar que a fonte está com algum problema, porque o cálculo é incompatível com a
2444 série histórica desta mesma receita. Estranhou e foi verificar se o dado que está

2445 disposto no Portal está compatível com o dado que foi apresentado em outros lugares,
2446 para verificar se o problema poderia ser com os dados dispostos no Portal. Mas, os
2447 dados de 2016 disponíveis no Portal da Transparência são idênticos, tanto nas receitas
2448 quanto nas despesas, aos dados que constam no relatório encaminhado ao Tribunal de
2449 Contas da União, o que o leva a acreditar que este dado está correto e, assim, o
2450 problema não está nas informações dispostas no Portal. Então, continua entendendo
2451 que há algo que precisa ser sanado neste elemento de receita, porque ele está muito
2452 abaixo da série histórica desse item. Então, pode significar entre R\$ 1.000.000 (um
2453 milhão de reais) e R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) que estão sub orçando, o que
2454 faz muita diferença no planejamento do que será feito no próximo ano. 11) Mario Correa
2455 explica que o relatório utilizado na Contabilidade é o mesmo apresentado no Siscaf. Não
2456 tem como aguardar que fechem os meses. 12) Vinicius Cesca comenta que não se trata
2457 de uma tentativa de responsabilização por esta informação. Mantém sua preocupação
2458 de que estejam apreciando um orçamento que está suborçando receitas e o que isso
2459 impacta na possibilidade de distribuição de despesas, a partir dessa receita. Comenta
2460 que, por isso, tinha feito o apontamento há duas semanas, de que entendia que esse
2461 ponto precisava ser observado. E se não foi, entende que continuam com as mesmas
2462 impossibilidades de condição de deliberar o orçamento, uma vez que parece ter um
2463 problema. Que, talvez não seja da composição das planilhas, e sim do sistema e das
2464 ferramentas que possuem, mas que parece manter um problema nas receitas orçadas,
2465 que está bem abaixo do nosso histórico. 13) Mario Correa diz que se retirarem essa
2466 informação neste momento do Siscaf, apresentará o resultado que ele considerou. Não
2467 pode confiar nos números passados, precisa confiar nos números que possui, que são
2468 em tempo real. 14) Vinicius Cesca coloca que os dados do Portal são somente até o
2469 mês de junho, ou seja, menos atualizada que os dados do Siscaf e, ainda assim,
2470 apresenta uma receita maior. 15) Suely comenta que precisam fechar as inscrições de
2471 fala. 16) Evelyn Sayeg diz não concordar em fechar as inscrições porque há uma
2472 questão que precisam pensar e que é muito importante. Precisam definir o Orçamento
2473 de 2018 para levar para a APAF. Pelo que está entendendo da discussão entre Vinicius
2474 Cesca e Mario Correa, há dados no Portal da Transparência, que eram os dados que
2475 Vinicius estava considerando, e há dados do Siscaf que apontam uma diferença entre
2476 R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) ou R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) a menos, e
2477 que são os dados utilizados por Mario. Questiona qual foi a metodologia utilizada por
2478 Vinicius e por Mario para chegar a esses valores ou se foi a mesma. 17) Mario Correa

2479 comenta que o que pode ocorrer é que no sistema tenha algum ajuste equivocado, mas
2480 os valores não se alterarão. Há uma inconsistência nos valores. 18) Vinicius Cesca
2481 comenta que, de qualquer maneira, a estrutura que está no Portal coincide com a
2482 estrutura que foi apresentada no orçamento, então, há uma inconsistência. O dado da
2483 receita de anuidade de pessoa física dos anos anteriores é incoerente com os R\$
2484 800.000 (oitocentos mil reais) apresentado e que vem, historicamente, aparecendo ano
2485 a ano no Portal. Até junho, que são os dados do Portal, já teria uma entrada de R\$
2486 2.000.000 (dois milhões de reais), só que no Siscaf está mostrando uma entrada de R\$
2487 800.000 (oitocentos mil reais), que é bem inferior a ela. Então, no mínimo, parece haver
2488 uma inconsistência de dados em fontes diferentes. Sem sanar isso, é difícil entender
2489 qual dos dados pode estar eventualmente equivocado. 19) Evelyn Sayeg pontua que é
2490 preciso ter clareza de que o problema está no dado do Siscaf ou no dado do Portal da
2491 Transparência, porque são problemas diferentes. Se os dados que o Siscaf apresenta
2492 estão incorretos, como suspeitam, eles induzem ao erro. Então, é preciso sanar isso, e
2493 que seria um problema gigantesco, na verdade. Se for um problema do Portal da
2494 Transparência, o problema é outro, mas, a seu ver, mais fácil de resolver. Como Vinicius
2495 Cesca e Mario Correa estão fazendo a discussão, entende que estão mais apropriados
2496 e, talvez, consigam fazer essa distinção de qual dos dois problemas está ocorrendo e
2497 que critérios poderia, utilizar para tentar identificar qual o problema. 20) Vinicius Cesca
2498 de Lima comenta que olhou novamente, e tem dúvida se não foi uma questão da coluna
2499 do Excel mesmo. Vendo o mapa contábil de arrecadação do Siscaf até o final de
2500 setembro, com a anuidade de exercícios anteriores, a receita R\$ 2.455.000 (dois
2501 milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais). Ou seja, o que está no Siscaf é
2502 coerente com o que está no Portal, R\$ 817.000 (oitocentos e dezessete mil reais) é o
2503 que foi pago a título de cota parte. Tiveram uma entrada bruta de cerca de R\$ 3.200.000
2504 (três milhões de reais) e, desses, foram transferidos ao CFP R\$ 817.000 (oitocentos e
2505 dezessete mil reais), a título de cota parte. Então, a receita líquida fica em torno de
2506 quase R\$ 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil reais). Então, insiste que os R\$
2507 800.000 (oitocentos mil reais) deve estar suborçado, porque de janeiro a setembro o que
2508 entrou de receita desse elemento foi cerca de R\$ 2.500.000 (dois milhões e quinhentos
2509 mil reais). Entende que os dados, agora, estão coerentes. **REPACTUAÇÃO DO TETO**
2510 **DA PLENÁRIA:** 1) Rodrigo Presotto pondera que são 16 horas e 30 minutos da tarde,
2511 sendo que o teto da plenária era até às 17 horas. Assim, questiona se pensarão na

2512 repactuação do teto, sugerindo que seja alterada para 18 horas. Também, que já façam
2513 propostas de encaminhamentos para esse ponto de pauta e priorizar o restante da
2514 pauta, porque ainda precisam discutir o ponto sobre a APAF. 2) Maria Rozinetti
2515 Gonçalves concorda que é necessário repactuar o teto, conforme haviam acordado.
2516 Assim, questiona se repactua para 17 horas e 30 minutos ou para 18 horas. 3) Evelyn
2517 Sayeg comenta que não podem fechar o horário, porque há um impasse para resolver.
2518 4) Maria Rozinetti Gonçalves pondera se devem acrescentar 30 minutos no teto e depois
2519 repactua novamente, mas que podem acabar tendo que ficar repactuando sempre. 5)
2520 Evelyn Sayeg sugere que o ponto seja repautado para dezembro, para que possam
2521 sanar as dúvidas. 6) Vinicius Cesca de Lima sugere que repactuem de seguir até às 17
2522 horas e 30 minutos, mas, se nesse horário não tiverem encerrado, deixam
2523 automaticamente repactuado para as 18 horas. 7) Rodrigo Presotto pede que já pensem
2524 na priorização do ponto da APAF. 8) Maria Rozinetti Gonçalves comenta que há
2525 consenso em seguir com a proposta apresentada por Vinicius Cesca da repactuação do
2526 teto da plenária. **10.2) Orçamento 2018 (Continuação) – 1)** Guilherme Raggi comenta
2527 que está checando, a partir do que foi levantado pelo corpo técnico a partir do que havia
2528 sido apresentado da última vez. Então, precisam descobrir. Se há um problema no
2529 Portal da Transparência, acredita que, inclusive, essa é uma justificativa interessante
2530 para pensarem em avaliação, em uma auditoria dos sistemas do CRP SP. A questão
2531 dos sistemas é um problema. Comenta que cobrará na reunião de tesoueiros e na
2532 APAF. Indica que outros CRs grandes também estão se sentindo reféns da Implanta. 2)
2533 Reginaldo Branco da Silva comenta que, da forma como o debate avançou, sua questão
2534 não caberia mais. Mas, sobre o debate atual, questiona se será possível dirimir as
2535 dúvidas nesta plenária ou se devem propor outro tipo de encaminhamento, como de
2536 votar na próxima plenária. 3) Rodrigo Presotto comenta que o tesoureiro está
2537 empenhado em fazer a articulação e resolver. Assim, não consegue pensar em uma
2538 proposta, neste momento. Dessa forma, sugere que façam intervalo de 5 minutos e
2539 depois retornem para verificar se é possível encaminhar nesta data. A proposta é
2540 aprovada pelo plenário. Após o intervalo, retomam a plenária. Considerações do
2541 plenário: 1) Reginaldo Branco da Silva comenta que tem uma dúvida, que na primeira
2542 planilha, os valores aumentaram. Então, questiona como os totais se mantiveram, se
2543 esses valores aumentaram. 2) Guilherme Raggi explica que está dentro de uma mesma
2544 conta, de um mesmo grupo, então, a soma desse grupo permanece inalterada, o que
2545 ocorreu foi somente um deslocamento das linhas. Assim, os valores são somados

2546 adequadamente. Indica que é uma das questões de se trabalhar no Excel, que apesar
2547 de ter muitas funcionalidades, pode dar esses problemas. O que têm é uma peça
2548 orçamentária construída com dados técnicos da realidade. Há duas propostas. O que
2549 Vinicius Cesca identificou da essa possibilidade, mas seria interessante que pudessem
2550 mandar para o setor financeiro para discutir e ele próprio estaria junto, para discutir
2551 ponto a ponto. Mas, há uma decisão a tomar. Estava verificando que há a possibilidade
2552 de enviar ao CFP, para que eles já pudessem se preparar, se baseando na proposta
2553 orçamentária deste Regional, de modo que pudessem organizar ordinariamente o
2554 trabalho deles, com possibilidade de mudança posterior. Considerando que a mudança
2555 não seria grande e pode ser alterada posteriormente. Desse modo, propõe que enviem
2556 ao CFP, com essa ressalva de que o documento será reavaliado, profundamente, sendo
2557 analisadas todas as contas e que possa ser apreciado a partir de análise de quem tiver
2558 dúvidas, sentar junto com o pessoal do setor de contabilidade. 3) Evelyn Sayeg comenta
2559 que não concorda com a proposta apresentada pelo conselheiro Guilherme Raggi,
2560 porque não sabem qual o erro e é um erro grave. São cerca de R\$ 2.000.000 (dois
2561 milhões de reais) de diferença. Acha complicado encaminhar uma planilha com uma
2562 diferença tão grande. Acho que isso é fazer o CRP SP passar uma vergonha nacional.
2563 Sugere que se informe ao Conselho Federal que identificaram um erro grave no sistema
2564 e não há como encaminhar a proposta neste momento e, então, resolvem na próxima
2565 plenária, dando prioridade para isso. Propõe, inclusive, que comecem com essa pauta
2566 na plenária, antes dos informes, inclusive. Não gosta de ideia de apresentar uma
2567 proposta que não sabem se será alterada ou não. 4) Bruna Falleiros diz que não há
2568 como aprovar um orçamento que não está finalizado. 5) Vinicius Cesca diz que sua
2569 proposta é na mesma direção. Mas, antes de encaminhar, gostaria de fazer algumas
2570 considerações. Primeiramente, agradece ao Mario Correa pelo esforço. Reconhece seu
2571 esforço nesse período. E, também, reconhece, mais uma vez, a precariedade das
2572 condições para que isso seja feito, que é algo importante de se reconhecer. Agradece
2573 pela disponibilidade de Mario Correa de vir à plenária e dialogar, o que é importante.
2574 Isso, contudo, não retira a responsabilidade regimental, que é do conselheiro tesoureiro
2575 de coordenar o processo e que não tira a atribuição regimental da presidenta de
2576 apresentar esta proposta antes do dia 31 de outubro, inclusive, para aprovação. Na
2577 mesma linha de quando falavam sobre a assessoria Jurídica, não se admite, em
2578 hipótese alguma, um processo de desresponsabilização de quem efetivamente é
2579 responsável por isso. As pessoas responsáveis por isso não são a gerencia, o

2580 Departamento Financeiro e o Departamento de Contabilidade. As pessoas responsáveis
2581 por isso são Luciana Stoppa e Guilherme Raggi. Guilherme é responsável pela
2582 coordenação do processo e Luciana pela apresentação da proposta. Defende que não
2583 há condição de aprovar, de fato. Seguem apontando que há problemas que precisam
2584 ser sanados. Descobrir a genealogia destes equívocos pode ser fundamental no sentido
2585 de aprimorar tanto as ferramentas quanto as condições em que esta informação é
2586 processada e como isso é conduzido. Faz votos de que seja assim, que possam usar
2587 essa experiência para resolver essas questões. Inclusive, a hiperresponsabilização das
2588 áreas técnicas pela construção da peça orçamentária, quando não é delas essa
2589 responsabilidade. Isso sobrecarga e coloca para as/os trabalhadoras/es do Conselho
2590 algo que vai além de suas atribuições. Estar sobrecarregada de atribuições pode ser um
2591 elemento bastante importante para que esses equívocos aconteçam. Não há condições
2592 para aprovar e não concorda em “dar um jeitinho”, enviando sem aprovar. Está-se
2593 falando de uma autarquia pública federal em um estado como o de São Paulo, com
2594 cerca de 95 (noventa e cinco) mil psicólogas/os inscritas/os. Não podem encaminhar o
2595 que não é real, para depois trocar o documento em uma plenária. Esta plenária esta
2596 sendo gravada e se tornará pública, em uma ata que será produzida. É um absurdo
2597 fazer dessa forma! 6) Ivana do Carmo Souza questiona quais são as implicações caso
2598 não mandem neste momento o orçamento, pois a próxima plenária será realizada antes
2599 da APAF. 7) Maria Rozinetti Gonçalves diz que há prejuízo em não enviar porque já
2600 tiveram um prazo e pediram prorrogação. 8) Guilherme Raggi complementa que
2601 possuem até o dia 15 de novembro para encaminhar. 9) Evelyn Sayeg solicita que a
2602 votação seja nominal. 10) Guilherme Raggi complementa que são duas propostas, que
2603 é de aprovar ou não, para envio ao CFP, não significando que não haverá reavaliação
2604 do processo. 11) Monalisa indica que gostaria de compreender melhor. O que muda
2605 para o CFP se já enviarem, pois este é o único ponto para que possam tomar sua
2606 decisão. Não entende quais as implicações. Por que precisa ser enviado neste
2607 momento? 12) Guilherme Raggi informa que o Conselho Federal precisa ter esse
2608 orçamento para, na época da APAF, poder apresentar aos regionais qual vai ser o
2609 orçamento previsto. Informa que há a possibilidade de fazerem esse ajuste de forma
2610 rápida, o que será feito nos próximos dias. Entende a preocupação das/os colegas, ele
2611 próprio também tem essa preocupação, só que há esse compromisso com o Federal de
2612 fazermos essa estimativa. Entende que é possível fazer esse ajuste e é o que seu está
2613 propondo, que enviem pra o CFP, indicando a possibilidade de ajuste desses dados.

2614 Essa é a questão e, por isso, está sugerindo que façam a aprovação. 13) Aristeu Bertelli
2615 diz que precisa se manifestar. Indigna-se que o maior Regional do Sistema Conselhos
2616 esteja considerando encaminhar, sumariamente, um valor errado. Considera que isso
2617 “joga na lama” o trabalho de anos que foi feito, até então. Expõe colegas que ficaram até
2618 alta madrugada fazendo e revisando as contas. Apresenta sua solidariedade ao
2619 funcionário Mario Correa, indicando que ele mesmo já ficou aqui também durante muito
2620 tempo varando madrugadas no Conselho, semanalmente, para fazer as atividades e,
2621 junto com ele, ficavam as coordenadoras técnicas de COE e COF e as colegas da
2622 Secretaria. Sua solidariedade a esse funcionário que trabalho nas condições possíveis e
2623 que são dessa forma porque, lamentavelmente, o Sistema Conselhos ainda aceita ficar
2624 um mecanismo que é obsoleto, que é ruim e que é falho. É ruim para São Paulo, para
2625 Minas Gerais, e para o Rio de Janeiro. Ainda assim, o Sistema Conselhos insiste nesse
2626 sistema horrível. Reforça que, para ele, encaminharem algo com um número errado é
2627 lamentável e “joga na lama” um trabalho de anos, aquilo que construíram esse tempo
2628 todo. Por isso, registrará seu voto e diz que se encaminhar para o Federal com erro e
2629 assim chegar, haverá disputas severas. 14) Guilherme Raggi comenta que, diante disso,
2630 e em consulta às colegas da Diretoria, retira sua proposta. Apressarão a correção
2631 desses problemas que precisam resolver. 15) Rodrigo Toledo reforça a proposta de
2632 Evelyn Sayeg. Já que estão decidindo não aprovar o orçamento, que fique acordado
2633 que este ponto será o primeiro ponto do debate da próxima plenária. 16) Maria Rozinetti
2634 Gonçalves comenta que gostaria de acrescentar que talvez haja em situações trazidas
2635 pelo Aristeu Bertelli, que conhece bem o Sistema do Siscaf e também o próprio Portal,
2636 que podem haver problemas insolúveis daqui até a próxima plenária. Então, têm
2637 absoluta certeza de que Guilherme Raggi e a equipe trabalharão para isso, mas tem
2638 problemas que estão muito além do que poderiam resolver nesse curto tempo. Embora
2639 a Diretoria esteja totalmente consciente e empenhada nessa questão do Portal da
2640 Transparência e do próprio Siscaf. 17) Rodrigo Presotto – Na linha da pensarem no
2641 reconhecimento das limitações, entende que podem agradecer, sem exceções, a todos
2642 os envolvidos no processo de transição onde tiveram também alguns momentos de
2643 dificuldade na aplicação da ferramenta e dos encaminhamentos. Acredita que é
2644 responsabilidade do plenário, enquanto conselheiras/os. Propõe que se faça uma
2645 plenária extraordinária, que possa ter como pauta única o orçamento e isso daria a
2646 possibilidade de uma apreciação em caráter único desse ponto de pauta. Precisam
2647 verificar o calendário, para pensar em uma data possível. Estão no momento de

2648 propostas e todos que puderem colaborar, ajudam. Diz que, em algumas circunstâncias,
2649 quando foi remetido a ele uma serie de questões, aguardou o momento para poder falar.
2650 18) Luciana Stoppa comenta que proposta da plenária extraordinária será considerada.
2651 A Diretoria tem até 5 (cinco) dias de antecedência para convocar a plenária. Se for
2652 necessário essa plenária extraordinária, encaminharão a convocatória no tempo
2653 adequado. **Encaminhamento:** O plenário não aprova o orçamento, que deve ser
2654 corrigido e, então, pautado em plenária subsequente, para aprovação. **XI)**
2655 **ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS - APAF**
2656 **(Brasília, de 16 a 17/12/17)** - Luciana Stoppa dos Santos comenta que é necessário
2657 pensar na delegação da APAF – Assembleia das Políticas, da Administração e das
2658 Finanças, que será realizada nos dias 16 e 17 de dezembro, no final de semana
2659 seguinte à próxima Plenária Ordinária. No dia 15 de dezembro será realizada a Reunião
2660 de Presidentes e Tesoureiros. Informa que o Conselho Federal de Psicologia recebeu a
2661 primeira remessa da pauta. O CRP SP está avaliando a manutenção ou retirada de
2662 alguns de seus pontos remanescentes. Entre as pautas da APAF está o Orçamento,
2663 como colocado por Guilherme Raggi anteriormente, as eleições de 2019, O Congresso
2664 Nacional da Psicologia, as prestações de conta do trabalho de todos os GTs da APAF, o
2665 plano de trabalho para o CREPOP, o GT de Comunicação, as questões ligadas à
2666 unificação das pautas de Tecnologia da Informação do Sistema Conselhos, que é uma
2667 das coisas que a conselheira Evelyn Sayeg pautou e que receberam um pedido de
2668 indicação para as atividades desse GT, a questão da consolidação das Resoluções,
2669 Revista Diálogos, Saúde Suplementar, Avaliação Psicológica, Avaliação Psicológica
2670 para pessoas com deficiência, Revalidação de Testes Psicológicos, Escuta de Crianças
2671 e Adolescentes, o Projeto de Lei que interfere, inclusive, nas questões de
2672 representatividade da APAF. Ela própria, Luciana Stoppa, e do conselheiro tesoureiro,
2673 Guilherme Raggi, terão que estar presentes, até por conta da reunião de presidentes e
2674 tesoureiros, mas é necessário indicar as/os outras/os três conselheiras/os para compor
2675 a delegação do CRP SP. A Diretoria tem indicações, pensando nos temas que serão
2676 debatidos na APAF e no que precisam garantir. Apresentam os nomes dos indicados,
2677 com as justificativas da indicação: 1) Monalisa Muniz, por conta das pautas de avaliação
2678 psicológica que se entende que são duas pautas importantes e que terão deliberações
2679 importantes a serem tomadas. Uma delas, é a questão da Resolução, e também para as
2680 pautas do CNP e das Eleições 2019; 2) Rodrigo Toledo por estar na Comissão de Ética
2681 e por ter condições de discutir uma gama maior de temáticas; e, 3) Ivani Francisco, por

2682 conta das discussões do CREPOP. Considerações do plenário: **1)** Aristeu Bertelli
2683 recorda que, a pouco tempo atrás, quando tiveram que fazer composição para a APAF,
2684 era também uma proposta da Diretoria à época de que levassem pessoas a partir do
2685 conhecimento, representatividade e atuação no tema. A proposta foi vencida e acabou
2686 sendo uma questão de votação de nomes. Na ocasião, tinham uma discussão sobre
2687 temas de comunicação e a Diretoria sugeriu que Evelyn Sayeg compusesse a
2688 delegação e a proposta foi sumariamente desconsiderada. Considerando que a
2689 delegação deve, de fato, representar o plenário e, considerando que este plenário não é
2690 formado, apenas, pelo Cuidar, entende ser extremamente preocupante que só tenham
2691 membros indicados associados ao movimento “Cuidar da Profissão”. Respeitando a
2692 representatividade, solicitam que tenham vagas, também, para membros do Integra.
2693 Como, precisam reconhecer que, a não ser por questões de impossibilidade, a
2694 presidência e a tesouraria precisam estar presentes e que esses são constituintes do
2695 “Cuidar da Profissão”, entende que outras duas vagas, ao menos, sejam destinadas ao
2696 grupo “Integra”, que sejam conselheiras/os reconhecidas/os como do “Integra”, por
2697 questão de representatividade. Então, sugere dois nomes, a conselheira Clarice
2698 Pimentel Paulon e o conselheiro Vinicius Cesca. A respeito da indicação do nome de
2699 Vinicius Cesca, entende que não é necessário justificar, basta ver a sua importância
2700 para a discussão da questão do Orçamento do CRP SP e como é importante a
2701 impertinência das/os conselheiras/os do Integra para que este plenário não faça as
2702 coisas de forma atabalhoada. Se tivessem aprovado anteriormente o orçamento, teriam
2703 aprovado um Orçamento com erros. Felizmente, foram suficientemente impertinentes
2704 para apontar que existiam 21 (vinte e uma) questões para corrigir e ainda há algumas
2705 questões para corrigir. A respeito de Clarice Paulon é uma pessoa que até pouco tempo
2706 estava na Diretoria, tem experiência de APAF e pode ajudar. Não se trata, apenas, de
2707 uma questão de representatividade, mas porque são pessoas versadas e com
2708 qualificação para poder participar da APAF. Lembra que a delegação deve
2709 representar o plenário, e este plenário não é feito apenas por membros do Cuidar da
2710 Profissão. Então, enquanto membro do “Integra”, solicita que isso seja considerado. **2)**
2711 Reginaldo Branco diz que acha justo o exposto por Aristeu Bertelli, mas tendo claro que
2712 a delegação do CRP SP na APAF deve levar as defesas do plenário deste Regional.
2713 Sua questão é em relação às pautas, porque há pouco tempo, então, entende que a
2714 discussão sobre elas deve ser deixada para a plenária de dezembro. **3)** Luciana Stoppa
2715 esclarece que a discussão das pautas da APAF é feita na plenária imediatamente

2716 anterior à APAF, ou seja, será em dezembro, mesmo. Hoje, precisam pensar que ao
2717 aludirem as pessoas para comporem a delegação, não estão fazendo nenhuma
2718 priorização. Essas pessoas estarão representando o plenário e irão amparadas com o
2719 material que será produzido em plenária. Assim, entende que, ao elegerem pessoas,
2720 estão entende que estão também considerando que sejam pessoas que deem conta da
2721 discussão mais ampla possível, de transitar melhor nas diferentes temáticas. **4)** Maria
2722 Rozinetti Gonçalves esclarece que ainda não têm a pauta completa, somente a primeira
2723 remessa, assim, não tem como discutir nesta ocasião. **5)** Ed Otsuka gostaria de
2724 defender os nomes indicados de Vinicius Cesca e Clarice Paulon. Entende ser o
2725 momento oportuno para essa defesa, porque acabaram de passar por uma discussão
2726 em que todas/os perceberam que essas pessoas, esse grupo, é considerado como
2727 outro grupo e que defendeu ao plenário como um todo, acima de qualquer outra coisa.
2728 Precisam disse e ficou bastante nítido do quanto precisam do conhecimento de algumas
2729 pessoas que estão sendo indicadas, e ficou claro que essas pessoas não irão para fazer
2730 qualquer disputa. Será como foi há pouco, foi feita uma defesa de algo que iria ser
2731 aprovado com erros, não fosse o pronunciamento deles. Então, a discussão anterior
2732 deixa bem elucidado o quanto que essa plenária precisa dessas pessoas para poderem
2733 representar e defender o CRP SP. **6)** Rodrigo Presotto relembra que foram eleitas/os
2734 enquanto conselheiras/os dentro de um mesmo movimento. Então, se em algum
2735 momento houve uma dissidência nessa representação, considera que isso, neste
2736 momento, não é algo que deva ser levado em consideração para encaminharem quem
2737 serão as/os representantes deste CRP SP na APAF. Acredita que todas/os
2738 conselheiras/os, independentemente dos movimentos que auto proclamem, que
2739 constituem, tenham o direito democrático de se candidatar e, acredita, que é o crivo do
2740 voto que garante quem deste plenário estará representando este coletivo, neste
2741 momento. Entende que essa é uma questão de deve ser entendida dessa forma. Sobre
2742 as pessoas indicadas, não tem ninguém a acrescentar. Devem ser democraticamente
2743 votadas e acha que isso, de fato, os garante maior representação, a partir deste
2744 coletivo. **7)** Maria Rozinetti Gonçalves indica que seja feita votação e que cada um
2745 escolha uma pessoa para ser votada. **8)** Maria Rozinetti Gonçalves questiona se mais
2746 alguém tem interesse em compor a delegação da APAF. **9)** Vinicius Cesca de Lima diz
2747 que gostaria de fazer algumas considerações com relação à representação, como
2748 pensam esses processos. Diz ser muito bonito quando Rodrigo Presotto diz que
2749 todas/os podem representar, mas na plenária anterior de definição da delegação da

2750 APAF, o conselheiro Marcio Magalhães, por exemplo, fez questão de registrar que as
2751 pessoas do grupo que iria para a APAF não o representavam. Entende ser curioso como
2752 as falas, os lugares, vão mudando, quando mudam os lugares. Dito isso, comenta que
2753 não é como se houvesse dois grupos dentro do plenário há 20 (vinte) dias ou um mês.
2754 Faz dois meses! Na plenária de 02 de setembro, por exemplo, as falas sobre o assunto
2755 eram unânimes, no sentido do reconhecimento que terão de dois grupos constituídos
2756 dentro dessa plenária. Mas já havia questões relativas a isso desde a primeira plenária
2757 desta gestão, onde dois grupos foram se constituindo e as falas apontando isso. Dizer
2758 assim que eram todas/os partes de um mesmo movimento é uma fala para mascarar o
2759 conflito que sempre esteve presente. Na plenária de 27 de setembro, quando elegeram
2760 a Diretoria, fez um fala em relação à conselheira Clarice Paulon, que utilizará agora para
2761 esse processo. Diz respeito a como pensam o processo de representação de forma
2762 ética, sem pensar nisso como um espaço de aparelhamento, de representação
2763 individual, de representação de um grupo em detrimento de outro. Enquanto membro da
2764 Diretoria, Clarice Paulon sempre foi ética nas indicações de das representações
2765 cotidianas e em outros processos, sendo que seria muito tentador pensar no sentido de
2766 privilegiar algumas pessoas em detrimento de outras. Exemplifica que a Diretoria
2767 anterior indicou, para APAFs anteriores, o conselheiro Guilherme Raggi e a conselheira
2768 Monalisa Muniz. Ainda que, desde aquele momento, obviamente, já reconhecessem que
2769 não compunham o mesmo grupo, o mesmo coletivo que estavam. Acredita que essa é
2770 uma forma de pensar o processo, sem ser de uma forma aparelhada, pessoalizando.
2771 Diz que é possível pensar o processo de uma forma mais íntegra do que ficar pensando
2772 ele a partir dos espaços de pequeno poder e autorrepresentação, de aparelhamento,
2773 que é uma constante nas falas do conselheiro Rodrigo Presotto. Inclusive, alguém que
2774 faz política no CRP SP para benefício próprio, claramente, no sentido da
2775 autorrepresentação, da apropriação privada dos espaços. Considera uma pena que
2776 tenham esse tipo de prática na gestão, até esse momento. Sobre o que foi apontado por
2777 Reginaldo Branco, entende ser o compromisso mínimo que qualquer uma/um das/os
2778 que estiverem nessa representação, independentemente de qualquer outra discussão,
2779 porque ninguém estará lá para se autorrepresentar ou fara fazer defesa de algo que
2780 destoe do acúmulo do que se tem de discussão. É algo que foi feito nas duas APAFs
2781 anteriores, apesar das disputas que tinham e as/os colegas que estiveram presentes
2782 podem compartilhar suas impressões. Apesar do que possam ter de divergência dentro
2783 do plenário, que é um espaço para discutir aquilo que foi deliberado no coletivo,

2784 independente de ter ou não havido consenso. Esse é um compromisso mínimo que se
2785 deve ter, pensando um processo de representação em uma perspectiva coletiva e não
2786 de autorrepresentação. Entende que foi feito assim em vários momentos, a despeito de
2787 diferenças de leituras de entendimento. Devem fazer a defesa daquilo que vai para além
2788 de um movimento político ou outro, o que a gestão do CRP SP, neste momento, deve
2789 fazer é aquilo que a categoria deliberou no Congresso Regional e no Congresso
2790 Nacional da Psicologia. As gestões do “Cuidar da Profissão” tem que fazer isso, as
2791 gestões do “Fortalecer a Profissão” devem fazer isso e qualquer gestão que se
2792 identifique como independente, deve fazer isso. O mínimo é pensar em um
2793 funcionamento democrático do Sistema, que as gestões possam fazer aquilo que a
2794 categoria deliberou nos Congressos, independentemente, de quem está na gestão, seja
2795 de forma mais ampla, seja nos pequenos espaços de gestão. **10)** Maria Rozineti
2796 Gonçalves diz que podem seguir com o encaminhamento, que pode se fazer votação
2797 individual ou votação de uma dupla. Defende que cada conselheira/o vote em duas
2798 pessoas e questiona se alguém tem outra proposta. **11)** Evelyn Sayeg defende que cada
2799 conselheira/o vote em apenas uma/um indicada/o, como tem sido feito para compor
2800 Sindicâncias, por exemplo. **12)** Rodrigo Presotto sugere que cada um vote em três.
2801 Assim, entende-se que dois delegados já são a tesouraria e a presidência e, então, que
2802 cada conselheira/o pode votar os outros três. **13)** Ed Otsuka pede que votem em apenas
2803 um e com motivação do voto, porque entende que há um caráter técnico, de apropriação
2804 da defesa da plataforma na APAF. **14)** Luciana Stoppa diz que a votação poderá ser
2805 motivada, para aqueles que quiserem motivar. Pede que sejam breves, assim, se
2806 quiserem motivar, que se estabeleça um tempo de fala. **15)** Maria Rozineti Gonçalves
2807 diz que há, então, duas propostas. Uma de votarem em um trio e outra de voto em uma
2808 única pessoa. Questiona ao plenário, que tem consenso de que se vote em apenas um.
2809 O teto para motivação do voto é de 2 (dois) minutos. Aberto à votação: **1)** Aristeu Bertelli
2810 da Silva diz que precisam fazer uma consideração a respeito dessa motivação. Para ele,
2811 fica óbvio que este plenário, cada vez mais utiliza o expediente da brutalidade da
2812 maioria numérica para poder compor a delegação. É óbvio que essa delegação vai ter
2813 uma representação majoritária do Cuidar da Profissão, o que mostra a dificuldade do
2814 Movimento Cuidar da Profissão de dialogar com democracia. Diz que é bonito falar em
2815 representatividade e de se trabalhar com diversidade, mas que isso não guarda
2816 coerência com as atitudes do Cuidar da Profissão neste plenário, e é triste ver isso. Fica
2817 feliz, pois, cada vez mais, vê porque se desfilou. Trata-se de um grupo que é muito

2818 hábil em ser prolixo e, dessa forma, faz aquilo que acha conveniente, tudo para poder se
2819 manter no poder e aumentar o seu espaço de representatividade, essa é a “justiça” que
2820 se tem no “Cuidar da Profissão” e que vai tirando membros do ‘Integra’ plenária a
2821 plenária, o que configura perseguição política. Nesse sentido, dada à qualidade técnica
2822 que apresentou, inclusive tendo identificado, em uma olhada rápida, incoerências que
2823 ainda existiam na tabela da proposta de Orçamento apresentada, indica Vinicius Cesca
2824 de Lima. Então, tecnicamente, é a pessoa certa para compor essa delegação. Teria sido
2825 uma vergonha terem aprovado esse orçamento, fosse na plenária passada ou mesmo
2826 se fosse nesta plenária. **2)** Bruna Lavinias Falleiros vota em Vinicius Cesca de Lima,
2827 endossando as palavras do conselheiro Aristeu Bertelli da Silva. Entende que vale o
2828 exercício de reconhecerem a violência da maioria. Cita a “banalidade do mal”, mas que
2829 parte deste plenário camufla a violência uns dos outros e a reproduzem, sem, talvez, se
2830 darem conta. Relata que, provavelmente, haverá uma violência contra ela própria, mas
2831 que não estará mais presente para justificar seu voto. Gravará um áudio sobre essa
2832 violência que será praticada contra ela com Evelyn Sayeg, para que possa reproduzir.
2833 Acha que é nítido que estão defendendo o que é correto e o que deve ser feito dentro
2834 dos princípios técnicos, éticos, científicos, pela categoria e pelo CRP SP, independente
2835 do risco em se colocam e não sabem o que motiva isso, se não refletem a respeito do
2836 que estão fazendo. Vê o outro grupo como um “trem descarrilhado” e isso é muito
2837 preocupante. Não precisa justificar seu voto em Vinicius Cesca, porque ele tem toda a
2838 competência para frear esse “trem descarrilhado”. **3)** Vinicius Cesca vota em si próprio e
2839 justifica agradecendo seus colegas pela confiança depositada quando apresentaram sua
2840 candidatura e que já votaram para este espaço de representação. Justifica seu voto por
2841 entender que sempre teve momentos assim, uma dificuldade com essa leitura da
2842 hiperespecialidade de algumas pautas e acha isso ruim. Enfim, a despeito de qualquer
2843 outra questão de disputa de entendimentos em relação a métodos de gestão, reafirma
2844 que não há nenhum recuo em relação aos princípios da plataforma que foi eleita, que a
2845 categoria deliberou em seus Congressos, e isso já está claro pela disposição e pela
2846 capacidade de não pensar esses espaços de processos de representação como algo
2847 privatizado ou como espaço para autorrepresentação. E, também pela representação da
2848 diversidade, das diversas expressões. A diversidade também é importante no processo
2849 democrático, que não é só o processo de garantia de uma maioria, é, sobretudo, o
2850 compromisso ético de expressão de que a minoria terá voz, terá espaço, poderá falar.
2851 Essa minoria também se faz representada e isso é fundamental. Sua defesa é nesta

2852 perspectiva da garantia de expressão, de voz, de espaço a quem possa, em alguns
2853 aspectos, divergir do que é a maioria constituída deste plenário. **4)** Evelyn Sayeg vota
2854 em Vinicius Cesca, endossando a defesa de Bruna Falleiros, apenas discordando de
2855 uma colocação dela. Diz que algumas coisas vão ficando um pouco nebulosas ou
2856 alguns percebam, mas o orgulho não permite que demonstrem isso. E, nesse sentido, o
2857 conselho que tem é que as pessoas se libertem. Vota em Vinicius porque entende que
2858 ele tem total capacidade para fazer essa representação, e porque ele, incansavelmente,
2859 apesar de toda a violência que ele sofreu nesse plenário, teve a capacidade de
2860 demonstrar isso, de ser solidário, colaborativo, e trabalhar na direção de, ao menos, não
2861 permitir que o plenário cometa alguns erros. Ele já salvou a Luciana, que é responsável
2862 pelo orçamento, que é quem assinaria e que, se tivesse uma auditoria, seria a
2863 responsabilizada por isso. **5)** Monalisa Muniz vota em Ivani Francisco. **6)** Ivana do
2864 Carmo Souza vota em Ivani Francisco. **7)** Ed Otsuka diz que acha estranho que ele
2865 tenha que propor voto motivado. É uma tentativa, que não deixarão de fazer, de que as
2866 discussões aqui sejam qualificadas, ou pelo menos, que haja uma discussão, o que é
2867 difícil de ocorrer, porque as pessoas se isentam de expor. O seu voto, com certa culpa
2868 por expor um companheiro ao desgaste e porque fica pensando o quanto não seria útil
2869 deixa-lo fora, para uma tomada de consciência dos demais, mas continuam em defesa
2870 do CRP, da plataforma e dos posicionamentos. Diz que não precisa dizer sobre a
2871 qualidade que Vinicius Cesca tem para os estar representando. Considera que algumas
2872 pessoas têm que fazer esforço para não demonstrar a admiração que têm por Vinicius.
2873 **8)** Beatriz Brambilla vota em Ivani Francisco de Oliveira, justificando que todas/os do
2874 plenário podem contribuir com alguma questão, em algum momento. **9)** Rodrigo Toledo
2875 também considera que muitas/os do plenário podem contribuir e, dessa forma, vota em
2876 Monalisa Muniz. **10)** Maria Mercedes Guarnieri vota em Ivani Francisco de Oliveira,
2877 considerando todo o trabalho que ela tem feito, bem como todas as temáticas que ela
2878 tem acompanhado ao longo de sua vida profissional e de estudos e, também, que já foi
2879 também para outra APAF. **11)** Edgar Rodrigues comenta que quando uma conselheira
2880 fala da banalização do mal, fica pensando que também existe uma agressão muito
2881 poderosa de um grupo que se sente minoritário. Não tenho dúvida de que todas/os aqui
2882 têm condições de representar este plenário na APAF. Admira - e já admirou muito mais -
2883 as pessoas que romperam com o Cuidar. Tinha muita admiração, mas, hoje, não dá
2884 mais. Não dá mais por conta da agressão que essa minoria faz aos demais. Entende
2885 que poderia ser feito diferente, mas que esse grupo não quer fazer diferente. Esse outro

2886 grupo não quer “largar o osso”. **12)** Beatriz Mattos vota na conselheira Monalisa Muniz
2887 do Nascimento. **13)** Rodrigo Presotto vota na conselheira Monalisa Muniz do
2888 Nascimento por entender que ela é uma conselheira que tem domínio técnico de áreas
2889 importantes dentro deste coletivo e, ao mesmo tempo, tem se mostrado na
2890 representação política bastante assertiva. Assim, entende que estarão bem
2891 representados. Sobre algumas questões que, às vezes, são dirigidas ao seu grupo,
2892 considera que pode ter uma dimensão da projeção. São psicólogas/os e conhecem
2893 algumas coisas. Então, considera que algumas pessoas têm feito projeções com relação
2894 a sua pessoa. Lamenta que isso esteja acontecendo neste momento. Considera que
2895 devem repensar algumas questões, pois sempre tentou fazer representação coletiva e
2896 entende que coletivamente têm pensado as questões, mesmo quando divergem.
2897 Considera que é na divergência que conseguem entender se há respeito e, nesse
2898 sentido, tem procurado fazer representação. Se os nossos pontos de vista não
2899 coincidem tem haver com questões de leitura de mundo e leitura política e das diretrizes
2900 do movimento que participam e sustentam dentro da representação para o qual foram
2901 eleitos. **14)** Larissa Gomes Ornelas vota na conselheira Monalisa Muniz. **15)** Márcio
2902 Magalhães da Silva vota na conselheira Monalisa Muniz do Nascimento. Lamenta que
2903 Rodrigo Presotto tenha retirado sua proposta de fazer a votação em bloco, cada
2904 conselheira/o votando em três conselheiras/os. Entende que o plenário deveria mandar
2905 três conselheiras/os do movimento “Cuidar da Profissão”, que é o movimento que foi
2906 eleito para essa gestão. Foram os membros do “Integra” que romperam com o
2907 movimento. Entende que se seu grupo tem maioria, como o outro grupo aponta a todo
2908 momento, se quisessem, poderiam ter votado em três conselheiras/os ao invés de
2909 votarem em um, impedindo que pudessem indicar alguém do outro grupo. Dizem que
2910 não romperam, que representam os princípios que foram eleitos, mas declaram ser um
2911 grupo de oposição, independente de qual seja a pauta. Então, se opõem ao grupo
2912 majoritário independente do que esteja em discussão. Quando a conselheira Evelyn diz
2913 que precisam se libertar, entende que isso vale para o grupo dela também, porque em
2914 vários momentos as/os conselheiras/os do Cuidar foram capazes de admitir que erraram
2915 e rever suas decisões, rever o que a pretendiam fazer, como a própria questão do
2916 orçamento na plenária passada. Então, não é este grupo que está preso, mas o outro
2917 que está sempre se sentindo com toda a razão, o grupo que tem todo o conhecimento
2918 sobre esta gestão e sobre as gestões anteriores. **16)** Reginaldo Branco da Silva diz que
2919 durante a APAF de dezembro de 2016, de alguma forma, ainda formavam um grupo

2920 único. Então, não houve problema na composição daquela delegação, já para a APAF
2921 de maio, já houve divergência entre os dois grupos, mas ainda foi possível composição.
2922 Mas agora, depois do rompimento do grupo “Integra” e do grupo “Cuidar da Profissão”,
2923 entende que a composição fica mais complicada, não vai ocorrer de forma cedida ou
2924 pacífica, vai ser nesse embate entre os dois grupos e que será sempre dessa forma e,
2925 grupo que tem maioria de pessoas votará e é válido, por outro lado, o grupo menor
2926 acaba desvalorizando, de alguma forma, as ações desse grupo majoritário, para tentar
2927 manter uma justificativa em relação ao que ocorre aqui no plenário. A composição com
2928 relação ao que ocorre internamente não será mais possível, será por meio de votação,
2929 mesmo, a partir desse rompimento. Vota em Ivani Francisco para essa APAF, porque
2930 considera que ela conseguirá debater boa parte dos pontos que o CRP SP levará,
2931 inclusive pautas que são da Comissão de Direitos Humanos e do Núcleo Emergências e
2932 Desastres. **17)**

2933 Maria Rozineti Gonçalves vota na conselheira Ivani Francisco, pelos mesmos motivos
2934 apresentados anteriormente, pois ela já esteve em APAF e por acreditar em sua
2935 competência e capacidade de representar o plenário naquele espaço. **18)** Luciana
2936 Stoppa dos Santos se abstém e reforça que a pauta da APAF será discutida na próxima
2937 plenária. **Resultado da votação:** 06 (seis) votos em Monalisa Muniz do Nascimento; 07
2938 (sete) votos para Ivani Francisco de Oliveira; 05 (cinco) votos para Vinicius Cesca de
2939 Lima; e, 01 (uma) abstenção. **Novas considerações do plenário:** 1) Vinicius Cesca de
2940 Lima solicita esclarecimento se ainda há alguma possibilidade do plenário encaminhar
2941 pautas para esta APAF e qual seria o procedimento e o prazo. 2) Luciana Stoppa dos
2942 Santos diz que estão analisando as pautas de São Paulo e que, até o final de semana
2943 devem fechar algo nesse sentido. 3) Vinicius Cesca diz que, nesse sentido, está
2944 compreendendo que todas/os conselheiras/os podem encaminhar propostas de pauta
2945 até a próxima sexta-feira. 4) Luciana Stoppa solicita que as pautas sejam
2946 encaminhadas, preferencialmente, até à quinta-feira à noite, pois sexta-feira tem a
2947 reunião de Diretoria. Acata a proposta de que sejam encaminhadas até sexta-feira, às
2948 9h. Depois darão ciência a todos das pautas que propuseram e a aquilo que será levado
2949 pelo CPR SP. **Encaminhamento:** A delegação da APAF será composta por Luciana
2950 Stoppa dos Santos, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Ivani Francisco de Oliveira,
2951 Monalisa Muniz do Nascimento e Vinicius Cesca de Lima. As propostas de pautas para
2952 a APAF devem ser encaminhadas para a Diretoria até às 09 horas do dia 17 de
2953 novembro, para o e-mail da Diretoria. **XI) RECOMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES**

2954 **GESTORAS, PERMANENTES, NÚCLEOS TEMÁTICOS, GTs E REPRESENTAÇÕES**
2955 **EM ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL – 11.1) Subsede Baixada Santista e Vale do**
2956 **Ribeira** – Propõe-se a inclusão de Annie Louise Saboya Prado (06/86192) como
2957 membro da Comissão Gestora da Subsede. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão
2958 indicada. **11.2) Comissão de Ética** – Propõe-se a inclusão de Renata Capeli Silva
2959 Andrade (06/74243) e Monica Cintrão França Ribeiro (06/20583) como membros e a
2960 exclusão dos membros Cláudio Kazuo Akimoto Junior (06/125905) e Sabrina Jacques
2961 (06/102722). **Encaminhamento:** Aprovadas a inclusões e exclusões indicadas. **11.2.1)**
2962 **Subsede Ribeirão Preto** - Propõe-se a exclusão da colaboradora de CI, Ana Roberta
2963 Prado Montanher (06/74406). **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão indicada. **11.3)**
2964 **Comissão de Comunicação** - Propõe-se a exclusão da membro Maria Mercedes
2965 Guarnieri. **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão indicada. **11.4) Núcleo Educação e**
2966 **Medicalização** – Propõe-se a exclusão de Luciana Stoppa dos Santos como
2967 coordenadora adjunta e a inclusão de Lilian Suzuki (06/27810). Vinicius Cesca aponta
2968 que esse arranjo não é possível a partir da Resolução que regulamenta a composição
2969 dos nossos Núcleos. A Resolução prevê uma coordenação adjunta caso a coordenação
2970 fosse exercida por alguém que não é conselheira/o, como uma forma de garantir que
2971 tivesse um/a conselheiro/a na coordenação. O contrário, no entanto, não é possível nos
2972 termos da Resolução. Diz que não se trata de uma questão de mérito, apenas o arranjo,
2973 como está, não é possível. Maria Rozineti Gonçalves diz que o esclarecimento trazido é
2974 importante, e, assim, sugere a inversão da composição da coordenação. Assim, a
2975 coordenação passaria a ser de Lilian Suzuki e a coordenação adjunta de Maria Rozineti
2976 Gonçalves. **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão proposta de Luciana Stoppa, a
2977 alteração de coordenadora para coordenadora adjunta de Maria Rozineti Gonçalves e a
2978 inclusão de Lilian Suzuki como coordenadora. **11.5) Núcleo Psicologia e Deficiência –**
2979 **11.5.1 – Subsede São José do Rio Preto** – Propõe-se a inclusão de Maria Cristina Vitti
2980 Vieira (06/28317) como membro suplente. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão
2981 sugerida. **11.5.2 – Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte** – Propõe-se a exclusão de
2982 Angela Fernandes Rodriguez Godoy (0672479), membro titular e de Francine Cristina
2983 Prolungati de Oliveira Araujo (06/85073), membro suplente. **Encaminhamento:**
2984 Aprovadas as exclusões indicadas. **11.6) Núcleo Psicologia e Esporte** – Vinicius
2985 Cesca relembra que o Núcleo está sem conselheira/o na coordenação. Entende que é
2986 importante que incluam, pois está sem ninguém nessa função desde a saída de Fabio
2987 Silvestre. Segundo a Resolução, é preciso que tenha algum conselheiro na

2988 coordenação, mas a indicação é mais do que somente pela letra da Resolução, mas
2989 também porque é importante que o Núcleo tenha um conselheiro e não ter dificulta o
2990 trabalho do atual coordenador, pois não tem nenhum vínculo com o plenário. Beatriz
2991 Mattos entende que é importante a questão apontada e entende que há uma tarefa, que
2992 é pensar um nome da plenária para indicar, mas destaca que é preciso que a/o
2993 conselheira/o transite na temática e acredita que não tenha mais ninguém, depois do
2994 desligamento de Camila Teodoro Godinho, então, talvez tenha que ser uma exceção.
2995 **Encaminhamento:** O plenário deverá pensar na indicação de uma/um conselheira/o
2996 para a coordenação adjunta do Núcleo Psicologia e Esporte, para a próxima plenária.
2997 11.6.1 – Subsede Ribeirão Preto – Indica-se a inclusão, como membro suplente, de
2998 Ricardo Marinho de Mello de Picoli (06/109478). **Encaminhamento:** Aprovada a
2999 inclusão sugerida. **11.7) Núcleo Psicologia e Relações Etnicorraciais - 11.7.1 –**
3000 Subsede Sorocaba – Propõe-se a exclusão da membro titular Carla Jacques Carlos
3001 (06/46264) e a inclusão, como membro titular, de Thaiga Danielle Saldanha Momborg
3002 (06/117912). **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão e a inclusão indicadas. 11.7.2 –
3003 Subsede São José do Rio Preto – Indica-se a exclusão da membro titular Sara Raísa
3004 Vieira Araujo (06/131951) e a inclusão, como membro titular, de Tatiana Maria Sant Ana
3005 Lopes Blanco (06/82847). **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão e a inclusão
3006 indicadas. **11.8) Núcleo Psicologia, Laicidade e Religiosidade** – Indica-se a exclusão
3007 de Andrea Mataresi da coordenação adjunta. **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão
3008 proposta. **11.9) Núcleo Psicoterapias - 11.9.1 – Subsede São José do Rio Preto** –
3009 Indica-se a inclusão de Naiara Perin Darim (06/105150), como membro titular.
3010 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão proposta. **11.10) Núcleo Saúde** – Indica-se a
3011 exclusão de Fabio Souza Santos (06/70965) da coordenação. Indica-se, então, que Ed
3012 Otsuka passe de coordenador adjunto para coordenador e que Rodrigo Presotto possa
3013 ser coordenador adjunto. **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão de Fabio Souza
3014 Santos (06/70965), a alteração de coordenador adjunto para coordenador de Ed Otsuka
3015 e a inclusão de Rodrigo Fernando Presotto como coordenador adjunto. 11.9.1 –
3016 Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte – Propõe-se a alteração de membro titular para
3017 membro suplente de Priscila Mathias (06/118786) e a inclusão, como membro titular de
3018 Pedro Ivo Freitas de Carvalho Yahn (06/80596). **Encaminhamento:** Aprovadas a
3019 alteração e a inclusão sugeridas. **11.11) Núcleo Sexualidade e Gênero** – Propõe-se a
3020 exclusão de Rodrigo Toledo da coordenação adjunta e a inclusão de Márcio Magalhães
3021 da Silva. **Considerações do plenário:** 1) Vinicius Cesca de Lima relembra que Bruna

3022 Falleiros tinha indicado anteriormente que deixaria gravado um áudio sobre esse ponto,
3023 solicitando que pudesse ser reproduzido. Assim, faz-se a reprodução do áudio: “na
3024 *ultima reunião do Núcleo Sexualidade e Gênero, foi pautada a saída do Rodrigo, e aí*
3025 *conversamos sobre o que fazer com está situação. As pessoas todas me questionaram*
3026 *sobre a dinâmica política atual, dei alguns esclarecimentos, inclusive talvez nem todos*
3027 *estejam cientes pois várias pessoas participantes do Núcleo Sexualidade e Gênero são*
3028 *de comissões gestoras da subsedes das quais vocês coordenam e na conversa que*
3029 *tivemos entendemos que a gente vem sempre discutindo dentro do núcleo e quando o*
3030 *Rodrigo também tava na coordenação algo que eu e ele conversávamos é da*
3031 *importância de ter mais alguém da região Metropolitana ainda que ele também fosse da*
3032 *região Metropolitana. Então o que entendemos no núcleo foi de que seria interessante*
3033 *conseguirmos convidar uma pessoa da militância LGBT da região Metropolitana para*
3034 *ocupar esse lugar. Ainda que, está pessoa pela Resolução pro no lugar de coordenação*
3035 *e eu passe a ocupar o lugar de coordenação adjunta porque não seria uma pessoa do*
3036 *Conselho. Essa foi a discussão que tivemos no Núcleo Sexualidade e Gênero, e aí*
3037 *ontem à noite tomamos ciência de que existia uma indicação de coordenação adjunta na*
3038 *pauta, que não foi levada pra ciência e considerações do NSG, se for levado para*
3039 *alguns integrantes do núcleo, alguns colaboradores do núcleo, não foi de forma oficial e*
3040 *nem passou pelo núcleo, isso só comprova o método antidemocrático e dessa violência*
3041 *silenciosa, as vezes nem tanto, que vocês imprimem, na forma como vocês decidem e*
3042 *implementam coisas pela força da maioria. Com a Evelyn eu sei que foi muito mais*
3043 *violento, com o Ed já foi provavelmente ou também será muito mais violento, com a*
3044 *diretoria, com a Andrea. Mas ainda assim, está forma de não considerar que o núcleo já*
3045 *tem uma coordenação e membros que possam opinar e refletir sobre isto é ato*
3046 *antidemocrático.”. 2) Evelyn Sayeg explica que o Núcleo Sexualidade e Gênero está*
3047 *pensando sobre a pessoa a ser indicada, então, a proposta da conselheira Bruna é que*
3048 *ela se mantenha como coordenadora e que o núcleo apresente ao plenário na próxima*
3049 *plenária um nome. A princípio, ninguém do núcleo se habilitou a assumir a coordenação*
3050 *e, então, eles estão verificando pessoas externas que poderiam ocupar esse espaço. 3)*
3051 *Beatriz Mattos comenta que Márcio Magalhães participou do Núcleo nesse período e é*
3052 *quem deve compor junto com Bruna Falleiros, fazendo discussões importantes. 4)*
3053 *Luciana Stoppa dos Santos informa que Bruna Falleiros permanecerá na coordenação.*
3054 *E defende que Márcio Magalhães seja coordenador adjunto e que se o Núcleo entender*
3055 *que deve ser diferente, deve apresentar à Plenária. Até que este plenário decida se há*

3056 outras possibilidades e outras pessoas que possam estar nesse lugar, defende que
3057 Marcio Magalhães esteja na coordenação do núcleo. 5) Evelyn Sayeg comenta que não
3058 é uma oposição ao ingresso de Márcio Magalhães, mas sim porque já havia discussão
3059 no Núcleo, o núcleo está construindo isso e foi surpreendido com uma proposta de
3060 pauta que já tinha a indicação do conselheiro Marcio, sem que isso tenha sido dialogado
3061 com o Núcleo. 6) Vinicius Cesca de Lima diz que se a proposta apresentada por Luciana
3062 for a proposta da Diretoria, gostaria de fazer outra: Rodrigo Toledo desligando-se da
3063 coordenação adjunta do Núcleo Sexualidade e Gênero, que o plenário não faça a
3064 indicação de outro nome para essa coordenação adjunta nesta plenária, em respeito
3065 inclusive a produção desse do próprio Núcleo. Como não há consenso, entende que as
3066 propostas deve ser apreciadas pelo plenário. 7) Rodrigo Toledo diz que o que Bruna
3067 Falleiros traz, de fato, ocorreu. Entendem que a Região metropolitana milita nas
3068 questões de gênero e sentem falta de alguém que pudesse militar nas questões LGBT.
3069 Mas, para compor essa discussão, no momento em que pôde acompanhar a plenária de
3070 hoje, vieram o tempo todo em uma discussão dos dois grupos e das necessidades de
3071 composição dos dois lugares. Então, neste momento em que ele sai por
3072 indisponibilidade, entende que o conselheiro Marcio Magalhães pode compor o núcleo e
3073 o núcleo discutir esta possibilidade. 8) Vinicius Cesca comenta que houve uma
3074 sequencia de falas de defesa de uma mesma proposta, então gostaria de voltar a
3075 defender a proposta que fez. Aponta que o argumento apresentado por Rodrigo Toledo
3076 é cínico, pois falar de recomposição no atual contexto, onde um grupo está com os
3077 quatro cargos da Diretoria, com a presidência de todas as Comissões Permanentes do
3078 CRP SP e, nesse contexto, se falar de recomposição de um micro espaço, com base em
3079 um argumento de representação de grupos, defendendo algo que o próprio Núcleo não
3080 discutiu é cinismo. É puro cinismo de um grupo que tem se imposto no espaço da
3081 maioria! Não querem a representação em todos os espaços, querem garantir que o
3082 espaço não esteja apenas coordenado por uma pessoa que não se identifica com esse
3083 grupo. É outra coisa que estão articulando. O golpe que já deram na Diretoria, na
3084 Comissão de Ética, no Núcleo de Assistência Social e em outros espaços, querem dar
3085 no Núcleo Sexualidade e Gênero não tem nada a ver com compromisso democrático. 9)
3086 Rodrigo Toledo diz que somente quer registrar seu voto, mas aproveitará a fala de
3087 Vinicius Cesca para indicar que está, o tempo todo, sendo bastante respeitoso e que
3088 gostaria de ser respeitado. Não precisam desqualificar o outro no debate político. Vem
3089 fazendo uma defesa há bastante tempo sobre isso. Acolhe a posição de Vinicius sobre a

3090 sua fala, a partir da minha saída. Queria ter registrado isso exatamente em respeito ao
3091 compromisso que assumiram tanto ele próprio, quanto a conselheira Bruna Falleiros, no
3092 momento em que assumiram a gestão. Em respeito ao trabalho dela, uma das
3093 motivações de sua saída foi, exatamente, que a relação não se comprometesse e para
3094 que não comprometesse o trabalho, além de sua indisponibilidade por questões
3095 pessoais. Queria deixar registrado o seu grande respeito à trajetória de Bruna Falleiros e
3096 está dizendo isso para registrar em plenária, mas já disse isso a ela. 10) Luciana Stoppa
3097 indica que dará início à votação. 11) Vinicius Cesca sugere que a votação seja por “sim”,
3098 para aqueles favoráveis à inclusão de Márcio Magalhães na coordenação adjunta do
3099 Núcleo, e “não”, para aqueles contrários à essa inclusão. E, conforme já vem pedindo
3100 reiteradamente, propõe que a metodologia das votações, até para as que não são
3101 motivadas, é que seja voto nominal, ou que, no momento da apuração, se registre os
3102 nomes de quem votou por cada alternativa, pois entende ser importante isso para o
3103 processo de transparência do processo decisório e para poder acompanhar como é que
3104 cada um tem votado e se posicionado nesse plenário. Aberto à votação: 10 (dez) votos
3105 para “sim” à inclusão de Márcio Magalhães como coordenador adjunto do Núcleo
3106 Sexualidade e Gênero – Monalisa Muniz, Ivana do Carmo, Edgar Rodrigues, Beatriz
3107 Mattos, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas, Reginaldo Branco da Silva,
3108 Maria Rozineti Gonçalves, Suely Ortiz e Rodrigo Presotto; 04 (quatro) votos para “não” à
3109 inclusão do conselheiro Márcio na coordenação do Núcleo – Aristeu Bertelli da Silva,
3110 Vinicius Cesca de Lima, Ed Otsuka e Evelyn Sayeg; e, 03 (três) abstenções – Luciana
3111 Stoppa dos Santos, Rodrigo Toledo e Márcio Magalhães da Silva. **Encaminhamento:** O
3112 plenário aprovada a exclusão de Rodrigo Toledo da coordenação adjunta do Núcleo.
3113 Por votação, o plenário aprovada a inclusão de Márcio Magalhães da Silva na
3114 coordenação adjunta. **11.12) Núcleo Trânsito e Mobilidade Urbana - 11.12.1 –**
3115 **Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte** – Propõe-se a exclusão da membro titular
3116 Francine Cristina Prolungati de Oliveira Araujo (06/85073) e a inclusão, como membro
3117 titular Dayane Abirached de Salomão (06/107028). **Encaminhamento:** Aprovadas a
3118 exclusão e a inclusão propostas. **11.13) GT Processos de Trabalho** – Vinicius Cesca
3119 de Lima solicita a sua exclusão da coordenação desse GT. **Encaminhamento:** O
3120 plenário aprova a exclusão de Vinicius Cesca do GT e indica que para a próxima
3121 plenária devem trazer indicações de pessoas para assumirem a coordenação. **11.14)**
3122 **Núcleos Territoriais – 11.14.1 - Subsede Bauru – 11.14.1.1 - Núcleo Territorial de**
3123 **Araçatuba** – Indica-se a inclusão de Fabiano Boghossian Esperança (06/90723) como

3124 coordenador. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão sugerida. 11.14.1.2 - Núcleo
3125 Territorial de Botucatu – Indica-se a inclusão de Lilian Magda de Macedo (06/711116)
3126 como coordenadora do Núcleo territorial. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão.
3127 11.14.2 - Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte - 11.14.2.1 - Núcleo Territorial de São
3128 Jose dos Campos – Indica-se a exclusão de Juliane Macedo Manzini (06/80680) da
3129 coordenação do Núcleo e a inclusão de Mariana de Oliveira Farias (06/78776) na
3130 coordenação. **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e a inclusão indicadas. **11.15)**
3131 **Conselho Municipal de Educação de Assis** - Indica-se a inclusão de João Danilo
3132 Burlin (06/94225), como representante titular e de Elisabeth da Silva Gelli (06/818),
3133 como representante suplente. Encaminhamento: O plenário aprova que representem o
3134 CRP SP no Conselho Municipal de Educação de Assis as pessoas indicadas. **11.16)**
3135 **Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião (COMUS)** - Apresenta-se a proposta
3136 de exclusão de Guilherme Seixas Santana de Lima (06/109233) como representante
3137 titular e de alteração de representante suplente para titular de Ana Elisa Barbosa Cavichi
3138 (06/95082). Encaminhamento: Aprovadas a exclusão e alteração indicadas. **11.17)**
3139 **Conselho Estadual de Assistência Social - CONSEAS** - Proposta de exclusão do
3140 membro representante do CRP SP Vinicius Cesca de Lima e de inclusão como
3141 representante de Alexandre de Brito Ângelo (06/ 116089). Considerações do plenário: 1)
3142 Vinicius Cesca solicita esclarecimento, pois achou curioso estar pautada a alteração da
3143 representação no Conselho Estadual de Assistência Social, quando parece que já teria
3144 chegado uma informação dessa substituição de representação ao próprio Conselho
3145 Estadual de Assistência Social na segunda-feira, dia 30 de outubro. Assim, questiona se
3146 a alteração de representação já havia sido encaminhada antes de passar na plenária. 2)
3147 Maria Rozineti Gonçalves indica que pode ter sido alguma comunicação informal. Mas
3148 que não se trata de uma deliberação da atual Diretoria, que apenas fez uma mediação
3149 com o Núcleo. 3) Vinicius Cesca questiona se há comunicação informal com um
3150 Conselho Estadual. Ainda, que a deliberação é do plenário e que isso deve ser
3151 resguardado. Indica que sua pergunta não tem nada a ver com uma possível mediação,
3152 solicitando que se atenham a responder aquilo que está perguntando. Gostaria de
3153 entender como pode ter se dado esse processo. Caso não queiram explicar neste
3154 momento, solicitará pelas vias legais. No seu entendimento, essa alteração já teria sido
3155 feita na plenária do dia 28 de outubro, no momento que ele não estava mais presente.
3156 Mas, agora, vendo que se está pautando essa alteração, achou curioso que a
3157 informação tenha chegado primeiro no Conselho Estadual de Assistência Social e

3158 depois seja pautado em plenária. É importante apurar o que houve. 4) Maria Rozinetti
3159 Gonçalves diz que isso foi fruto de uma reunião do próprio núcleo e foi passada essa
3160 indicação de substituição. Diz que o próprio Vinicius deve saber os motivos. A
3161 informação pode ter sido alguma conversa dentro desse órgão, mas, oficialmente, não
3162 foi feita nenhuma comunicação. 5) Vinicius Cesca pede confirmação de que o
3163 CONSEAS não foi comunicado oficialmente da substituição. 6) Luciana Stoppa informa
3164 que não assinou nenhum Ofício com essa informação. **Encaminhamento:** O plenário
3165 aprova a exclusão e inclusão propostas. **11.18) Conselho Estadual de Defesa dos**
3166 **Direitos da Pessoa Humana** – Indica-se a exclusão de Ed Otsuka e a inclusão de
3167 Reginaldo Branco da Silva. Considerações do plenário: 1) Ed Otsuka solicita uma
3168 justificativa. Informa que, inclusive, esta semana esteve fazendo uma representação no
3169 Condepe. 2) Maria Rozinetti Gonçalves diz que uma das justificativas que podem fazer é
3170 que como membro da CDH, ela tem percebido que o conselheiro não aparece a muitas
3171 reuniões e não tem podido fazer transversalização de sua representação dentro do
3172 CONDEPE. Então, ficam alijados de informações sobre o que ocorre nesse espaço.
3173 Assim, há um prejuízo da própria Comissão, que fica sem informações de como vai se
3174 dando a representação nesse espaço e como não tem transversalizado, decidiram,
3175 enquanto coordenação da comissão junto à coordenação adjunta e à diretoria, que esta
3176 representação tem que estar alinhada, pois, não faz sentido ter uma representação onde
3177 à pessoa que representa não transversaliza. 3) Reginaldo Branco da Silva diz que tem
3178 cobrado, insistentemente, de todos os membros da CDH que fazem representações,
3179 que tragam informes para a reunião ou que façam por escrito, inclusive para a Diretoria
3180 tomar ciência do que foi discutido naquela representação, o que não tem ocorrido. Há
3181 muito tempo, não tem informação do que está sendo discutido no CONDEPE. 4) Ed
3182 Otsuka diz que, sobre a cobrança, uma vez Reginaldo o questionou sobre essa
3183 representação. Na verdade, essa cobrança foi feita somente uma vez, na última
3184 semana, no dia seguinte à reunião do Condepe e, prontamente, encaminhou o relatório.
3185 Informa que tem justificado suas ausências. Comenta que ninguém conversou com ele
3186 sobre essa substituição e ele tem feito umas construções muito importantes no
3187 CONDEPE, o que deve ser de conhecimento de todos. 5) Luciana Stoppa diz que
3188 podem, então, encaminhar o nome de Reginaldo Branco para essa representação. 6) Ed
3189 Otsuka informa que não concorda com a indicação. 7) Aristeu Bertelli da Silva diz que
3190 precisa se manifestar, enquanto conselheiro, ainda tem esse direito. Parece-lhe curioso
3191 que justamente a Comissão de Direitos Humanos faça as coisas dessa forma. Isso lhe

3192 causa muito estranhamento. Tem recebido informes quase cotidianos da atuação de Ed
3193 Otsuka junto ao CONDEPE, tanto por conta daquilo que tem recebido da rede do CRP,
3194 quanto pelos contatos que ainda tem no CONDEPE, com como a própria presidenta.
3195 Questiona se, em algum momento, Ed Otsuka é uma pessoa difícil de se conseguir
3196 contato, se se tornou uma pessoa refratária, porque, se foi isso, aceita a alteração.
3197 Agora, se não for esse o caso, pede que tratorem de uma forma mais eficaz, pelo
3198 menos. Tratorar dessa maneira é vergonhoso! É um vexame! E é um vexame que
3199 justamente da CDH tenha esse jeito de tratorar. Porque parece-lhe que é uma coisa
3200 muito equivocada. Relata que questionará Nazareth Cupertino, presidenta do
3201 CONDEPE se, de fato, Ed Otsuka é uma pessoa relapsa no contato com o CONDEPE,
3202 porque não é o que lhe parece. Mas estão fazendo tudo dessa maneira, tratorando
3203 dessa maneira avassaladora, o que só evidencia como vão seguindo. Entende que deve
3204 seguir para votação. 8) Luciana Stoppa diz que votarão registrando os votos de cada
3205 conselheira/o. Aberto à votação: 1) 09 (nove) votos para que o conselheiro Reginaldo
3206 Branco assuma a representação no Condepe- Monalisa Muniz do Nascimento, Beatriz
3207 Mattos, Ivani Francisco de Oliveira, Edgar Rodrigues, Rodrigo Presotto, Larissa Gomes
3208 Ornelas, Márcio Magalhães da Silva, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira e Maria
3209 Rozineti Gonçalves; 03 (três) votos para a permanência de Ed Otsuka na representação
3210 – Aristeu Bertelli da Silva, Vinicius Cesca de Lima e Ed Otsuka; 03 (três) abstenções –
3211 Ed Otsuka, Reginaldo Branco da Silva e Luciana Stoppa dos Santos. Considerações do
3212 plenário: Ed Otsuka diz sentir a forma como foi feito e sente pela relação do CRP SP
3213 com o CONDEPE. Principalmente, porque o CRP não está se preocupando com os
3214 parceiros. O CONDEPE passa por um momento que demanda cuidado e farão essa
3215 transição no pior momento possível, sem o cuidado nenhum com o parceiro.
3216 **Encaminhamento:** Por votação, aprova-se a alteração de representação do CRP SP no
3217 Condepe, com a saída de Ed Otsuka e ingresso de Reginaldo Branco da Silva. Nada
3218 mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta, Luciana Stoppa dos Santos,
3219 deu por encerrada a sessão às 18 horas e 35 minutos, da qual eu, conselheira
3220 secretária, Suely Castaldi Ortiz da Silva, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será
3221 assinada por todos os presentes. São Paulo, 11 de novembro de dois mil e dezessete.

Andrea Mataresi

Aristeu Bertelli da Silva

Evelyn Sayeg

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Luciana Stoppa dos Santos

Maria Rozineti Gonçalves

Monalisa Muniz Nascimento

Reginaldo Branco da Silva

Rodrigo Toledo

Suely Castaldi Ortiz da Silva

Vinicius Cesca de Lima

Beatriz Marques Mattos

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Larissa Gomes Ornelas Pedott

Márcio Magalhães da Silva

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira
Bicudo Guarnieri

Rodrigo Fernando Presotto